



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

ROBSON DOS SANTOS ALMEIDA

**A TERRA DAS RENDAS DE BILRO: TRADIÇÃO, ARTESANATO, ECONOMIA E
CULTURA EM SÃO SEBASTIÃO-AL**

Maceió

2020

Robson dos Santos Almeida

A Terra das Rendas de Bilro: Tradição, Artesanato, Economia e Cultura em São Sebastião-AL

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Campus A. C. Simões.

Orientadora: Profa. Dra. Marta da Silveira Luedemann.

Maceió
2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Ne

A447t Almeida, Robson dos Santos.
A terra das rendas de Bilro : tradição, artesanato, economia e cultura em São Sebastião-AL / Robson dos Santos Almeida. – 2020.
114 f. : il. : color.

Orientadora: Marta da Silveira Luedemann.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia: Licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 72-77.
Apêndices: 79-114.

1. Rendas de bilro - São Sebastião (AL). 2. Artesanato. 3. Economia local. 4. Rendeiras e rendeiros. I. Título.

CDU: 911.3:746.22(813.5)

Dedico este trabalho a todas as rendeiras do
município de São Sebastião – AL.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Maria Vieira, pelos cuidados e pelos esforços que realiza para que eu siga estudando. Ela, que não teve a chance de ser uma estudante, agora terá um filho professor. Obrigado, meu anjo.

Sou grato aos outros membros da minha família, que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui. Obrigado, meu pai, João José, e meus cinco irmãos: Elizama, Isafas, Miriam, Israel e Renildo.

Meu amor e reconhecimento ao meu namorado, Henrique Almeida, que há mais de quatro anos me ajuda e me incentiva a seguir trilhando meu caminho.

Minha gratidão à Professora Doutora Marta Luedemann, que acolheu o meu projeto e me ajudou a construí-lo, me ensinando, generosamente, a desenvolver da melhor forma essa pesquisa.

Meu muito obrigado a todas as rendeiras que, com boa vontade, me receberam em suas casas e me concederam entrevistas: Dona Julinha, Dona Susana, Dona Diva, Dona Iraci, Dona Jeilza, Dona Josefa, Dona Zezé, Dona Vânia e Adaya. E em especial à rendeira Dona Zuza, que sempre me recebeu com carinho e me encaminhou até as demais artesãs. Meu agradecimento ao Hermano Jorge, filho de Dona Zuza, que me levou até as residências de todas as rendeiras entrevistadas para esse trabalho.

Ao professor Cid Olival, que gentilmente me disponibilizou seu rico material de estudo para o desenvolvimento teórico deste trabalho, minha gratidão.

Sou feliz pela presença de grandes amigos durante essa longa jornada acadêmica, que não termina aqui. Sem vocês tudo teria sido mais difícil. Obrigado, meus queridos Dorgicleiton Santos, Sheylla Patrícia, Kahoma Freitas, Daniele Duarte, Kleyton Tavares, Maiara Nunes, Zayanne Suica, Laís Gois, Ana Maria Aquino, Rose Lima, Adriana Leite, Noemia Bito, Karine Pimental, Jádilza da Silva, Jéssica Conceição, Túlio Souza, João da Hora, Deise Sâmara, Ana Paula Santos, Edilsa Oliveira, Tadea Carvalho, Jéssica Santana, Barbara Diniz, Ana Maria Aquino, Rose Lima, Adriana Leite, Noemia Bito, Mônica Marcelino, Juliana Fortunato, Poliana Clezia, Roselma Ribeiro, Pedro Damásio, Leandro Fernandes, Glaucya Gomes, Sheyla Marina, Jéssika Danielle. São tantos e tantas e com certeza, por erro humano, estou esquecendo de alguns e, por isso, perdão.

Minha gratulação aos queridos professores e professoras que me ensinaram tanto dentro e fora da sala de aula: Gilcildeide Rodrigues da Silva, Ana Paula Lopes da Silva, Kleython de Araújo Monteiro, Kinsey Santos Pinto, Luciane Maranha de Oliveira Marisco, Cirlene Jeane Santos e Santos, Jacqueline Praxedes de Almeida, Sinval Autran Mendes Guimarães Junior, Nivaneide Alves de Melo Falcão e José Vicente Ferreira Neto.

Agradeço, também, Washington Gaia, Anderson Melo, Miguel Queiroz e Maria Cristina, técnicos do IGDEMA. E por fim, sou muito agradecido a toda equipe de serviços gerais, em especial, à Cícera Lourenço e Ana Paula Santos.

Numa noite de outono a madrasta deu um serviço para cada uma das filhas. Disse à mais velha para fazer renda, mandou a segunda cerzir meias e Vasilisa, fiar. Depois apagou todas as velas da casa, menos a que estava no quarto onde as meninas trabalhavam. Por algum tempo elas executaram suas tarefas tranquilamente. Depois a vela começou a fumegar. Uma das irmãs postiças pegou uma tesoura e fingiu aparar o pavio, mas o que de fato fez, seguindo as ordens da mãe, foi apagar a vela, como se por acidente.

“E agora, o que vamos fazer?” disseram as irmãs postiças. “Não há luz na casa, e não estamos nem perto de terminar nossos serviços. Alguém tem que de correr à casa de Baba Iaga para buscar fogo.”

“Eu não vou”, disse a moça que estava cerzindo renda, “pois consigo ver com a luz de meus bilros.”

Aleksandr Afanasev

RESUMO

Por conta de sua tradição artesanal, o município de São Sebastião-AL é conhecido como “A terra das rendas de bilro”. Tomando como objeto de estudo as rendeiras salomeenses e a sua espacialidade, este trabalho buscou responder, através de uma análise geográfica, o porquê, e, principalmente, de que forma este espaço se perpetua até os dias de hoje como um importante local de produção artesanal dentro do estado de Alagoas. Para isso, foram analisadas a história e a formação de São Sebastião-AL e sua economia, assim como o desenvolvimento da renda de bilro na Europa e como foi sua chegada ao Brasil. Através de uma pesquisa documental e bibliográfica, foi traçado o percurso do artesanato, e, em especial, o artesanato de fios desde sua origem e expansão, passando por seus períodos de crises e sua reação diante da Revolução Industrial, até o presente momento, quando os artesãos estão amparados por leis e buscam integração e desenvolvimento econômico por meio de uma atividade que faz parte do circuito inferior da economia dos países subdesenvolvidos. Utilizando a pesquisa participante, foi estabelecido relações comunicativas com as rendeiras de São Sebastião-AL e, por meio dessas informações, traçou-se um perfil da produção de renda de bilro no município, observando os materiais utilizados, o trabalho, a forma de organização, os produtos e a comercialização. Se atentando a esse último quesito citado, este trabalho também se detém a relação das rendeiras salomeenses com sua principal compradora, a empresária Martha Medeiros. Além, foi analisado as antigas e as novas formas de ensino e aprendizagem do ofício e qual a importância dessa atividade na vida de quem a realiza. Dessa forma, o trabalho traz um panorama da realidade das rendeiras do município de São Sebastião-AL, constatando que o trabalho é feito quase predominantemente por mulheres com idade acima dos 50 anos - grande parte delas já aposentadas -, e encontram na produção de renda de bilros uma fonte extra de economia. Um grupo de mulheres que se depara com a falta de incentivo, valorização e questões de saúde, aspectos que levaram a uma diminuição de rendeiras ativas no município e a uma preocupação da parte dessas que um dia a tradição acabe em São Sebastião-AL.

Palavras-chave: São Sebastião-AL; Renda de Bilro – artesanato; Economia local.

ABSTRACT

Because of its artisanal tradition, the municipality of São Sebastião-AL is known as “The land of bobbin lace”. Taking Salome's lacemakers and their spatiality as an object of study, this work sought to answer, through a geographic analysis, why, and, mainly, how this space is perpetuated until today as an important place of artisanal production within the state of Alagoas. For this, the history and formation of São Sebastião-AL and its economy were analyzed, as well as the development of bobbin income in Europe and how it arrived in Brazil. Through a documentary and bibliographic research, the path of handicrafts was traced, and, in particular, the handicrafts of yarn since its origin and expansion, going through its periods of crisis and its reaction to the Industrial Revolution, until the present moment, when artisans are supported by laws and seek integration and economic development through an activity that is part of the lower circuit of the economy of underdeveloped countries. Using participatory research, communicative relations were established with the lacemakers of São Sebastião-AL and, through this information, a profile of the bobbin lace production in the municipality was drawn up, observing the materials used, the work, the form of organization, the products and marketing. Paying attention to that last mentioned item, this work also addresses the relationship between Salome lacemakers and their main buyer, businesswoman Martha Medeiros. In addition, the old and new ways of teaching and learning the trade and the importance of this activity in the lives of those who did it were analyzed. In this way, the work provides an overview of the reality of the lacemakers in the municipality of São Sebastião-AL, noting that the work is done almost predominantly by women over the age of 50 - most of whom are already retired - and find it in income production bobbins an extra source of savings. A group of women who are faced with a lack of encouragement, appreciation and health issues, aspects that led to a decrease in active lacemakers in the municipality and a concern on the part of them that one day the tradition will end in São Sebastião-AL.

Key words: São Sebastião-AL; Bobbin lace – crafts; Local economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Político Administrativo de São Sebastião - AL.....	16
Figura 2 – Almofadas de Renda de Bilros.....	24
Figura 3 – Papelão.....	25
Figura 4 – Bilro.....	26
Figura 5 – Dona Zezé, rendeira de São Sebastião.....	49
Figura 6: Rendeira da zona rural trabalhando na maior peça de renda já feita em São Sebastião-AL.....	51
Figura 7 – Peças do mostruário de rendeira de São Sebastião.....	53
Figura 8 – Aplicação 16cmx16cm de renda de bilro e Bilro.....	54
Figura 9 - Figura 8: Produtos Martha Medeiros Verão 2021 e seu valores.....	61
Figura 10 – As rendeiras salomeenses Vânia e Zuza durante evento na loja Martha Medeiros trabalhando em São Paulo.....	63
Figura 11 – Rendeira Zuza trabalhando em sua residência.....	65
Figura 12 - Escola de Rendeiras de São Sebastião, professora e alunas.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEST – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTILISTAS.

AL – ALAGOAS.

BR - BRASIL

CEA – COORDENAÇÃO ESTADUAL DE ARTESANATO.

CEP – CÓDIGO DE ENDEREÇAMENTO POSTAL.

COPERBORDADOS – COOPERATIVA ARTESANAL DE BORDADOS DO SERTÃO SERGIPANO LTDA.

CNPJ – CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA.

FUNARTE – FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

MDF – MEDIUM DENSITY FIBERBOARD.

PAB – PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO.

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO.

PNDA – PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO.

PRÓ-SERTÃO – PROJETO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA DA REGIÃO SEMIÁRIDA.

RPV – REGISTRO DO PATRIMÔNIO VIVO.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

SEI – SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES.

SENAC – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL.

SICAB – SISTEMA DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS DO ARTESANATO BRASILEIRO.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - SÃO SEBASTIÃO-AL E A RENDA DE BILROS.....	16
1.1 O Município de São Sebastião-AL.....	16
1.1.2 História e Formação do Município de São Sebastião-AL	16
1.1.3 A Economia de São Sebastião-AL.....	17
1.2 A Renda de Bilro	21
CAPÍTULO II - A QUESTÃO DO ARTESANATO NO BRASIL: ECONOMIA, POLÍTICA E ASSISTÊNCIA	29
2.1 Artesanato: História, Desenvolvimento e Assistência no Brasil	29
2.1.1 História e Evolução do Artesanato	30
2.1.2 O artesanato de renda no Brasil: desenvolvimento e proibições.....	31
2.1.3 O Artesanal diante da Revolução Industrial.....	32
2.1.4 Caminhos para uma assistência ao artesão brasileiro.....	34
2.1.5 O Programa do Artesanato Brasileiro – PAB.....	36
2.2 Artesanato e Economia.....	42
CAPÍTULO III - A PRODUÇÃO DE RENDA DE BILRO NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO/AL.....	47
3.1 Perfil da Produção de Renda de Bilro em São Sebastião-AL... ..	47
3.1.1 Materiais utilizados na feitura de renda de bilro em São Sebastião.	47
3.1.2 O Tempo de Trabalho dedicado ao artesanato de renda de bilro.....	49
3.1.3 Principais características dos produtos de renda de bilro feitos em São Sebastião-AL ..	50
3.1.4 A quantidade produzida no local e os valores no mercado consumidor	52
3.1.5 Formas de organização coletiva das rendeiras de São Sebastião	55
3.2 A renda de bilro como fonte de rendimento para as artesãs salomeenses	56
3.3 Auxílio, assistência e incentivos às rendeiras de São Sebastião.....	57
3.4 A relação entre Martha Medeiros e as rendeiras de São Sebastião-AL.....	59
3.5 A importância da renda de bilro na vida das rendeiras salomeenses e para o município de São Sebastião	64
3.6 O ensino e aprendizagem do ofício de rendeira de bilro em São Sebastião-AL.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
APÊNDICE A	78

INTRODUÇÃO

A ampla exposição midiática do produto de moda feito com rendas nordestinas - principalmente por conta do sucesso da estilista Martha Medeiros -, me levou a refletir sobre as artesãs que produzem renda em Alagoas. As rendeiras, que poderiam ser as protagonistas nesse novo cenário de valorização do produto feito à mão - já que são das mãos destas que saem a matéria-prima para confecção de vestuário -, são figuras que permanecem veladas no cenário nacional e por essa razão, antes de tudo, esse é um estudo que tem por finalidade dar visibilidade às rendeiras.

Tomando como objeto de estudo as rendeiras e a sua espacialidade - o município de São Sebastião no agreste alagoano, um local conhecido como “A terra das rendas de bilro”-, esta pesquisa teve como objetivo buscar responder, através de uma análise geográfica, o porquê da tradição de fazer rendas de bilro ter se desenvolvido e permanecido em São Sebastião, este espaço que se perpetua até os dias de hoje como um importante local de produção artesanal dentro do estado de Alagoas. O estudo também se dedicou a questionar quais os fatores socioeconômicos que levaram e levam uma parte das mulheres salomeenses a se dedicarem a esse ofício como uma mercadoria. Além disso, o trabalho tenta responder como a produção de renda em São Sebastião se tornou uma marca de identidade local passível de ser explorada economicamente e de quais formas o Estado pode auxiliar na promoção do desenvolvimento do artesanato local através de leis e políticas de incentivo.

Para o referencial teórico, realizado através de levantamento de dados e bibliográfico, foram utilizados principalmente os seguintes autores: Saul Martins (1973), com seu livro “Contribuição ao Estudo Científico do Artesanato”, que apresenta toda a trajetória histórica do artesanato, suas muitas fases e alguns caminhos para a preservação e desenvolvimento da atividade; Isa Maia (1986), estudiosa responsável pelo conteúdo da publicação da FUNARTE intitulada “Artesanato brasileiro: rendas”, texto que apresenta a história e as características das rendas produzidas no Brasil, mostrando inclusive os espaços geográficos onde são feitas; e Milton Santos (1979), que com seu trabalho “O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”, trata dos processos de modernizações e das características do circuito inferior, do qual o artesanato faz parte enquanto atividade de produção não-“capital intensivo”, com serviços e comércio não modernos.

Como metodologia para análise e desenvolvimento de conteúdo do objeto principal de estudo, utilizou-se uma pesquisa participante, ou seja, aquela que segundo Thiollento (1986, p.

15) é “um tipo de pesquisa baseado numa metodologia de observação participante na qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada”. Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi testemunhado o local de produção, observando e entrevistando seus agentes protagonistas detentores de conhecimento empírico, no caso, as rendeiras da zona urbana de São Sebastião.

O primeiro capítulo do trabalho é dividido em duas partes. A primeira delas traz um levantamento histórico e geográfico do município de São Sebastião. Neste exame, verifica-se sua origem e seu processo de emancipação, assim como o crescimento da população, as condições de vida de seu povo e as principais atividades geradoras da economia local. A segunda parte se debruça sobre a história do artesanato de renda de bilro, sua origem italiana e os caminhos que as trouxeram até o nordeste do Brasil. Além disso, as características desse tipo de renda e os elementos que a diferencia das demais é explorado neste momento da monografia.

O segundo capítulo propõe realizar um panorama da seara artesanal no Brasil, trazendo um histórico do desenvolvimento da atividade em nossas terras e também o longo caminho percorrido para que o trabalhador artesão possa desenvolver suas atividades de forma assegurada e dispor de assistência do Estado através de leis e programas. O capítulo ainda apresenta um diálogo entre artesanato e economia, buscando mostrar formas úteis de aproveitamento dessa manifestação cultural para o cenário econômico de uma região.

Por fim, o último capítulo faz um retrato da produção de renda de bilro no município de São Sebastião, mostrando todos os processos da feitura dessa renda, as principais características dos produtos, as formas de organização coletiva e o faturamento econômico gerado a partir desse trabalho. Além disso, o estudo apresenta as formas de ensino e aprendizagem do ofício e o contraste entre a importância da atividade na vida diária das rendeiras e a desvalorização desse trabalho por parte da população e dos representantes na esfera administrativa do município.

até meados do século XX, antes do crescimento comercial de Arapiraca, hoje centro regional do agreste alagoano.

Foi José Luiz, um tropeiro, e sua família, os primeiros moradores da região com residência fixa, possuindo, como seu próprio comércio, uma hospedaria. Segundo Tenório *et al.* (2006) “mais adiante chegaram outros três colegas de José Luiz (...). o sucesso comercial dos quatro chamou a atenção dos viajantes e novas levas chegaram também para tentar a sorte”(p. 228). Porém, o desenvolvimento do povoado se deve, na verdade, às terras férteis da região que despertou o interesse de agricultores e pecuaristas vindos de outras partes do estado, trazendo junto também seus escravos (BARROS, 2015).

Nesse primeiro momento, diferente do que aconteceu na zona da mata com a cana-de-açúcar, a pecuária prevaleceu com currais de criação de gado e só em seguida a cultura fumageira foi implantada, obtendo sucesso (TENÓRIO *et al.*, 2006). Assim, as culturas de fumo, algodão, amendoim, mandioca e outras lavouras de subsistências que são comumente encontradas hoje no agreste, com sua tradicional agricultura familiar, se desenvolveram em Salomé.

O povoado cresceu, elevando-se a Distrito subordinado a Triunfo pelo decreto estadual nº 39, datado de 11 de setembro de 1890. Mas foi somente em 31 de maio de 1960, setenta anos depois, que, graças a um projeto de aceitação popular proposto pelo vereador Adalberto de Araújo Lessa na câmara municipal de Igreja Nova, se tornou emancipado politicamente com a lei estadual de número 2.229, recebendo assim o nome de São Sebastião, em homenagem ao santo de mesmo nome e ao então governador de Alagoas, Sebastião Muniz Falcão, grande apoiador dos líderes locais no processo de desligamento do distrito do território de Igreja Nova (IBGE, 2018).

No censo de 1960, o primeiro como município recém-criado, São Sebastião, então parte da Zona Fisiográfica do Baixo São Francisco e contava com um número de 1.137 famílias, distribuídas em uma população de 2.761 homens e 3.006 mulheres. Com uma década de vida, o município viu seu número de habitantes duplicar. Assim, em 1970, segundo o censo deste ano, São Sebastião contava com uma população de 11.723 habitantes (5.783 homens, 5.940 mulheres). Seu crescimento, seguindo uma tendência nacional, continuou em uma constante elevação, comprovada com o segundo Censo de 1980, quando a população chegou a quase 20 mil habitantes (cerca de 19.764). No censo seguinte, o de 1991, o município apresentou uma queda nesse ritmo de crescimento demográfico, com registro de 24.696 habitantes, e continuou seguindo nesse mesmo ritmo, uma média de 5 mil habitantes a mais, chegando aos anos 2000 com uma população de 29.124 habitantes, sendo essa concentrada a maior parte da zonal rural (19.716). Segundo último censo, de 2010, São Sebastião, possuía uma população estimada em 32.010 habitantes.

1.1.2 – A economia de São Sebastião-AL

Com seu território bem definido, os salomeenses (como até hoje são chamados), proprietários das terras produtivas, foram também os responsáveis pelo surgimento de um comércio local capaz de escoar parte da produção agrícola. No que diz respeito à indústria, antes mesmo de se tornar um município, a vila Salomé já possuía algumas fábricas rudimentares que foram de importância significativa para o desenvolvimento local: instalação de duas bolandeiras manuais, que são máquinas de descarregar algodão, seguindo o caminho da

economia algodoeira. Com a oferta desse produto, Tenório et al. (2006, p. 229) relata que em Salomé “funcionou um tear para produção de tecidos que deu outro impulso ao povoado, estimulando novos empreendimentos”.

Além disso, a instalação de três engenhos puxados por bois e cavalos em 1910 trouxe mais dinâmica ao cenário econômico local, que prosperou e justificou a futura ascensão política do município (BARROS, 2015).

Analisando o tamanho de seu território, temos uma densidade demográfica de 101,59 hab/km² (IBGE, 2018). É o segundo município com maior diversidade produtiva nos limites da Microrregião Geográfica de Arapiraca, o primeiro é a própria cidade que dá nome a essa localização específica (TENÓRIO et al., 2006). Com um PIB per capita de R\$ 8.164,67 (IBGE, 2018), tem como rendimento econômico mais expressiva o campo agropecuário.

Para Tenório et al. (2006) São Sebastião possui “economia diversificada e pela posição no entroncamento da estrada federal e estadual, o município apresenta tanto uma cidade de comércio razoável como uma feira semanal significativa” (p. 229).

Segundo Carvalho (2015), o agreste, esta sub-região de transição entre a zona da mata e o sertão, na qual São Sebastião está inserido, “sem as condições apropriadas de clima e solo para plantar cana-de-açúcar, foi outrora uma região colonizada por criadores de gado para, logo depois, ser compartilhada pela agricultura de caráter policultor” (p. 27).

Sendo assim, com relação à agricultura, voltada para abastecimento do mercado local e também para exportação comercial, as plantações permanentes com mais de 50 pés na área, segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2017), são as de banana, que são cultivadas em 2 estabelecimentos; de caju, com 1 estabelecimento; de coco-da-baía, presentes em 7 estabelecimentos responsáveis pela produção de 2.017 (x 1000) frutos em 185 hectares; de goiaba, com 1 estabelecimento; de laranja, com 2 estabelecimentos, de mamãe, com um estabelecimento; de maracujá, com 6 estabelecimentos que produzem 17 toneladas e de pimenta do reino, com 3 estabelecimentos que juntos produzem 2 toneladas.

Já entre as culturas temporárias, se destacam, em questão de quantidade, a mandioca, que possui o maior número de estabelecimentos cultivadores, no total são 1.650 estabelecimentos que produzem 15.398 toneladas da raiz; em seguida aparecem o feijão de cor e o milho, com respectivamente 1.032 e 1.025 unidades de estabelecimentos produtores desses grãos no município. A cana-de-açúcar cultivada em São Sebastião, que chega ao total de 132.595 toneladas, é enviada ao município de Igreja Nova para a Usina Caeté - Unidade Marituba, pertencente ao Grupo Empresarial Carlos Lyra, onde passa pelos processos industriais de transformação em açúcar e álcool. Perdendo espaço com o tempo, assim como

aconteceu na vizinha Arapiraca, o fumo não possui hoje uma dimensão significativa nas terras cultiváveis do município que outrora foi um dos maiores produtores da lavoura fumageira no estado (BARROS, 2015).

Na pecuária, seu maior rebanho é de galináceos, com cerca de 847 (x1000) cabeças que produzem 22 (x 1000) dúzias de ovos. De acordo com Tenório et al. (2006) o município “é uma das localidades fortes da avicultura regional, realizada de forma integrada entre os produtores em suas pequenas e médias granjas, com assistência técnica e comercialização da Luna Avícola, de Arapiraca” (p. 229). Essa importante empresa alimentícia do agreste alagoano possui chocadeira em São Sebastião, atribuindo a função de distribuir os pintos nascidos para as granjas dos municípios vizinhos.

O segundo maior rebanho é o de bovinos, com 12.456 cabeças de gado, a maioria para corte, visto que é de apenas 328 o número de vacas de ordena. Ainda é encontrado no município uma significativa criação de suínos (2.000 cabeças), ovinos (1.786 cabeças), caprinos (383 cabeças) e equinos (837 cabeças) (IBGE, 2017).

A produção de peixes em cativeiro também é trabalhada, com destaque para as espécies: tambaqui - em maior número, são em torno de 31.880kg produzidos -, curimatã, pintado, cachara, cachapira, pintachara, tilápia e surubin. Além disso, a apicultura, com 1.410kg de mel de abelha coletados (IBGE, 2016).

Como afirma Manoel Correia de Andrade (1987), “o Agreste propriamente dito apresenta maior diversificação de paisagens que outras regiões, podemos distinguir uma série de zonas e subzonas geoeconômicas” (p. 36). Essa característica é facilmente observada em São Sebastião, município do agreste que tem por base econômica a agropecuária, mas apresenta também uma outra subzona geoeconômica de destaque: o artesanato de rendas, chegando a ser considerado o maior centro de produção artesanal de renda de bilros do estado de Alagoas (BARROS, 2015).

A grande maioria dos produtores do ramo agropecuário de São Sebastião é do sexo masculino. A título de exemplo, de acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2017) vemos que nos 18.089 hectares cultivados em cerca de 2.625 unidades de estabelecimentos agropecuários salomeenses, apenas 573 são registrados como de produtores do sexo feminino, colocando o restante das mulheres da zona rural de São Sebastião no papel de ajudante do marido na lavoura e de dona de casa. Já as mulheres da área urbana aparecem em outras funções econômicas, ou apenas sem ocupação.

Este não é um cenário específico desse município, de acordo com Martins (1973) “seja qual for o campo da atividade – industrial ou agrícola, há sempre um desperdício de força

produtiva do trabalho brasileiro” (p. 07). O autor explica que as mulheres no contexto de trabalho de uma indústria pesada, como, por exemplo, na mineração, permanecem durante todo o ano sem uma atividade econômica própria. Já no cenário rural, há uma oscilação contínua, pois existem momentos de fartura de trabalho, como na época de plantação e colheita de grãos e hortaliças, contudo, são sempre seguidos de intervalos longos de falta de serviço, mantendo-as desocupadas da função de agricultoras.

É nesse contexto que o artesanato entra em ação em algumas regiões, visto que para Diegues Júnior (1986) o produto desse trabalho “feito em casa, completa a ocupação doméstica, isto é, ao lado do movimento dos bilros, a rendeira, ciosa da sua casa, prepara a comida, varre os cômodos e cuida água” (p. 11). O mesmo autor diz que esse é um fenômeno facilmente observado em Alagoas, onde as rendeiras são também, em sua maioria, agricultoras ou esposas de agricultores e fazem artesanatos como uma forma de aumentar a renda familiar nos intervalos entre os cuidados nas plantações.

Historicamente, no processo de desenvolvimento do município de São Sebastião, mesmo anteriormente à emancipação, ainda como vila Salomé, enquanto os homens trabalhavam na terra, segundo o IBGE (2018) “as mulheres distraíam-se jogando bilros e de suas mãos habilidosas surgiram belíssimas rendas”.

Esse cenário é bem retratado por Manuel Diegues Júnior (2006, p. 223) em seu “Bangüê nas Alagoas” quando escreve a respeito das atividades das mulheres (esposas e escravas) nos engenhos do estado. As esposas destinavam seu tempo às “artes”, que as tornavam conhecidas em seus núcleos como senhoras prendadas, como a culinária de bolos e quitutes. Entretanto, o autor salienta que “não menos celebradas eram outras artes domésticas: as rendas, os labirintos, os crochês, a música, o canto”, arrematando ainda que “das artes domésticas a renda foi talvez a mais característica nos engenhos alagoanos”. Muitas das vezes, a rica senhora, para aumentar a produção, que se destinava ao consumo próprio, presidiava os “trabalhos de rendas das mucamas, cada uma com sua almofada ao colo”.

Observando o contexto de formação do povo salomeense, é hipótese provável é que, nos anos de povoamento da então Salomé, vieram acompanhando seus maridos e pais, mulheres que dominavam o ofício da renda de bilros, que foram passando seus ensinamentos de geração em geração, e fincaram em São Sebastião a cultura da produção com fim comercial desse artesanato.

Se na agricultura e pecuária o homem domina a paisagem, no que diz respeito à renda de bilro, a presença feminina é predominante. Para Diegues Júnior (1986, p. 09) isso se deve ao fato de que “O artesanato da renda encontra-se fundamentalmente vinculado à presença da

mulher como elemento de atuação cultural, quase sempre voltada às atividades artesanais em todos os povos”.

A predominância de mulheres e dos menores de idade no ofício é um fator essencial para manutenção das artes manuais em suas localidades, já que, segundo Martins (1973, p. 24-25) suas presenças “asseguram continuidade a estas, porque são bem mais espontâneos e apegados as tradições que quaisquer outros membros da comunidade”.

Trata-se então de um meio acessível, seguro e gerador de remuneração extra, utilizando o tempo vago de uma parte da população que se mantinha ociosa, refletindo em uma melhora no padrão de vida da família que passa também a contar com o dinheiro da venda da produção do trabalho feminino de renda de bilro (MARTINS, 1973).

Desta forma, esse tipo de artesanato se tornou uma atividade econômica importante para as famílias salomeenses, que em lar, praticavam o ofício, trazendo até hoje uma característica marcante que diferencia o município de São Sebastião dos demais do estado de Alagoas por esse ser conhecido como a "terra das rendas de bilro".

1.2 – A Renda de Bilro

Luíza e Arthur Ramos (*apud* MAIA, 1986, p. 23), dizem que “renda é a obra na qual um fio, conduzido por uma agulha, ou vários fios, conduzido por uma agulha, ou vários fios, trançados por meio de bilros, engendram um tecido e produzem combinações de linhas análogas às que o desenhista obtém com o lápis”.

Já para Catellani (2003) renda é um “tecido leve e transparente de malha aberta fina e delicada, formando desenhos variados pelo entrelaçamento de fios de algodão, seda, ouro ou prata” (p. 681). Esse trabalho delicado com linha é organizado de forma harmoniosa ao ponto de, visualmente, se formarem padrões ornamentais, que de acordo com características de tamanho, espessura e modelos, podem vir a ser um tecido em renda, entremeios ou bicos. No Brasil encontra-se espalhado por seu território diversos tipos de rendas, como a Renascença e o Filé, mas o tipo de maior abrangência geográfica no país é a Renda de Bilro (MAIA, 1986).

A principal característica da renda de bilro, além da forma, e o que a diferencia das demais rendas, é o uso do objeto cujo nome aparece explícito em sua classificação: o bilro. Isa Maia (1986, p. 24) define a renda de bilro como “a renda tecida com bilros, tendo como base um papelão picado, também chamado ‘pique’, afixado numa almofada cilíndrica por meio de alfinetes ou espinhos”.

A peça chave que dá nome a renda trabalhada no município alagoano de São Sebastião, o bilro, é feito de madeira em uma forma que se semelha a um fuso; trata-se de um tipo de bobina com extremidades arredondadas que fazem lembrar piões. Pode ser fabricada rusticamente com as próprias mãos, com a ajuda de uma faca, ou através de máquina em serralherias, sendo esta segunda forma a mais praticada atualmente. Com esses instrumentos em mãos, segundo Catellani (2003, p. 681), “os bilros são pendurados em alfinetões que, por sua vez, ficam espetados numa almofada, sobre a qual há um papelão furado, que serve de guia para a forma do desenho”.

Da renda de bilros, que também é conhecida como renda de almofada, renda do Norte, renda da terra, renda do Ceará, que tem seu surgimento em tempos mais recente que as rendas feitas com o auxílio do objeto agulha, já comum na Antiguidade. Para muitos estudiosos, a renda de bilros, até então chamada de *trina a piombina*, surgiu nos anos finais do século XV na Itália setentrional, mais precisamente nas cidades de Milão e Gênova (DIEGUES JÚNIOR, 1986).

Esta renda parte então de Milão em meados do século XVI, se espalha pela Europa e suas colônias graças ao crescimento do comércio ultramarino na cidade de Veneza, cidade famosa por suas rendas de agulha, que vivia momentos de expansão se destacando como posto de importação e exportação no Mar Mediterrâneo (CATELLANI, 2003).

Sua presença passa a ser comum no estilo de vida de países como a França de Luís XIV, chegando a ser conhecida até mesmo como *point de France*, e na Rússia, onde é citada até mesmo em um popular conto de fadas, intitulado Vasilisa, a Bela, do escritor Aleksandr Afanasev. A personagem principal deste conto, Vasilisa, é uma moça prendada, com o talento de uma boa rendeira de bilros, para Tatar e Borges (2013, p. 186) “A história de Vasilisa reflete os valores culturais de uma época passada, de um tempo em que a excelência nos ofícios domésticos era tão valorizada quanto a beleza”. Sendo assim, a produção de rendas, que prevalece até hoje, deve seu impulso ao fator sociocultural, que impunha a gerações de mulheres a dominar algum ofício para serem então vistas com bons olhos por toda a comunidade.

Para entender como a renda de bilros chegou ao Brasil é preciso entender como essa surgiu anteriormente em Portugal. Segundo Diegues Júnior (1986, p. 11) “Não há data precisa quanto ao momento em que a renda surgiu em Portugal”, o que se sabe é que a palavra renda surge no cotidiano português por volta de 1560.

O autor ainda explica que mesmo não existindo uma precisão histórica de surgimento dessa atividade em terras lusitanas, o fato é que o ofício se difundiu rapidamente por seu

território, inicialmente sendo feito em conventos católicos, que destinava sua produção para ornamentação das igrejas e vestes dos sacerdotes. Mais adiante, com as primeiras rendeiras já dominando a arte e passando o ensinamento para as mais jovens, surgiram importantes centros de confecção de renda no país: em Peniche, Vila do Conde, Viana do Castelo, Setúbal, Lagos e Açores.

No Brasil, Diegues Júnior (1986, p. 11) diz que a renda de bilro chegou “com as primeiras mulheres portuguesas, vindas com seus maridos e pessoas da família para a colonização”. Essa colonização inicia-se pelo litoral - isso explica o porquê de até hoje, mesmo que isoladamente, diversos trabalhos de rendas sejam facilmente encontrados em postos à beira-mar ou a margens de rios. Mesmo que os modelos feitos na colônia tenham vindo de Portugal, nossa natureza e estilo de vida serviram de inspiração para a criação de novos padrões artísticos aplicados na confecção das rendas. O autor explica que daí vem a rica variedade de modelos, que surgiram “através de estilizações, adaptações e recriações”. Como a força de trabalho nesse período histórico vinha dos escravos, eram das mãos das escravizadas que saíam a maior parte das rendas, mas a figura da sinhazinha também era presente nesse processo produtivo. A posse dessas escravas que realizassem um trabalho tão delicado e expressivo era um símbolo de *status* para seu senhor e a senhora.

A partir do litoral nordestino, a renda se espalhou para o interior. Para Diegues Júnior (1986, p.13), “influências pernambucanas, baianas, cearenses, levaram a arte para o agreste, penetrando, igualmente, em fazendas de gado, principalmente através do vale do São Francisco”. A renda de bilro é um tipo atividade artesanal, que no Brasil, se tornou popular no Nordeste e até hoje é facilmente encontrada em todos os estados dessa região, com exceção do Piauí (CATELLANI, 2003).

Além dos estados Nordeste, alguns estados de outras regiões também se destacam na produção de renda de bilros, como Santa Catarina (principalmente na ilha de Santa Catarina), no sul do Brasil e Rio de Janeiro, no Sudeste, com Cabo Frio e Campos como os principais pólos produtores do estado. Mesmo em um país longe de sua origem, sua prática foi, em parte, tão bem executada devido a linha algodão, sua matéria-prima, ser de fácil acesso no território brasileiro (MAIA, 1986).

O algodão, enquanto material bruto, foi uma das culturas mais difundidas na região nordeste desde o período colonial. Possui uma fibra natural unicelular que é composta especialmente de celulose. Anteriormente, os fios de algodão utilizados pelas rendeiras eram feitos por elas mesmas com a ajuda das rocas (MAIA, 1986).

Atualmente, com a tecnologia presente na indústria da moda, o algodão é usado para a fabricação de fios em grandes quantidades, além disso, tornou-se mais leve, resistente e ainda facilita a transpiração, o que explica ser, no setor têxtil, a fibra mais utilizada (CATELLANI, 2003).

Sua cor natural é a mais trabalhada, ou seja, o branco, mas como pode ser tingido de qualquer cor é facilmente encontrada, levando em consideração a questão da oferta e da procura, em uma gama de tonalidades. E é também, da trama de linhas de algodão, que, após o processo de fabricação manual, surge a formas das rendas de bilro, criando peças de aplicação para roupas e acessórios de casa, mesa e banho.

Como foi dito acima, a linha de algodão é a matéria-prima da renda de bilro, mas para o processo de confecção dessa renda se faz necessário três objetos: Almofada, papelão e bilros. A almofada é o artefato que serve como base para estruturação da renda. É assentado sob essa que a rendeira cria suas peças. Normalmente as almofadas para essa finalidade são feitas de pano de saco de estopa, onde as laterais são costuradas deixando apenas uma abertura por onde passa um cordão ou fio que mais tarde, após o preenchimento com palha de bananeira ou capim, será fechado, criando uma forma cilíndrica ou arredondada.

Figura 2: Almofadas de Renda de Bilros



Fonte: Arquivo do autor, visita realizada em 2018.

A maior parte das rendeiras gostam de deixar suas almofadas mais bonitas e coloridas, por isso costuram por cima da estopa um outro tecido, normalmente a chita. Na região Nordeste o comprimento comum da almofada é de 80cm, e segundo Isa Maia (1986, p. 51) “Esta dimensão está de acordo com as peças a serem executadas. Para bicos, rendas ou entremeios, não é necessária a almofada grande. No Nordeste, com é mais usual estes tipos de peças, as almofadas são menores”.

Toda almofada de renda apresenta também alguns acessórios necessários: os alfinetes, objetos utilizados para manipulação do papelão e dos bilros. Ainda pode ocorrer em algumas regiões, mas é cada vez mais raro, o uso de espinhos em vez de alfinetes industriais. Esses são extraídos de plantas como o mandacaru e o xique-xique, mais comuns no semiárido, ou espinhos de laranjeiras.

O papelão, que também pode ser chamado de pique, funciona como uma espécie de molde ou modelo padrão que deve ser fixado na parte de cima da almofada e preso com a ajuda de alfinetes ou espinhos. Esse papelão deve ser previamente furado com alfinete marcando exatamente todos os pontos por onde passarão a linha formando o desenho da renda. Esse processo de furar o papelão é chamado de beliscado (MAIA, 1986).

Figura 3: Papelão



Fonte: Arquivo do autor, visita realizada em 2018.

Não se trata de uma peça descartável, pelo contrário, a tradição é conservá-los e passá-los para as próximas gerações de rendeiras, o que não as impede de durante esse processo criarem outros modelos.

Já o bilro, peça chave para feitiço dessa renda, é uma pequena peça de madeira, que mede cerca de 13cm, e lembra um fuso, onde suas extremidades são chamadas de “cabeça” do bilro, essa parte do objeto pode ser encontrada na forma de pião, pastilhas ou até mesmo redonda, como é mais comum em São Sebastião. A cor dos bilros vai depender da madeira utilizada para sua confecção, esse aspecto também vai depender da vegetação local, o bilro é mais claro, em tons amarelados quando se usa a madeira da árvore mata-fome por exemplo, e mais escuro quando se usa pau-ferro. A própria rendeira pode fazer manualmente com o auxílio de uma faca seu próprio bilro, mas o mais comum é um artesão produzi-lo, normalmente um pescador.

Figura 4: Bilro



Fonte: Arquivo do autor, visita realizada em 2018.

O passo-a-passo do trabalho de construção da renda, que normalmente tem como local de produção a própria casa da artesã, é descrito por Isa Maia (1986):

Quando a rendeira vai trabalhar ou aprender a fazer a renda, a primeira coisa que faz é armar a almofada ou ‘assentar’ na linguagem popular, isto é, preparar para ‘trocar’ os bilros. Assim é necessário dispor de um papelão picado ou ‘pique’, que funciona como molde da renda. O papelão é picado ou furado com alfinetes ou espinhos, tendo uma amostra da renda em cima, seguindo seu desenho, e furado exatamente no ponto de encontro das linhas. É uma atividade que nem todas as rendeiras executam. Algumas são especialistas e preparam o papelão para as companheiras. Estando pronto o pique, que é guardado para ser usado muitas vezes, a artesã passa a encher os bilros, enrolando na extremidade superior a linha que vai trabalhar. Em seguida, fixa na almofada o papelão, com os alfinetes ou espinhos, que são colocados nos furos do pique, e prendendo os bilros nos alfinetes da parte superior do papelão. Assim, no começo do pique, em pares, os bilros são pendurados – um, para esquerda, e outro, para a direita. A partir daí, passa a tecer renda, trocando os bilros, de acordo com o motivo a executar. O número de bilros varia – meia dúzia para rendas estreitas, e quanto mais larga é a renda, maior o número de bilros. A rendeira maneja até cinco dúzias de bilros, dependendo da largura da peça e de sua habilidade. Trabalha com bilros entre os dedos e vai tecendo a renda com agilidade, nos movimentos de trocar os bilros na medida exata do espaço necessário para a conformação do desenho. É condição essencial que o papelão sirva para toda a extensão da renda. Assim, a rendeira vai ajustando, na proporção que vai executando seu trabalho. O trocar de bilros se desenvolve da seguinte maneira: os da direita passam sucessivamente para esquerda e vice-versa, na ordem em que forem satisfazendo às exigências do desenho, impostas pelos pequenos furos, no pique, onde os alfinetes vão sendo colocados. ‘Bater’ os bilros é outro procedimento empregado pela rendeira, quando executa normalmente seu trabalho. Assim, a artesã vai ajustando a renda sobre o pique, voltando em seguida a trocar bilros. A renda de bilro, como finalização de um trabalho de almofada, apresenta-se como renda a metro – entremeio ou pegamento, bico, ponta ou pontilha, renda de quadro e aplicações. Os bilros vão passando de mão a mão, sem isto se perceber, tão grande é a ligeireza da rendeira. (1986, p. 50).

Os pontos, ou seja, as formas usadas para criar os motivos ornamentais encontrados nas rendas, mais trabalhados pelas artesãs do Nordeste são: traça, tijolo, meio trocado, trocado inteiro, pano e trança, finagram, coentro e pé de coelho. Os motivos ou desenhos que as rendas formam são tradicionais, feitos assim por várias gerações. Contudo, novos motivos podem ser criados, que serão diretamente influenciados pela paisagem da região. Os bicos, que estão entre as peças mais feitas pelas rendeiras, seguem essa mesma tradição de receber nomes com uma

carga regional, como por exemplo, bico de percevejo, pico de xexéu, bico de abano, pico pestana.

As artesãs, por conta de fatores como luminosidade, temperatura ambiente e exposição do trabalho tendem a trabalhar sozinhas fazendo renda na frente de suas casas. Porém, quando chega o período da tarde e a temperatura fica mais alta, pode acontecer de as rendeiras formarem grupos embaixo de árvores ou do lado de suas casas, onde existe sombra e um clima mais ventilado, além desses momentos trazerem a oportunidade de uma roda de conversa entre elas.

Como é um trabalho que passa de geração em geração, existe a presença das filhas das rendeiras no ambiente de trabalho, da mesma forma que essas meninas aprendem a ajudar suas mães nas tarefas domésticas, é nessa fase que também são ensinadas a fazer renda, começando com rendas de bicos estreitos, onde a artesã mais experiente costuma ser a responsável pelo processo de finalização, que requer mais prática.

Para Isa Maia (1986, p. 71): “A subsistência da renda artesanal está fundamentada na tradição familiar e no fato de que o próprio trabalho tem funções sócio-econômicas e lúdicas.”

CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO DO ARTESANATO NO BRASIL: ECONOMIA, POLÍTICA E ASSISTÊNCIA

2.1 – Artesanato: História, Desenvolvimento e Assistência no Brasil

Segundo a Portaria nº 1.007 – SEI de 11 de junho de 2018, confere no Capítulo IV – Do Artesanato; Seção I – Da Atividade Artesanal; Art. 19, “o artesanato é toda produção resultante da transformação de matérias-primas em estado natural ou manufaturada, através do emprego de técnicas de produção artesanal, que expressa, criatividade, identidade cultural, habilidade e qualidade (BRASIL, 2018).

Já o artesão, conforme Martins (1973), é “a pessoa que faz, a mão, objetos de uso frequente na comunidade” (p.19). E para que, desde já, não haja equívocos, vale salientar que o artesão não é o indivíduo que trabalha segundo os moldes da indústria, ou seja, com o uso majoritário de maquinário, divisão do trabalho, salário e produção em série, e tampouco é aquele que faz um trabalho manual sem qualidade, design e mutação da matéria-prima (BRASIL, 2018).

O artesanato, sendo parte do circuito inferior, é, segundo Milton Santos (1979), “constituído essencialmente por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão” (p. 31).

Milton Santos (1979, p. 25) ainda explica que cada período histórico “é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema”, e, sendo assim, cada período representa uma modernização. Estas modernizações não ficam restritas ao sistema dos países-polos e parte destas inovações chegam até os subsistemas dos países periféricos, mas de forma seletiva e empregando apenas uma parte da população. O autor afirma que o processo de modernizações através da industrialização “nem sempre é capaz de criar um ‘crescimento’ com ‘desenvolvimento’, mas apenas um ‘pseudodesenvolvimento’, devido à ausência de articulação local das atividades e da redistribuição regressiva da renda”.

Os subsistemas dos países subdesenvolvidos apresentam, assim, um espaço dividido entre um circuito superior da economia urbana, do qual a indústria faz parte, e um circuito inferior, de manufaturas e serviços tradicionais. Os dois circuitos apresentam como distinção

básica as diferenças de tecnologia e de organização. Milton Santos (1979) desenvolve o conceito de espaço dividido para analisar de forma íntegra o cenário da economia urbana dos países subdesenvolvidos levando em consideração uma abordagem temporal das modernizações que esses países experimentaram e suas características no espaço.

De acordo com Milton Santos (1979), o circuito superior da economia urbana dos países subdesenvolvidos compreende características como: tecnologia de capital intensivo, organização burocrática, importância de capitais, emprego reduzido, predominância do profissional assalariado, estoques em grande quantidade, preços fixos, créditos institucionais através dos bancos, margens de lucro medidas pelo volume de negócios e não por unidade, relações impessoais com a clientela, importância nos custos fixos e necessidade de publicidade. Outros aspectos significativos deste circuito são a não reutilização de bens, o imprescindível overhead capital, a ajuda governamental e a dependência direta do exterior, para qual é destinada sua produção.

Já o circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos, do qual o artesanato faz parte, apresenta, segundo o mesmo autor, características antagônicas às evidenciadas no circuito superior. No que diz respeito à tecnologia, no circuito inferior persiste o trabalho intensivo, que se mantém dentro de um contexto de organização primitiva e de capitais reduzidos. O emprego neste circuito é volumoso, porém, funcionando, por vezes, fora do mercado formal e o emprego quase sempre não é assalariado.

Com relação à produção, no circuito inferior da economia os estoques de produtos são mantidos em pequenas quantidades e com qualidade inferior devido as formas de armazenamento praticadas. Os preços no circuito inferior são estipulados através de acordos diretos com compradores que compõem a clientela, sendo comum nesta relação a presença do crédito pessoal não-institucional. Os produtores deste circuito obtêm alguma forma lucro por meio de unidades de sua mercadoria, mas a margem de rendimento se mostra pequena quando se leva em consideração o volume total dos produtos vendidos.

Além destas características, no circuito inferior da economia dos países subdesenvolvidos os custos fixos são desprezíveis e a reutilização dos bens é frequente. Com nenhuma publicidade, os trabalhadores do circuito se veem diante de quase nenhuma ajuda governamental e, diferente do que acontece no circuito superior da economia nos países subdesenvolvidos, aqui a dependência direta do exterior é acanhada ou inexistente (SANTOS, 1979).

2.1.1 - História e Evolução do Artesanato

O artesanato, enquanto sistema de trabalho marca uma evolução cultural, esse progresso só ocorreu em decorrência da divisão do campo ocupacional e da evolução do homem, a partir de sua necessidade de sobrevivência, em que a precisão de meios de subsistência e os hábitos como a vida em sociedade levaram a exigir maior geração de bens. O surgimento do artesão, um trabalhador manual, veio da necessidade e da possibilidade de inovação, aspectos ligados a inteligência humana evoluída, onde a partir do momento que o homem passa a ter uma postura ereta, suas mãos ficaram livres, e é através da sua sapiência, que as guiam, que começa a desenvolver utensílios para uso individual e coletivo (MARTINS, 1973).

Por fazer parte do complexo rural, a atividade artesanal dentro da história da humanidade surgiu antes mesmo das inovações das grandes civilizações egípcia e mesopotâmica. Nos atentando a produção têxtil, o homem primitivo e agrário já trabalhava com fibras animais e vegetais. Na Ásia Central, por exemplo, já se desenvolvia o feltro através de uma técnica onde se desembaraçava, banhava com água e posicionava em faixas os pelos ou a lã em uma esteira, que era enrolada e socada com um pedaço de madeira até que fossem comprimidos formando um tecido, que por sua vez era utilizado de diversas formas, inclusive como roupa (LAYER, 1989).

Dessa forma, o homem tem a capacidade intelectual de passar, por meio da linguagem, os ensinamentos acumulados para as gerações posteriores: a forma como se aprende o ofício artesanal costuma ser prática e informal; um fenômeno fácil de ser explicado já que se trata de um trabalho que acontece no espaço de residência do artesão, onde muitas vezes esse mesmo trabalhador conta com a ajuda de outros membros de seu núcleo familiar, incluindo crianças. Nessa perspectiva, o artesão é um causador de novos artesões. Seja de caráter formal ou informal, o único caminho para instruir-se é com a prática. Assim, o mais comum é que o aprendiz - e aqui não importa a idade, contudo, costuma ser ainda criança -, que já vivencia um ambiente de produção artesanal, comece a observar e a copiar de forma mecânica o trabalho do artesão experiente, e dessa forma, o artesão veterano passa a ensiná-lo, preliminarmente, com atividades mais simples (MARTINS, 1973).

Com o tempo, já dominando todas as técnicas necessárias para elaborar peças mais complexas, podemos dizer que o principiante, que passou a criar por conta própria, já é um artista-artesão, dono de seu trabalho e consegue realizar sozinho todas as etapas de sua obra, sendo essa ação uma das características mais marcantes desse profissional.

Segundo Martins (1973, p. 32), “durante os séculos X, XI e XII, a indústria manual caseira se impôs e prosperou na Europa”, onde a elaboração de novos bens de consumo e as oficinas de aprendizagem nas guildas levaram a ampliação da rede de artesanato têxtil. Quando, séculos depois, se inventou a roda de fiar, foi proporcionado um aumento significativo na produção de fios, o que trouxe mudanças no ambiente de trabalho por conta da rapidez na fabricação, suscitando avanços na estrutura econômica vigente neste período histórico da evolução humana. O artesanato de renda, que passa a ter como matéria-prima os fios manufaturados de origem vegetal e animal, se desenvolve e como sempre esteve ligado à Itália, foi lá que surgiu a palavra *artigiano* (artesão), que no século XIX evoluiu para uma palavra que representa o ofício do trabalhador artesão: *artigianato* (MARTINS, 1973).

2.1.2 – O artesanato de renda no Brasil: desenvolvimento e proibições

Partindo para uma escala territorial mais próxima a nós, constatamos que o artesanato de renda tem uma longa história de crescimentos e proibições em Portugal e em sua colônia nas Américas: o Brasil.

Uma atividade já bem instalada na metrópole portuguesa no século XVI, veio a tornar-se proibida pelo rei Filipe II, que arquitetando uma maior parceria comercial com a região que atualmente conhecemos como Bélgica (que neste período era uma grande produtora de artesanato de fios), resolveu impedir a produção de rendas em seu país. Tal decisão fez com que as rendeiras portuguesas só voltassem a trabalhar em seus ofícios no ano de 1677, mais de seis décadas depois, e dessa vez, por ordem de D. Pedro.

Transportada para o Novo Mundo, a atividade de se produzir rendas foi trazida para o Brasil pelos colonizadores lusitanos, no qual logo se desenvolveu amplamente com oficinas artesanais. Este é um fenômeno que se deve a uma questão de pura necessidade doméstica, já que durante os anos de colônia, com uma população distinta de sua metrópole na Europa, não existia por aqui uma grande oferta de objetos úteis ao dia-a-dia, ou até mesmo de apreciação pela beleza.

Este período de calma foi interrompido quando a rainha Maria I, resolveu repetir em terras brasileiras algo já feito por seus antepassados na metrópole: a proibição da tecelagem caseira. Através do alvará de 5 de janeiro de 1785, vetou as fábricas têxteis e manufaturas de ouro, prata, sedas, algodão, linho e lã no Brasil. Esta decisão foi tomada porque a coroa tinha receio que a população deixasse de lado as atividades econômicas ligadas à agricultura e à mineração para se dedicar a atividades de transformação de matérias-primas.

Nas palavras da monarca, “quanto mais se multiplicar o número dos fabricantes, mais diminuirá o dos cultivadores; e menos braços haverá, que se possam empregar no descobrimento”. Como os interesses na coroa estavam ligados ao setor primário, as exceções de fabricação têxtil na colônia eram roupas para os escravos e sacos para a produção, ambos feitos com algodão grosso (ARQUIVO NACIONAL, 2018).

Foi somente 23 anos depois, em 1808, que seu filho, o Príncipe D. João, autorizou a retomada da atividade manufatureira caseira, da qual as rendas faziam parte, e 1813, o mesmo monarca legaliza o artesanato produzido em terras brasileiras através da assinatura de uma provisão (MARTINS, 1973).

2.1.3 – O Artesanal diante da Revolução Industrial

No entanto, já se saudava o século XIX, e por conta da revolução industrial o que se verá a partir daí é o artesanato perdendo um espaço cada vez maior no mercado. Tal fato deve-se ao avanço da indústria e pelo menor custo dos produtos industrializados, que impossibilitam os trabalhadores manuais de competir com a agilidade das máquinas e com os valores cobrados pelo mercado.

Nesse prisma, Pierre George (1971, p. 56) explica que nos períodos anteriores à revolução industrial, todos os objetos utilizados no dia-a-dia pelo homem – os quais o autor chama de “necessidades não alimentares” - eram adquiridos através da fabricação artesanal e doméstica. Como nesse período não existia ainda a produção em larga escala de bens de consumo, toda roupa, artigos de cozinha ou de decoração eram feitos por membros da própria família ou da comunidade local.

Com isso, os indivíduos responsáveis pela fiação e tecelagem da lã, por exemplo, eram, em sua maioria, do sexo feminino. Na zona rural, essa pequena produção era tão importante para vivência daquelas pessoas que, ainda segundo o geógrafo francês, “a roca e a roda são instrumentos de trabalho rural da mesma forma que o arado” (GEORGE, 1971, p. 56); enquanto que nas cidades, era papel das criadas conservar e atualizar as peças de vestuário de seus patrões.

Nesse contexto, os atos de bordar e costurar faziam parte das regras de etiquetas das mulheres de todas as classes sociais tidas como “bem-educadas”, contudo, se nos distanciarmos dessa atividade enquanto “hobby” e a olharmos como uma atividade econômica vinculada à obtenção de capital, fica evidente que se trata de um trabalho que sempre foi executado por indivíduos da classe baixa (NERY, 2012).

Todavia, é importante ressaltar que o artesanato não é de imediato derrotado pela indústria, pois até o fim do século XIX a indústria têxtil - a mais ligada diretamente a bens de uso - ainda se via responsável apenas pela fabricação de tecidos e fios, e não era encarregada pelas vestimentas prontas para o uso individual. Sendo assim, continuava sendo responsabilidade dos alfaiates, costureiras, artesões, sapateiros e donas de casa todo o trabalho de construir vestidos, ternos, rendas, bordados, calçados e aplicações que seriam usados por toda a população que necessitava se vestir adequadamente para, entre outras formalidades, trabalhar.

Outro fator da permanência do artesanato no cenário histórico e econômico está ligado ao processo seletivo das modernizações. Nos países subdesenvolvidos não foram sentidos de forma imediata e ampla os impactos modernizadores, esses foram ocorrendo com o passar dos anos, selecionando espaços e mantendo outros em uma situação de tecnologia e organização defasada (SANTOS, 1979).

Assim, foi somente no século XX que a grande indústria, preocupada com a falta de diversidade da sua rede e com a necessidade de crescimento, se lança na fabricação de produtos de uso pessoal. É a partir daí que o artesanato, ocupação de uma significativa parte da população, entra em decadência, pois além de se tornar impossível concorrer, o salário oferecido pela indústria levou muitos trabalhadores a procurá-las, abandonando seus ofícios tradicionais (GEORGE, 1971).

A partir disso, Pierre George (1971, p. 56) descreve que “a criação de um mercado de massa exige uma produção de massa que se organiza para produzir a preços relativamente baixos: produção em série e de banalidade”. Dessa forma, o consumo de produtos de vestuário industrializado, seguindo técnicas de produção já bem desenvolvidas no pós-guerra nos Estados Unidos, ultrapassa as fronteiras da nova potência hegemônica e se torna um hábito em que a população de diversos países, que antes apresentavam diferenciações culturais na forma de se expressarem visualmente através de suas peças de roupas, passaram a se vestir de forma igual, como um uniforme global.

As modernizações do século XX fizeram com que a propagação da informação se tornasse mais rápida e acessível. Isso se deu por causa da liberdade que ela possui ao ser detentora de seus próprios veículos de comunicação. Segundo Milton Santos (1979, p. 28) a ação da informação “se faz sentir em todos os níveis e constitui o principal sustentáculo da difusão de novos modelos de consumo inspirados nos países mais ricos”.

Seguindo, pode-se inferir que indústria é cultura de massa enquanto artesanato é cultura popular, e Milton Santos (2006, p. 222) diferencia bem essas duas formas de cultura: “a

cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar”. Entretanto, não trair o meio no qual se desenvolve não quer dizer que a cultura popular seja imutável, já que mesmo apresentando uma relação bastante restrita entre o homem e o lugar, ainda é uma manifestação mundial e com isso é passível de trocas de experiências ao mesmo tempo em que mantém sua originalidade, que representa o lugar, resguardada. Por outro lado, a cultura de massa tem como característica a uniformização dos lugares, passando por cima das culturas locais e implementando uma sociedade que se comporta e se expressa segundo as normas do poder hegemônico.

Apesar deste cenário nada animador para os trabalhadores que seguem no setor manual de produção de bens, Martins (1973, p. 77) defende que a indústria pode até enfraquecer a produção artesanal, mas não a elimina: “haverá artesanato no futuro e em toda parte, seja qual for avanço cultural”.

2.1.4 – Caminhos para uma assistência ao artesão brasileiro

O fato é que um bom produto artesanal pode levar muito tempo para ficar pronto e tentar competir com a rapidez da indústria leva o/a artesão/artesã o feito de produtos realizados às pressas e conseqüentemente, de má qualidade. Junta-se a isso um problema comum no Brasil: a aparente falta de incentivos por meio do Estado e das prefeituras. Para que o artesanato continue sendo produzido no país se faz necessário uma rede de assistência ao produtor, até que esse se organize ao ponto de conseguir se desenvolver sozinho. São três os caminhos que os responsáveis pela assistência ao artesão necessitarão tomar para ajudá-lo a viver de seu ofício. Financeira, Comercial e Técnica (MARTINS, 1973).

Pensando nisso, a ajuda financeira deve acontecer através de políticas econômicas de investimentos produtivos, de forma direta, como é o caso de empréstimos especiais e sem juros, com um prazo estendido para o pagamento, ou até mesmo com doações de aparelhos e instrumentos de uso diário na rotina do artesão, como linhas, agulhas, tintas e fornos; e de forma indireta, como por exemplo a aplicação de parte do rendimento nacional em melhorias nos setores de meios de transportes e comunicação.

De acordo com George (1971, p. 79), “não há política econômica sem opção entre o investimento e a distribuição de meios de consumo”, por isso a questão financeira deve estar atrelada à assistência comercial, pois sem ela toda a produção ficaria sem escoamento. Essa etapa da produção necessita de um amparo eficaz, pois, segundo Martins (1973, p. 84-85) “o

artesão produz, mas não dirige, nem sabe fazer negócios”, e por conta disso é importante que haja alguém responsável por dirigir a venda do que foi produzido de artesanato.

Uma boa parte do que é produzido no país acontece em pequenas cidades e zonas rurais afastadas dos enormes centros de consumo nacional. Isso é o que Milton Santos e María Laura Silveira (2006, p. 264) chamam de “espaços opacos”. Logo, reiterando, é preciso auxílio do Estado e de organizações privadas para um maior fluxo de negócios e mercadorias entre esses subespaços e os “espaços luminosos”, ou seja, cidades com maior conteúdo em capital, onde um público consumidor mais numeroso tenha acesso direto aos produtos artesanais.

Por último, a assistência técnica, deve acontecer em forma de cursos de aperfeiçoamento, palestras ou material didático, que seriam responsáveis pela atualização dos processos de criação do produtor artesanal, que por vezes repete uma mesma construção com um design ultrapassado e nada atrativo ou então, o oposto do anterior, se joga em tendências passageiras (MARTINS, 1973).

As políticas públicas que buscam levar assistência ao artesão devem, como aponta Cocco, Galvão, Silva (1999, p. 28-29) “contemplar um planejamento do contexto capaz de tornar visíveis as ‘mãos da comunidade’ e, sobretudo, de fazer emergir formas de atuação empreendedoras nestes ‘territórios sociais’”. Ou seja, essas políticas devem ser bem elaboradas para que esse trabalhador receba a ajuda necessária, que o elevará a um lugar de cidadão capaz de se desenvolver junto com sua comunidade, produzindo mercadorias de valor significativo e comercial ao ponto de o fazer viver plenamente de seu trabalho e em sintonia com o lugar onde vive, fazendo parte ativamente do processo de enriquecimento de toda a região.

No Brasil, as tentativas de assistência se deram tarde. Mesmo já sendo um país independente e com sua república instaurada, o amparo e o direito de existência do artesanato local só ficou subentendido na Constituição de Getúlio Vargas, que data de 10 de novembro de 1937, no artigo 136 que deixa vivo ser “o trabalho é um dever social. o trabalho intelectual, técnico e manual tem direito a proteção e solícitude especiais do estado.” (p. 36). O artigo ainda afirmava que se tratava de um direito de o cidadão subsistir mediante ao trabalho honesto, sendo papel do Estado proteger e assegurar condições dignas para o desenvolvimento do indivíduo (PORTO, 2012).

Contudo, esse mesmo período é responsável pelo fracionamento do mercado de trabalho brasileiro. Essa característica, portanto, faz com que as pessoas que labutam em uma profissão que não estão inseridas nos termos da formalidade encontrem dificuldades de apoio e desenvolvimento em suas áreas.

Ainda nesse período, a Era Vargas se empenhou para fomentar a instalação do mercado de trabalho formal no Brasil e com isso uma parcela da população conquistou direitos trabalhistas, no entanto, segundo Cocco, Galvão, Silva (1999, p. 27-28) esta mesma iniciativa getulista “deixou de fora uma parcela significativa da população, que passou a desempenhar suas atividades econômicas à margem da oficialidade ou da formalidade”. Essa população, a qual estão inclusos os artesões, se encontrava nas posições mais inferiores da estrutura do mercado de trabalho, sem uma remuneração satisfatória e excluídos de qualificações e dos direitos formais assegurados pelo Estado, como salário mínimo, férias e seguro desemprego.

Com o passar do tempo, e por mais que a Constituição de 1988 apresente como um de seus fundamentos no Artigo 1º, inciso IV “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” e ainda no Artigo 5º, inciso XIII “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão”, foi somente em 22 de outubro de 2015, durante o governo de Dilma Rousseff que foi criada uma legislação específica para o artesanato brasileiro. A lei de nº 13.180, ordena sobre a profissão de artesão e sanciona que artesão é “toda pessoa física que desempenha suas atividades profissionais de forma individual, associada ou cooperativada”. Assim sendo, o artesanato passa a ser uma atividade assegurada por políticas públicas que visam o seu reconhecimento como elemento de identidade cultural do Brasil, além de buscar uma maior aproximação com outras áreas econômicas e sociais em desenvolvimento no país.

2.1.5 – O Programa do Artesanato Brasileiro – PAB

Continuando com os avanços, uma importante ação desenvolvida para assistência à produção artesanal nacional foi a criação do Programa do Artesanato Brasileiro, que tem suas raízes no Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato instituído pelo Decreto nº 80.098 de 08 de agosto de 1977. Nesse decreto, o então presidente Ernesto Geisel estabelece que as atividades assistenciais ao artesanato nacional sejam supervisionadas pelo Ministério do Trabalho e que tenham como objetivo principal “coordenar as iniciativas que visem à promoção do artesão e a produção e comercialização do artesanato brasileiro”.

O artigo 2º deste decreto trazia uma lista de outros objetivos do programa, como o desenvolvimento da atividade artesanal em todo o país; a certificação para o crescimento do artesão e que este consiga se sustentar; o encaminhamento à formação de profissionais; o encorajamento e viabilização de sistemas para uma melhor organização de produção e comércio dos produtos artesanais; a promoção do cuidado com relação ao artesanato nacional

– por ser uma manifestação de nossa cultura popular e por isso se faz necessário buscar meios de proteção jurídica para os trabalhadores artesões -, e ainda, incentivos fiscais e financeiros e o favorecimento de pesquisas responsáveis pela atualização do setor artesanal (BRASIL, 1977).

Quase dois anos depois, com o Decreto nº 83. 290, de março de 1979, o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato – PNDA, foi enriquecido com a “Classificação de Produtos Artesanais e Identificação Profissional do Artesão”. Através dessas medidas, os tipos de artesanatos feitos no país seriam identificados e certificados por órgãos públicos e privados, os quais alguns receberiam um selo de qualidade estabelecido pela Comissão Consultiva do Artesanato. Paralelamente, os artesãos seriam cadastrados e fiscalizados, passando a terem uma identificação profissional - uma espécie de código que apareceria em seus produtos -, e dessa forma este profissional também receberia, por meio do Ministério do Trabalho, a Carteira de Trabalho e Previdência Social com anotações gerais a respeito das condições específicas de trabalhador diferenciado (BRASIL, 1979).

Apesar disso, em 1991, décadas depois, o decreto de 1977 e alguns artigos de 1979 foram revogados, ou seja, invalidados. Foi então, através de Decreto de 21 de março de 1991, durante o governo de Fernando Collor, que se cria o Programa do Artesanato Brasileiro, o PAB, vigente até hoje. Nesse ano, o programa passou a fazer parte do Ministério da Ação Social por meio da Secretaria Nacional de Promoção do Artesanato Brasileiro e possuía como principal objetivo “coordenar e desenvolver atividades que visem valorizar o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, bem assim desenvolver e promover o artesanato e a empresa artesanal” (BRASIL, 1991).

Mais tarde, com o Decreto nº 1.508, de 31 de maio de 1995 o PAB passa a ser subordinado ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo do governo Fernando Henrique Cardoso (BRASIL, 1995).

Na contemporaneidade, de acordo com o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, o PAB faz parte da pasta do Ministério da Economia, na Subsecretaria de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria. O programa trabalha para que o artesanato se torne cada vez mais uma atividade estruturada e ciente de seu papel enquanto importante agente econômico dentro das comunidades onde é praticado. Como são muitos os locais no Brasil que se desenvolvem algum tipo de atividade artesanal, é indispensável um olhar atencioso para um trabalho que pode ser um aliado na melhoria das condições de vida de uma expressiva quantidade da população do país.

No entanto, mesmo que o programa hoje se encontre no Ministério da Economia do governo Bolsonaro, o documento que o determina e estabelece a mais atualizada base conceitual do artesanato brasileiro é a Portaria nº 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018 da então Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. No Art. 4º dessa portaria se encontram os objetivos e as finalidades do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB). Segundo este documento, o programa tem como objetivo principal “promover o desenvolvimento integrado do Setor artesanal e a valorização do artesão, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico”.

E assim, o PAB torna-se o responsável por desenvolver políticas públicas seguidas de ações que devem valorizar o trabalhador do artesão, ajudando-o a crescer em sua profissão. Para isso, o programa deve apoiá-los estrategicamente e de maneira contínua para que esse profissional esteja sempre se qualificando e se aperfeiçoando em seu campo ocupacional. É papel do PAB, também, criar formas de desenvolvimento que avigorem a atividade artesanal, trazendo inovações que sejam capazes de elevar a condição dos produtos, tonificando toda a cadeia produtiva ligada ao artesanato.

Estruturalmente, o PAB é composto de uma Coordenação Nacional (coordenador escolhido pelo Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa) e por 27 Coordenações Estaduais do Artesanato (CEA), sujeitas às Secretarias de Estado dos estados brasileiros e do Distrito Federal, que se associam através de um Acordo de Cooperação Técnica que visa o crescimento do artesanato no Brasil. São as Coordenações Estaduais do Artesanato as responsáveis pelo cadastro dos artesãos, assim como a atualização deste, além da expedição da Carteira Nacional do Artesão e outros procedimentos.

Ademais, o programa é igualmente responsável por trabalhar uma imagem positiva do artesanato como uma manifestação da diversidade cultural do nosso país, tratando, assim, de divulgá-lo por todo o mundo consumidor. Somado a isso, ainda é responsabilidade do PAB fazer acontecer o fórum nacional do artesanato e ajudar para que se concebam fóruns desse tipo a nível estadual e determinar que sejam entregues prêmios nacionais para artesões que se destacarem no serviço relevante à cultura popular de seu lugar. E por fim, o PAB mantém efetivado o portal do artesanato brasileiro e gerencia políticas públicas que visem o desenvolvimento da atividade artesanal brasileira levando em consideração os interesses dos trabalhadores do ramo, que estão distribuídos em todo o território nacional.

Os dados dos artesões são armazenados em um sistema único: o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – SICAB, e é através desses dados, em

sintonia com a base conceitual, que é possível fazer um mapa geral dos locais onde acontece o artesanato e é assim, planejar políticas públicas para ajudar os trabalhadores artesanais do país.

Com essa organização, o programa deve sistematizar os meios e os atores que viabilizem saídas adequadas para proteger e afirmar o desenvolvimento geral dos artesãos, garantindo transformação e manutenção para uma existência digna a esses profissionais, e para isso é indispensável que os produtos artesanais cheguem ao mercado que irá consumi-lo. Portanto, é função do PAB criar e manter estruturas públicas de compra e venda do artesanato produzido (BRASIL, 2018).

Ainda em relação a organização do programa, Salete Nery (2012, p. 225-226) chama de “nódulos” este sistema de formas e atores que articulam e viabilizam o desenvolvimento artesanal. Esses nódulos são formados por conectores que estão fixados nas regiões de maior consumo e atuam como um elo de ligação entre os produtores e a sociedade que consome seu trabalho, inclusive, promovendo esse exercício, formando uma rede econômica prática e organizada capaz ainda de continuar alimentando a tradição de um lugar.

São exemplos de nódulos as Coordenações Estaduais do Artesanato, assim como as ONGs, o Sistema S, que tem sua gênese na década de 1940 com Getúlio Vargas - através ações e cursos do SEBRAE e do SENAC - e até alguns projetos de universidades. É através dessa estruturação que o artesão pode continuar em sua região. Com o auxílio dos conectores, que possibilitam a comercialização e o transporte de mercadorias, o artesão consegue vender em uma escala territorial maior, acarretando em geração de capital e ainda mantém uma tradição econômica importante para a cultura do seu país.

Para que qualquer artesão brasileiro receba assistência por meio de políticas públicas do PAB é preciso que este esteja cadastrado no SICAB. O sistema formula e apresenta o setor em diversas categorias: artesão profissional; mestre artesão profissional; associação de artesãos; cooperativa de artesão; grupo de produção artesanal; sindicato de artesão; federação de artesão e confederação de artesão.

Uma associação de artesãos é uma entidade de interesses particulares e sem fins lucrativos, com trabalhadores que se organizam para preservar e melhorar as atividades que desempenham em comum, no caso o artesanato que produzem. Essa associação terá um diretor escolhido pela maioria dos sócios, conforme o seu estatuto, e é exatamente essa forma de organização que a diferencia de um grupo de produção artesanal, já que nesse temos uma união informal de número pessoas que fazem artesanato.

Das categorias cadastradas no SICAB e que apresentam uma organização melhor estabelecida, mesmo que burocrática, são as Cooperativas de artesãos – instituições

independentes com mais de 20 membros que tem como principal objetivo a possibilidade de uma produção maior que causará mais lucros e crescimento, trata-se de empresas de propriedade coletiva e democraticamente geridas -.

Os Sindicatos de artesãos, por sua vez, são formados legalmente por trabalhadores que exercem um mesmo tipo de ofício e se juntam para defender e preservar seus interesses, sejam eles econômicos ou trabalhistas. Já as Federações de artesãos são no mínimo 5 cooperativas ou associações que trabalham com os mesmos produtos ou com algo próximo a isso e se organizam em um mesmo estado ou região para um bem comum.

Por último, e de forma parecida, são organizadas as Confederações de artesãos, com a união de no mínimo 3 federações que se reúnem para uma melhor dinâmica de produção e distribuição e por isso podem ser cadastradas no SICAB - lembrando sempre que o cadastro individual do artesão continua sendo garantido mesmo que este esteja inserido em um algum dos grupos citados a pouco (Brasil, 2018).

Transportando o foco para a o acesso às já mencionadas políticas públicas, a Carteira Nacional do Artesão, expedida pelas CEAs com a auxílio do levantamento do SICAB é o meio de identificação do profissional da área e é válida em todo o Brasil por 6 anos. Para ter acesso a esta carteira de identificação deve-se encaixar em uma das técnicas preestabelecidas pela base do artesanato brasileiro, e além disso se faz necessário questões burocráticas, como comprovantes de documentação, exibição de peças prontas e testes de habilidade.

Caso o trabalhador seja um mestre artesão ou um artista popular, a emissão da carteira é feita de forma diferente: para o mestre artesão exige-se testemunhos que relatem o valor desse profissional para comunidade durante pelo menos 10 anos de trabalho em solo brasileiro, e mostrar que o conhecimento técnico que possui é precioso para os demais na forma de aprendizado para novas gerações.

Com o artista popular é basicamente o mesmo protocolo, o que diferencia é que não se espera que esse profissional repasse para os demais o seu conhecimento, já que é uma sabedoria última, que pertence somente a ele enquanto artista. A renovação da Carteira Nacional do Artesão é simples, basta solicitar a CEA, sem a necessidade de um novo teste de habilidade.

Voltando para o aspecto jurídico, no artigo 21 da Portaria nº 1.007-SEI - responsável pela base conceitual do artesanato brasileiro -, encontra-se a classificação da produção artesanal de acordo com sua origem, que pode ser tida como: Artesanato Tradicional, Arte Popular, Artesanato Indígena, Artesanato Quilombola, Artesanato de Referência Cultural e Artesanato Contemporâneo-Conceitual.

A partir dessa divisão, temos o Artesanato Tradicional como aquele em que a produção é feita por uma família ou comunidade que passa seus conhecimentos do mais velho para o mais novo, mantendo assim uma tradição de riqueza cultural. Já a Arte Popular tem um caráter mais individual de produção, no qual um único artista-artesão apresenta seu reconhecido trabalho de valor artístico e cultural sendo capaz de expressar sua visão do local onde vive ou de seu imaginário criativo.

A produção artesanal das diversas populações indígenas do Brasil é chamada de Artesanato Indígena, e o mesmo acontece com o Artesanato Quilombola, que é o fruto da produção dos cidadãos remanescentes dos quilombos espalhados pelo país. Ambas as formas de artesanato apresentam um selo de autenticidade que os identificam, sendo o Selo Indígena do Brasil designado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (Portaria Interministerial nº 2, de 3 de dezembro de 2014) e o Selo Quilombola pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Portaria nº 22, de 14 de abril de 2010).

Continuando, temos, como foi visto, também o Artesanato de Referência Cultural: aquele que apresenta uma produção inovadora, mas trazendo como referência elementos tradicionais. Essa forma de artesanato pode ser feita através de resgate ou releituras de elementos simbólicos de um determinado local. Já o Artesanato Contemporâneo-Conceitual é uma manifestação urbana de produção que resgata formas de fazer tradicionais, porém com materiais encontrados nas cidades - produtos manufaturados que serão reciclados e darão vida a objetos artesanais (BRASIL, 2018).

Os grupos dos produtos artesanais são também classificados levando-se em consideração a função a qual se destina.

Desta forma, a produção artesanal pode fazer parte do grupo dos adornos, acessórios e vestuários, quando esses são objetos usados por pessoas com o intuito que vai além da intenção de se cobrirem da nudez, mas por razões ligadas a beleza; são decorativos quando se destinam ao design de interiores de casas ou outros ambientes com presença humana que valorize aquele objeto; um produto artesanal é educativo quando é voltado para os estímulos de aprendizagem.

Nessa mesma perspectiva, os lúdicos são considerados os objetos artesanais feitos com o intuito de entreter através do seu significado. Esses podem ser brinquedos, máscaras ou instrumentos musicais da cultura popular de um lugar. Alguns produtos são feitos exclusivamente para rituais religiosos, com uma beleza que está diretamente ligada à crença de uma comunidade, sendo assim chamados de objetos artesanais religiosos ou míticos, sendo os altares um bom exemplo dessa forma de expressão. Por outro lado, os profanos são representativos de uma terminada crenças, mas não estão ligados às religiões (BRASIL, 2018).

Os objetos frutos do trabalho do artesão ainda podem ser considerados como utilitários - quando são feitos para atender uma funcionalidade presente no trabalho ou no lar -; e por fim, o produto artesanal pode ser a famosa “lembrancinha” que apresenta bem um local visitado e por isso é tão procurado para presentear as pessoas queridas (BRASIL, 2018).

Uma das principais características do artesanato é o uso de matéria-prima disponível na natureza, de onde o artesão pode ter acesso de forma livre ou por um preço simbólico, como é caso das matérias-primas naturais de origem animal, como a carcaça, a casca, o casco, a cera, a concha, o couro, a pele, o pelo, a crina, o dente, o chifre, o osso, a escama, a pena e a pluma, das matérias-primas naturais de origem vegetal tais como a casca, o caule, as raízes, a cera natural, a massa, a resina, os fios, as fibras, as flores, as floras, os frutos, o látex, a balata, a madeira e as sementes, e das matérias-primas naturais de origem mineral, com é o caso da areia, da argila e da pedra (BRASIL, 2018).

No entanto, algumas matérias-primas utilizadas para criação de produtos artesanais são manufaturadas. Elas podem ser matérias-primas manufaturadas de origem animal e como é o caso do couro, da pele, dos fios de lã e da seda, e também podem ser de origem vegetal, como por exemplo, a borracha, os fios, os tecidos, a massa, o MDF, o aglomerado, o compensado e o papel. Já as matérias-primas manufaturadas de origem mineral podemos citar a cerâmica, o metal e vidro.

Não muito bem vistas, por conta do quesito qualidade, existe ainda o grupo das matérias-primas sintéticas, que por mais que sejam mais baratas que as totalmente naturais, trazem ao produto artesanal um ar de artificialidade por conta de fios, tecidos, couros e outros materiais sintéticos. Com o uso dessas matérias-primas são realizadas técnicas artesanais que darão origem a objetos como os vasos feitos de argila ou os cestos produzidos com folhas de palmeiras (produções típicas do artesanato indígena e folclórico).

2.2 – Artesanato e Economia

Mesmo sendo um tipo de trabalho que muitas vezes representa e ilustra bem uma forma de produção econômica de comunidades mais carentes, o artesanato é uma prática encontrada em todas as classes sociais, e isso se deve a sua valorização cultural e também pela sua diversidade, que vai do produto indígena ao quase erudito.

Se olharmos para uma economia local, a produção artesanal representa um feito positivo para a comunidade na qual está inserida, pois contribui para o dinamismo das atividades na região. À vista disso, o artesanato é um parceiro viável para pessoas que não

conseguem, por diversos motivos, fazerem parte do mercado formal, seja essa situação apenas em um período de temporadas ou por muito mais tempo, ocupando assim o tempo livre que dispõem com a produção artesã, o que acarreta na geração de um rendimento que auxiliará nas despesas do lar. Esta forma de serviço temporário pode levar, inclusive, esse indivíduo vir a se tornar um artesão profissional, que passará a viver dos ganhos desse ofício.

A importância do trabalho manual na vida do artesão e da sociedade onde vive abarca várias áreas de desenvolvimento humano, se tomando novamente a questão socioeconômica vemos que o artesanato, enquanto atividade mercadológica, é fonte de remuneração e através dessa traz melhores condições de vida para seus feitores, mas também pode ser um trabalho feito apenas para autoconsumo, o que mexe diretamente na economia doméstica, já que atende uma necessidade própria ou familiar que não mais será preciso comprar de terceiros.

Além disso, o artesanato também é responsável por estimular a criação artística ao impulsionar o desenvolvimento intelectual e criativo do obreiro que vê na matéria-prima a possibilidade de transformação que leva ao útil e ao belo. Outro aspecto importante está em seu lado terapêutico: por ser uma atividade que exige paciência e cuidado, o processo do fazer leva o indivíduo hiperativo ou até mesmo doente a manter a calma e se ocupar construindo algo, e ao fazer isso, este sujeito passa a se sentir útil e valorizado pela comunidade onde vive, afastando-se de doenças como a depressão.

O artesanato enquanto manifestação cultural também pode ser útil economicamente falando a uma região, atribuindo a ela um status de atração turística. O turismo, que conforme Cruz (2003, p. 5) é “uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”, torna-se um aliado capaz de levar turistas e compradores que buscam por objetos únicos, a determinados lugares onde são produzidos.

A vigente valorização e consumo do artesanato turístico é um fenômeno econômico que leva muitos trabalhadores artesãos, que fazem parte da população mais pobre, a retornarem as atividades tradicionais que haviam abandonado ou que estavam se dedicando de maneira ocasional nos últimos tempos (SANTOS, 1979).

Na contemporaneidade, acha-se uma parcela da população que dá preferência a peças feitas através de processos manuais, se lançando contra a maré dos avanços tecnológicos. Segundo Nery (2012, p. 219), o perfil do consumidor de produtos artesanais têxteis se encaixa em “grupos de estilo vinculados à intelectualidade, à vanguarda e àqueles que buscam o diferente, em comparação com o industrializado”.

Fatores econômicos e culturais causaram essa valorização do produto artesanal, e um dos principais motivos é o aumento mundial na busca por bens de consumo diferenciados, ou seja, objetos genuínos e de valor simbólico que fogem das formas padronizadas da indústria dominante. Como se tratam de produtos distintos, as empresas especializadas nesse tipo de fabricação lucram em cima de uma produção em série limitada e por isso mesmo vendida a preços altos, o que representava para o consumidor elitizado a aquisição de um bem de capital que o distancia do consumidor comum (BAGNASCO, 1999).

Como fora do Brasil nosso artesanato têxtil é tido como algo exclusivo, curiosamente deixa de ter este caráter de artigo exótico, que ironicamente apresenta mesmo estando dentro do próprio território de origem, e passa a ter o valor de um produto de luxo. No entanto, o mercado internacional, e uma parcela endinheirada do mercado nacional, não vai consumir nossa produção artesanal dentro dos moldes tradicionais, têm-se então o que Bagnasco (1999, p. 36) chama de “um desejo comum de modernização cultural” e que Pires do Rio (2010, p. 28) defende como “dinâmicas pós-modernas de reinvenção da tradição”

E é na indústria da moda, com design inovador e um ar de novidade que nossas peças de renda e bordado são aplicadas e chegam ao consumidor como um produto de alto valor e uso privilegiado das altas classes sociais. Assim, a moda, que em alguns momentos foi uma oponente do artesanato, abusando de tendências futurista que desprezam o tradicional e o feito à mão, vem nos últimos anos realizando, isso dentro do mercado de luxo, uma valorização do produto artesanal, o que trouxe mais trabalhos para muitas rendeiras e bordadeiras.

Por fim, é relevante apontar que o desenvolvimento de um lugar que apresenta práticas culturais ligadas a uma forma de trabalho diferenciada, como o artesanato têxtil, também pode ocorrer de forma espontânea, com o surgimento de pequenas empresas - e aqui tomamos as associações e cooperativas de artesões como tal. Elas surgem da falta de empregos formais e de políticas públicas de incentivo, ou até mesmo com a presença dessas últimas, já que podem apresentar resultados abaixo do que se espera no projeto. Estas organizações acabam se tornando uma opção econômica de sucesso, desde que tenha um ambiente adequado para o desenvolvimento do empreendedor local. Sobre isso, Pires do Rio diz que:

Mesmo reconhecendo-se a possibilidade de deformações, as estruturas econômicas, espacialmente organizadas, trazem em si a tensão entre passado e futuro, valores patrimoniais acumulados no tempo e no espaço, de um lado, e criação de valor, de outro. Não se exclui a existência de redes informais que interagem de modo

bastante intenso e que, mesmo não sendo reguladas por instituições formais, apresentam um grau elevado de organização. (2010, p. 17).

Foi dessa forma que a Terceira Itália se desenvolveu, e seu modelo, mesmo possuindo características socioculturais, históricos e institucionais próprias dessa região, tem aspectos universais que pode, sim, servir de inspiração para algumas regiões do Brasil.

O modelo da Terceira Itália diverge ao regime de acumulação fordista, pois tira o lugar de produção da fábrica e o coloca no território da cidade, e assim, com pequenas empresas espalhadas por esse espaço se propicia a ideia de desenvolvimento visível a todos, o que leva a uma cadeia de cooperação mútua onde empreendedores trabalham aproximando a produção da população local às cadeias produtivas e a um mercado consumidor maior. Esta forma de organização traz novas formas de trabalho, e como estamos falando do artesão, um trabalhador autônomo, esse profissional pode exercer suas funções por tempo parcial ou por serviço, ou seja, com uma boa organização pode haver uma flexibilidade no trabalho que não existe no modelo fordista (COCCO, GALVÃO, SILVA, 1999).

No contexto brasileiro, a parcela da população que estaria apta a desenvolver estratégias para formação de um lugar de produção, aquela que vive na informalidade, é, por vezes, carente e com isso excluída de seus direitos por não saber de suas existências. Dessa forma, o desenvolvimento traz junto a promoção à cidadania dessa população. A partir do momento que o trabalhador artesão autônomo passa a fazer parte de um lugar de produção, onde a colaboração entre os indivíduos leva a afirmação política e criação de infraestruturas básicas que irão garantir o fluxo da produção, ele se verá livre do clientelismo e do paternalismo do qual foi cativo até então (COCCO, GALVÃO, SILVA, 1999).

Dentro do cenário nacional, um exemplo de organização de trabalhadores artesãos é a Cooperativa Artesanal de Bordados do Sertão Sergipano Ltda. A Coperbordados, como assim é conhecida, surgiu através da parceria entre o Projeto de Apoio às Famílias de Baixa Renda da Região Semiárida (programa do Governo Estadual para o desenvolvimento econômico dessa região, conhecido como Pró-Sertão), o SEBRAE/SE e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FEITOSA, 2009).

Com sede no município de Tobias Barreto, a Coperbordados conta com o trabalho de 56 artesãos espalhados por 17 município do sertão de Sergipe que se dedicam a uma produção organizada de tecidos bordados para cama, mesa e banho. De acordo com Feitosa (2009, p. 46) a Coperbordados funciona “como ‘agente intermediário’ do processo produtivo – fornecendo

algumas matérias-primas e assumindo a comercialização do produto final dos subcontratados”, ou seja, a cooperativa oferece assistência técnica, financeira e comercial para os artesãos.

O mesmo autor defende que é primordial o arranjo dos grupos locais que compõem a sociedade, por meio da aliança política e social, para o desenvolvimento de um terminado espaço de produção econômica. Feitosa (2009, p. 57) afirma que “tudo será possível com a efetiva participação dos diversos atores locais e da capacidade das instituições para a promoção do desenvolvimento local”.

CAPÍTULO 3 – A PRODUÇÃO DE RENDA DE BILRO NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO/AL

3.1 - Perfil da Produção de Renda de Bilro em São Sebastião-AL

3.1.1 – Materiais utilizados na feitura de renda de bilro em São Sebastião

O material utilizado pelas rendeiras em seu ofício consiste em um número de objetos que, ou são feitos por elas mesmas ou são facilmente encontrados no comércio da cidade de São Sebastião. São eles: almofada, papelão, alfinetes, linhas e bilros.

A almofada é fabricada pela própria rendeira ou por uma artesã mais experiente, no caso de ainda não possuir tamanha familiaridade com o ofício. O objeto é um saco ou tecido costurado em forma cilíndrica - não podendo ter elasticidade -, preenchido com folhas secas de bananeira e depois fechado e coberto com um outro tecido, normalmente chita, de acordo com o gosto pessoal da rendeira.

O papelão, como é chamado em São Sebastião, mas também conhecido em outras regiões como língua, gráfico, risqué ou piqué, é uma espécie de molde feito com papel paraná ou papel madeira que, preso à almofada através de grampos e alfinetes posicionados em pontos específicos, orientada os movimentos dos bilros que leva a linha de algodão. A própria rendeira faz seu papelão, perfurando o papel e criando pontos que unidos formam um trançado. Depois de feitos são mantidos preservados para serem utilizados quando for preciso, inclusive passando para novas gerações.

No entanto, mesmo que por tradição, o autêntico artesão domine todas as etapas de seu trabalho, não havendo assim uma divisão como no estilo fordista de produção, quando se trata de renda de bilros é comum que nem todas as rendeiras dominem todas as operações.

Em São Sebastião não são todas as rendeiras que dominam a técnica de “furar o papelão”, um dos processos que representam o domínio completo do ofício da rendeira de bilros, que consiste no trabalho de reproduzir, com o auxílio dos moldes antigos, novos moldes dos desenhos já tradicionais. Em São Sebastião, rendeiras com a Dona Zuza, Dona Diva e Dona Josefa dominam esta etapa do processo artesanal, porém, as renderias que não conseguem produzir os moldes, procuram Dona Julinha, de 57 anos, antiga professora da Escola para Rendeiras do município, uma artesã respeitada como mestra e com bastante experiência em furar papelões para outras rendeiras.

Nenhuma rendeira do município ainda faz uso de espinhos de plantas como o Mandacaru para a manipulação da renda. No presente período de desenvolvimento, todas utilizam alfinetes de metal, que são facilmente encontrados em lojas especializadas em costura e artesanato.

A linha de algodão utilizada pelas rendeiras salomeenses é a Esterlina Nº 20, um tipo de linha fabricado apenas na cor branca e com boa espessura, sendo adquirida nos armarinhos de São Sebastião ou de Arapiraca. Porém, mesmo sendo uma unanimidade o uso dessa marca de linhas, não são todas as rendeiras que se sentem satisfeitas com ela. Há quem relate que a Esterlina apresenta problemas na cor (a renda branca perde a alvura rápido, mesmo que seja guardada dentro de sacos de plástico ou envolvida por papel de seda), que quebram muito rápido e que distorce a renda, dificultando o trabalho.

A artesã lembra com saudade da época que trabalhava com linhas da marca Âncora (Anchor). Não se sabe ao certo os motivos que levaram a substituição por parte das rendeiras da Anchor pela Esterlina, mas possivelmente esteja relacionada a qualidade e valor no produto no comércio, já que o novelo com 170m da linha Anchor Artiste Mercer Crochet 20 Branca custa em média R\$14,90, enquanto o novelo de 1150m da linha Esterlina nº 20 Branca é comprada por no máximo R\$15,90. Ambas as marcas fazem parte do grupo multinacional britânico Coats, que tem fábrica no Brasil, aqui conhecida como Coats Corrente Ltda.

Tratando-se do uso, o consumo de linha vai depender do desenho da renda: aquelas que apresentam muitos detalhes em formato de traças (comum em rendas com motivos florais) requerem mais matéria-prima. Uma passadeira de tamanho 20x60cm, por exemplo, necessita em média de seis novelos de linha Esterlina.

Em relação ao principal material para a confecção da renda - o bilro -, gerações anteriores faziam seus próprios. Nos finais de semana, as antigas rendeiras do município, junto com seus filhos, iam até a mata procurar uma árvore conhecida como “araçá de bilro”. Delas, retiravam um pedaço de madeira que com o auxílio de uma faca davam formas, mesmo que grosseiras, aos bilros. Esses bilros mais artesanais ainda podem ser encontrados com algumas rendeiras que os herdaram de suas mães e os usam até hoje.

No período atual, é predominante o uso de bilros feitos com o uso de máquinas em marcenarias. Contudo, nem todos os marceneiros locais aceitam esse tipo de encomenda, alegando que se gasta uma grande quantidade de madeira de qualidade, que deve ser pesada, pois as leves não servem para bilros, e com isso a matéria-prima torna-se exorbitante e o lucro quase nenhum. O profissional cobra entre R\$40,00 a R\$50,00 por uma dúzia de bilros, ou seja, 6 pares. Uma rendeira chega a utilizar 100 bilros para fazer terminados modelos de renda.

O investimento financeiro em uma almofada com 12 pares de bilro para uma iniciante é de no mínimo R\$200,00. Dona Josefa, rendeira e professora da Escola de Rendeiras de São Sebastião, diz que a almofada completa chega a esse valor “por causa dos bilros, o material em si é menos caro, mas os bilros é que encarece muito”.

3.1.2 - O Tempo de Trabalho dedicado ao artesanato de renda de bilro

As artesãs de São Sebastião que já estão aposentadas das atividades formais que desempenharam durante boa parte da vida, trabalham todos os dias - inclusive aos domingos -, fazendo peças e aplicações de renda, um trabalho intensivo, típico do circuito inferior da economia nos países subdesenvolvidos. O horário é variado, vai de acordo com tempo livre que cada uma dispõe. Algumas dessas mulheres preferem ou estão mais livres durante as horas do dia, começando a trabalhar logo pela manhã; já outras trabalham mais entre a tarde e a noite, ou apenas no período noturno.

Figura 5: Dona Zezé, rendeira de São Sebastião-AL



Fonte: Arquivo do autor, visita realizada em 2018.

Algumas rendeiras, por motivos de obrigações domésticas e até mesmo de saúde (como dores na coluna e problemas de visão), labutam menos horas no artesanato, reservando cerca de 3 horas por dia, contudo, existem renderias que ultrapassam 12 horas de empreitada

diária fazendo renda. É uma disciplina que vem do hábito. Para a artesã, o trabalho de fazer rendas é tão naturalizado em seu dia-a-dia como são as refeições.

Quanto às artesãs mais jovens que ocupam a maior parte do tempo em outra função, como trabalho formal ou os estudos, o ofício de rendeira é feito nos finais de semana ou quando estão em seu período de férias.

3.1.3 - Principais características dos produtos de renda de bilro feitos em São Sebastião-AL

Por ser um trabalho que exige muito tempo e dedicação, é normalmente realizado por encomenda. Isso acontece para que não haja o risco de, depois de tanto esforço, não encontrar um comprador para o produto. No entanto, nos dias atuais, é raro encontrar uma renderia que aceite um pedido para fazer uma peça completa e de uso utilitário, como por exemplo um caminho de mesa ou, caso a rendeiras também domine técnicas de costura, uma blusa de renda.

No presente momento, as rendeiras de São Sebastião costumam trabalhar na feitura de tiras de aplicação, ou seja, fragmentos de renda que serão utilizadas como matéria-prima por confecções na construção ou ornamento de peças de vestuário ou moda casa. Além disso, também são feitos bicos, que são usados para o acabamento de roupas, colchas e toalhas, como as de mesa, banho e rosto.

Todos os tipos e moldes são valorizados, sendo produzidos e vendidos por metros. Estas aplicações podem ser feitas em vários modelos - quadradas, triangulares, retangulares ou redondas -, conforme o pedido do comprador.

Mesmo sendo cada vez mais raro, algumas rendeiras aceitam encomendas para fazer peças de vestuários, objetos de decoração e utensílios domésticos. Dessa forma, já foram produzidos (e continuam sendo): golas, palas, xales, vestidos de casamento, vestidos de formatura, anéis para guardanapos, panos de bandeja e colchas.

Tratando-se de colchas, nenhuma tornou-se tão célebre quanto a que foi produzida em um período de 1 ano e 6 meses por uma rendeira da zona rural do município na década passada. Essa artesã fez sozinha e sem emendas uma colcha de 2.30m de comprimento por 1,90m de largura - uma peça considerada pelas artesãs locais como a maior já feita em São Sebastião. A colcha foi feita na cor vermelha, usando a linha Esterlina Nº 10, que é mais grossa que a nº 20 que só é encontrada na cor branca.

A escolha da cor não é mero acaso, está diretamente ligada a uma característica do lugar. As mulheres que dominam o artesanato de renda de bilro e vivem nos sítios e povoados

da zona rural se veem obrigadas a trabalharem com linhas coloridas, já que a branca muda de cor, tornando-se amarelada com a presença da poeira constante nesses locais. A problemática está no fato da cor da renda valorizada e encomendada por compradores ser a branca, produzida em melhor qualidade na cidade, o que faz com que as rendeiras rurais de São Sebastião as deixem de produzir.

Figura 6: Rendeira da zona rural trabalhando na maior peça de renda já feita em São Sebastião-AL



Fonte: Acervo da rendeira Zuza. Acesso em 2018.

Também é de conhecimento geral entre as rendeiras da zona urbana, que nem todas se sentem seguras no ato de começar uma nova peça. Nesses casos, uma rendeira mais experiente costuma iniciar as primeiras tramas da peça e depois passa para a outra que agora consegue prosseguir sem dificuldades, evidenciando a dificuldade da produção do início e dos acabamentos, as tarefas mais complicadas no fabrico da renda de bilro. Com isso, nem todas as artesãs do município conseguem realizar todos os motivos e desenhos, alguns são penosos e vagarosos, e as rendeiras que os dominam tornam-se especialistas nesses pontos.

Cada rendeira costuma se dedicar a fazer aplicações ou bicos que apresentam sempre um mesmo desenho específico, o que não impede que com o tempo deseje mudar para um outro. Os motivos que levam uma rendeira a se manter fiel a um modelo de renda vão desde o

gostar mais de fazer aquele tipo de trabalho ou até mesmo por considerar mais bonito aquele ornamento, isto é, trata-se de uma questão de gosto pessoal. Desse modo, Dona Zezé, de 91 anos, faz o “Bico das Viúvas” por considerar belo, enquanto Dona Susana, de 75 anos, que antes fazia o “Pouso com bico” e o “Volta Redonda” agora se dedica a fazer tiras de aplicação no estilo “Viúva”, que podem ser complementadas com os bicos feitos pela Dona Zezé. Dona Iraci, de 71 anos, se dedica exclusivamente a um dos desenhos mais complexos e bem pagos, uma forma de renda popularmente conhecida como “puta”, e que atualmente algumas pessoas preferem chamá-la de fita e o bico que a complementa é chamado de “corno”.

3.1.4 – A quantidade produzida no local e os valores no mercado consumidor

De acordo com Milton Santos (1979, p. 18), é nítida a “insuficiência dos dados estatísticos concernentes ao circuito inferior da economia urbana ou da economia doméstica”, portanto, torna-se uma tarefa difícil delimitar ao certo a quantidade produzida pelas rendeiras de São Sebastião porque não existe uma contabilidade oficial desse número.

No cenário econômico dos países em desenvolvimento, os dados estatísticos de produção econômica levados em consideração são os do circuito superior, já que utiliza-se dessas informações para comparações no mercado internacional, enquanto os dados do circuito inferior, dos quais o artesanato está incluso, ou não existem ou são deixados de lado (SANTOS, 1979).

Algo que dificulta ainda mais estabelecer a quantidade de renda produzida pelas artesãs salomeenses é a particularidade do fato de cada trabalhadora se dedicar a um desenho ou motivo de sua preferência, um aspecto subjetivo que está ligado aos sentimentos da rendeira por aquele desenho que considera gracioso.

Segundo Feitosa (2009, p. 51), na produção artesanal “os desenhos das peças geralmente são definidos pelas próprias artesãs, ainda que, muitas vezes, elas recebam encomendas em que já ficam estabelecidos o formato e o tipo de bordado solicitado”. A partir disso, no caso das artesãs de São Sebastião, é possível atender ao pedido específico de um cliente, porém, o mais provável é que o mesmo se dirija à uma artesã já conhecida no município pela dedicação aquele desenho de renda.

Cada rendeira, mesmo seguindo uma técnica, tem seu jeito de fazer renda e também os pontos (formas, desenhos) que mais aprecia. Como já escreveu Martins (1973, p. 14-15), “o estilo que transparece na obra possibilita a identificação do obreiro”. Sendo assim, é natural que

a renda feita por uma determinada rendeira em São Sebastião, com todo o cuidado e capricho, seja facilmente reconhecida por suas colegas de ofício e o mesmo se aplica as demais.

Figura 7: Peças do mostruário de renda de São Sebastião-AL



Fonte: Arquivo do autor, visita realizada em 2018.

No entanto, qualquer que seja o motivo/desenho, dependendo das suas minuciosidades, leva um determinado tempo para ser construído e, obviamente, os mais ricos em detalhes exigem um prazo maior de feitura.

Mesmo com todo esse trabalho, são poucas as rendeiras que possuem um catálogo com o mostruário dos tipos e modelos de rendas que dominam o feitura. As que possuem, mostram que a variedade de motivos e formas é vasta.

Dessa forma, aqui levando em consideração a quantidade em metros, algumas rendeiras irão produzir menos que outras, no entanto, como seu produto é mais trabalhoso e mais rico em formas e detalhes - como muita quantidade de traças -, seu custo/valor é mais alto que o de rendas mais simples que algumas artesãs produzem em quantidade por mês. Tomando como referência a largura e o modelo, é possível encontrar rendas entre R\$10,00 a R\$300,00 o metro. Já um produto definitivo, como uma passadeira rica em detalhes, que leva no mínimo 4 meses para ficar pronta, ou um xale, que leva 6 meses, são encomendas que devem ter um preço justo e que leve em consideração todo esse tempo de trabalho.

Figura 8: Aplicação 16cmx16cm de renda de bilro e Bilro



Fonte: Arquivo do autor. Visita realizada em 2018.

Um modelo de aplicação bastante produzido no município é feito na forma de um quadrado com motivos florais medindo 16cmx16cm, e é vendido por um valor entre R\$25,00 a R\$30,00. Essa mesma aplicação pode ser feita de forma contínua sem emendas e chegar a quase um metro e meio de comprimento, sendo vendido por R\$250,00. Uma rendeira, se trabalhar muito, consegue fazer duas peças nessas proporções em um mês, conseguindo assim R\$500,00 por seu trabalho.

Trabalhando com bicos menos complexos, uma rendeira pode chegar a produzir de 3 a 10 metros por mês. Como nem todas se dedicam às aplicações, algumas concebem apenas bicos, e da mesma forma que as aplicações, os bicos dependem da largura, do modelo e do tempo disponível para o trabalho, entretanto, são mais estreitos que algumas aplicações de renda, já que são o complemento e o acabamento dessas no ato da confecção. Alguns bicos são vendidos entre R\$10,00 a R\$65,00 o metro.

Neste cenário, o faturamento mensal com renda de bilros é diferente para cada uma das rendeiras, mas dificilmente ultrapassa os R\$500,00. Hoje, a maioria das rendeiras não possuem estoque e vendem sua produção de aplicações e bicos imediatamente para a

empresária Martha Medeiros, que tem como intermediária a presidente da Associação das Mulheres Rendeiras do município de São Sebastião, Maria Vânia de Moraes Silva.

Algumas rendeiras de São Sebastião afirmam que vendem seus produtos por um preço abaixo do mercado para Vânia/Martha Medeiros, por tê-la como uma cliente segura, alguém que sempre poderão manter negócios, porém, nem todas as artesãs se sentem felizes com o valor pago, que chega a ser 15% a menos que o valor estipulado pelas trabalhadoras. Segundo a própria empresária, o preço justo das rendas foi calculado pelo SEBRAE (ISTOÉ, 2015).

3.1.5 - Formas de organização coletiva das rendeiras de São Sebastião

A única forma de organização coletiva das artesãs do município é por meio de uma associação que conta com cerca de apenas 15 associadas, já que algumas rendeiras, por motivos pessoais ou políticos, optaram por não participar desse grupo. A Associação das Mulheres Rendeiras do Município de São Sebastião-Alagoas é por natureza jurídica uma associação privada, com data de abertura em 27 de novembro de 2002 e tendo como CNPJ o número 05.442.375/0001-25.

Por mais que esteja registrada no logradouro Rua Leobino José do Nascimento, nº 16, Centro, São Sebastião-AL, CEP 57275-000, o fato é que, no presente momento, a associação não possui um imóvel que funcione como sede e dessa forma, cada rendeira associada trabalha e comercializa sua produção em suas próprias casas.

São mais de um os motivos apresentados pelas artesãs que justificam não terem um espaço físico que as represente: o primeiro é que não possuem condições financeiras para alugarem elas mesmo um local; o segundo é que a maior parte das rendeiras em exercício são idosas, e essa tarefa de se deslocarem de suas casas, levando seus materiais até um outro lugar é cansativa.

Mas nem sempre foi assim. A Associação, com o incentivo do projeto Artesanato Solidário, já teve um local próprio e era nele que se encontravam as rendeiras e era, também, onde mantinham expostos seus produtos. Todavia, tratava-se de um prédio cedido pela prefeitura na gestão de Manoel Sertório Queiroz Ferro (2005-2008). Nesse período, a então presidente da associação, Dona Diva, buscou via Câmara dos vereadores a doação do imóvel para que as rendeiras de São Sebastião tivessem assegurada sua sede. Não houve sucesso na empreitada. Com as eleições de 2008 e a posse do prefeito Zé Pacheco, foi solicitado que o imóvel fosse desocupado.

Sendo assim, os compradores que chegam a cidade encontram as rendeiras e seus produtos através de indicações, ao velho estilo “boca a boca”, confirmando a falta de publicidade no circuito inferior. Além disso, quando as rendeiras associadas desejam se reunir, comunicam-se e encontram-se na casa da atual presidente da associação, Dona Vânia, ou na residência de uma das outras rendeiras do grupo.

Neste cenário, a Associação das Mulheres Rendeiras do Município de São Sebastião-Alagoas se estabelece como mera formalidade, já que na prática as rendeiras seguem suas rotinas como produtoras individuais e, por vezes, ajudando-se umas às outras.

3.2 - A renda de bilro como fonte de rendimento para as artesãs salomeenses

Como as rendeiras em exercício do município de São Sebastião são, em sua maioria, mulheres com idade acima dos 50 anos, muitas já estão aposentadas das atividades que desempenharam por toda a vida - como professoras, agentes de saúde ou agricultora, por exemplo. Sendo assim, o trabalho de rendeira é uma remuneração extra que complementa o salário mínimo da aposentadoria ou o salário daquelas que ainda trabalham e encontram tempo para fazer renda.

Este cenário econômico é observado por Fellipi, Rüttschilling, Figueiredo (2015, p. 57) ao afirmarem que “as mulheres rendeiras da camada mais baixa da sociedade se profissionalizaram e continuam vinculando seu fazer à complementação financeira”.

Essa fonte de rendimento extra mensal também é instável, por depender de encomendas e seus respectivos pagamentos. Viver somente desse trabalho é praticamente impossível nos dias de hoje. Somado ao fator da idade está o da saúde: muitas rendeiras param de fazer renda de bilro por conta de problemas na coluna, que com o esforço ocasiona sérias dores, ou diminuição da visão.

Anos atrás, a renda de bilro já foi o principal trabalho de muitas mulheres do município, inclusive sendo a única fonte de sustento de muitas famílias, mas as novas oportunidades de estudos e trabalho as libertaram desta condição social e assim o artesanato passou a ser um faturamento extra, ou até uma forma de distração pós-aposentadoria. No entanto, as dificuldades para sobreviver com um salário mínimo é um importante motivo que leva uma aposentada a se dedicar a esse trabalho, principalmente por estar na idade a qual os cuidados com a saúde devem ser redobrados e o aumento da necessidade de gastos com remédios ser ainda mais alta.

Mesmo assim, as condições de vida das rendeiras de São Sebastião são melhores do que as de artesãs de outros locais de produção, como o povoado de Entremontes no município de Piranhas, onde vivem basicamente do Bolsa Família, um programa do governo (ISTOÉ, 2015).

3.3 - Auxílio, assistência e incentivos às rendeiras de São Sebastião

De acordo com os dados do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – SICAB, obtidos através da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado de Alagoas, onde se encontra a Coordenação Estadual do Artesanato vinculada ao Programa do Artesanato Brasileiro – PAB - estão cadastradas 40 rendeiras de bilro em atividade no município de São Sebastião, porém, é fácil perceber que esse é um número desatualizado.

Segundo a Portaria Nº 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018, “é responsabilidade das Coordenações Estaduais de Artesanato manter os dados atualizados dos artesãos cadastrados no SICAB”. No entanto, na lista de rendeiras de São Sebastião ainda se encontram nomes de artesãs que não estão mais vivas, como o de Clarice Severiano dos Santos. Esta rendeira foi considerada pelo Estado como uma mestra artesã por ter se destacado em seu trabalho e em 2008 passou a fazer parte do Registro do Patrimônio Vivo-RPV/AL conforme a Resolução nº Livro de Tombo nº 05, à folha 12 verso, a partir de 18 de agosto de 2008. Dona Clarice faleceu em 12 de março de 2012 (SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA, 2020).

No SICAB, as rendeiras salomeenses são cadastradas na técnica denominada “RENDA-BILRO” e produzem peças que se enquadram nas seguintes categorias: pano de bandeja, objetos de decoração para casa, vestuário – feminino, toalhas, forros e caminhos de mesa, jogo americano e passadeiras.

Dos artesãos cadastrados no município, 88% são do sexo feminino e 12% do masculino, mas, focando apenas na produção de renda de bilros, todas as trabalhadoras cadastradas no programa são mulheres.

Já dizia Martins (1973, p. 53): “A tenda do artesão é o próprio lar”. E é nos lares das rendeiras salomeenses, bem na entrada de suas casas, onde sentam-se em frente a uma almofada com os bilros a trabalhar em suas mãos. Para ilustrar tal fala, um dado confirmado pelo sistema SICAB diz que para 92% dos artesões do município, o local de produção é a própria residência.

Em relação às vendas, os artesãos do município de São Sebastião vendem a maior parte da produção para o consumidor final (95%). Os outros 5% são divididos entre a organização de apoio ao artesão (4%) e outros (1%). O registro no SICAB assegura que o tipo de venda mais utilizada pelos artesãos é aquela direto ao consumidor (92%), mas encomendas (7%) e outros (1%) também ocorrem. Através das informações presentes no SICAB não é possível identificar quem são os compradores, já que os dados estão resumidos a porcentagens.

O Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – SICAB admitia em 2017 que a renda média familiar da maioria dos artesões do município (70%) girava em torno de 1 a 3 salários mínimos. Porém, é importante destacar que segundo os dados, 11% dos artesãos estão inseridos em um contexto de renda média familiar inferior a 1 salário mínimo. Sendo que, de todos os cadastrados, a atividade artesanal aparece como o principal rendimento familiar apenas para 36% deles, logo, para a maioria (64%) a principal remuneração vem de outras áreas.

O PAB, que tem como objetivo principal facilitar o progresso no setor artesanal do Brasil, trazendo valorização e melhorias para o artesão, na prática trouxe apenas o cadastro e emissão da Carteira Nacional do Artesão para as rendeiras de São Sebastião. Os compradores continuam chegando até as rendeiras de bilro de maneira informal, sem intermédio do programa.

O SEBRAE-AL, outro importante aliado do produtor artesanal do estado, desenvolve o programa Brasil Original. Trata-se de uma ação que busca fortalecer o artesanato nacional trabalhando com consultorias que visam tornar o fruto do trabalho do artesão, seja o produtor individual ou uma associação, em um produto melhor apresentável esteticamente ao mercado consumidor, sem perder sua riqueza cultural. São atendidos pelo programa em Alagoas as categorias de artesanato tradicional, artesanato de referência cultural, artesanato conceitual e arte popular (SEBRAE-AL, 2015).

O trabalho do SEBRAE-AL consiste em capacitar o produtor artesão no sentido de torná-lo um empreendedor de forma coletiva ou individual dentro de uma Unidade Produtiva. Operando sempre com pesquisas, a equipe responsável consegue diagnosticar os avanços e as melhorias na produção, gestão e faturamento e, uma vez que a produção esteja pronta para alcançar um público consumidor, o SEBRAE-AL auxilia o artesão ou a associação na participação de eventos regionais, nacionais e internacionais, que proporcionam vendas (SEBRAE-AL, 2015).

Já houve, no passado, uma aproximação do SEBRAE-AL com as rendeiras de São Sebastião, porém, na contemporaneidade, o trabalho oferecido pelo SEBRAE-AL não é atrativo

para as rendeiras de São Sebastião. Isso porque o trabalho consiste em levar as peças produzidas para serem expostas em eventos, e nessa estrutura as rendeiras só recebem quando eventualmente alguma peça é vendida, um acontecimento que pode levar meses e durante esse período a rendeira se vê sem nenhum faturamento (ver Apêndices, Entrevista I, jan. 2018).

E por fim, com exceção da Escola de Rendeiras, com toda sua estrutura e algumas eventuais ajudas com transporte para presença de poucas artesãs em feiras e exposições (eventos cada vez mais raros), a prefeitura de São Sebastião ilustra bem uma das características presentes no circuito inferior da economia dos países subdesenvolvidos: a ajuda governamental nula ou quase nula, já que não oferece nenhum tipo de apoio ou incentivo às artesãs do município (ver Apêndices, Entrevistas III e IV, jan. 2018).

De acordo com a fala de uma antiga diretora da associação, investimentos em bancos, através de linhas de crédito, como o Banco do Brasil, já foi tentado, mas sem sucesso (ver Apêndices, Entrevistas III, jan. 2018).

Esta falta de assistência financeira entre os produtores de artesanato é confirmada por Feitosa (2009, p. 49), segundo o autor “na produção artesanal, um dos principais problemas verificados é o baixo nível de capitalização dos artesões”.

3.4 - A relação entre Martha Medeiros e as rendeiras de São Sebastião-AL

Martha Medeiros é uma empresária alagoana, filiada à Associação Brasileira de estilistas (ABEST). Dona da marca que recebe seu nome, é um sucesso no Brasil e até fora, com lojas em Maceió, São Paulo e Los Angeles, além de outros vários pontos de vendas em lojas multimarcas.

A empresa Martha Medeiros faz parte do circuito superior da economia urbana dos países subdesenvolvidos. No entanto, dentro desse circuito, a mesma se encaixa em um grupo distinto que produz em quantidade reduzida seus artigos especializados e de alta qualidade e os vendem a preços muito altos à uma clientela delimitada e ligada à moda. Desta forma, observa-se que diferentemente de outras indústrias do circuito, Martha Medeiros, por produzir artigos de luxo, tem sua margem de lucro não apenas por volume de negócios, mas por unidade (SANTOS, 1979).

Seu êxito se deve ao uso de rendas, produzidas no Nordeste brasileiro, em suas peças de vestuário e moda casa. Seus produtos não são feitos apenas com aplicações e bicos de renda de bilro, as peças da marca são confeccionadas também com rendas Renascença, Filé,

Richelieu e Boa Noite - outras variedades de renda não produzidas em São Sebastião, mas, boa parte delas são feitas em Alagoas. O Filé, por exemplo, é do Pontal da Barra em Maceió; já a renda Boa Noite é feita apenas na Ilha do Ferro no município de Pão de Açúcar. Outra parcela da produção de rendas é feita por artesãs de associações do Ceará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte (GRACILIANO, 2012).

A forte publicidade também é um dos pilares de seu sucesso no mercado. A marca e a estilista Martha Medeiros são bastante seguidas nas redes sociais e se fazem sempre presentes em eventos e revistas de moda através de modelos e celebridades que vestem suas peças. Para Milton Santos (1979, p. 36) a publicidade no circuito superior da economia urbana dos países subdesenvolvidos é “uma das armas utilizadas para modificar os gostos e deformar o perfil da demanda”.

A empresária da moda se mantém ligada a grupos de rendeiras do interior de Alagoas, como as de São Sebastião, no agreste. Segundo Nery (2012, p. 228), essa aproximação é “estimulada governamentalmente por incentivos fiscais e, sob a tônica da responsabilidade social, acaba por implicar em imagem positiva para a empresa por seu estímulo ao desenvolvimento de cidades e regiões periféricas”.

Martha Medeiros para a ELLE Brasil (2013, p. 313) diz que “quando olho uma renda, penso: o que posso fazer de diferente?”, e confirma que sua engenhosidade está em fazer uso de um produto regional, a renda, e dá-lo um status de peça consumível por um mercado mais amplo, até mesmo em escala global.

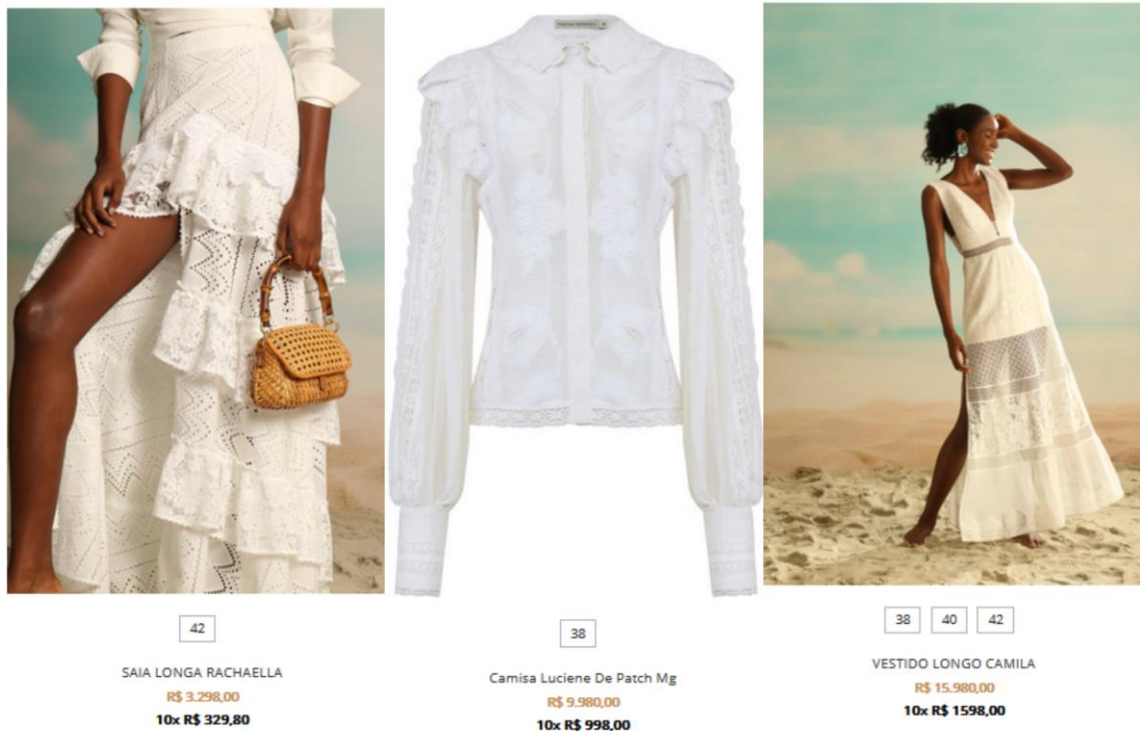
Para Nery (2012, p. 230), “uma hierarquia de valores se estabelece pela ordem da criatividade” e é isso que diferencia a estilista das rendeiras. Como essa cria produtos variados e sempre inovadores com o uso das aplicações de renda, acaba tendo por isso uma maior valorização, através de seus produtos com design e sofisticação consumidos por uma classe com alto poder aquisitivo.

Além disso, Martha Medeiros possui ateliê e loja em São Paulo, algo que impulsiona seu sucesso, pois sendo essa a maior cidade do país e com um grande fluxo de pessoas e de capital, suas criações são melhor divulgadas e consumidas. Mas para isso, existe uma organização que leva até esse grande centro nacional toda uma produção de rendas feitas em municípios por vezes carentes do Nordeste.

Neste processo, ainda segundo Nery (2012, p. 230), a inclusão das rendeiras é “marginal, periférica na rede, gerando discrepâncias consideráveis na distribuição dos rendimentos e do prestígio, ainda que sejam perceptíveis as alterações econômicas, de cotidiano e de relação com o trabalho na vida desses grupos”.

Segundo Giovana Romani para VEJA SP (2011) o preço de um produto de vestuário da marca Martha Medeiros “pode facilmente chegar à casa dos cinco dígitos”.

Figura 9: Produtos Martha Medeiros Verão 2021 e seu valores



Fonte: Loja Martha Medeiros. Disponível em: <https://marthamedeiros.com.br/>, acesso em 17 dez. 2020.

O consumidor que encomenda uma passadeira a uma rendeira de São Sebastião é diferente de um que consome um vestido de festa de uma marca como a Martha Medeiros, isso porque o consumidor direto da rendeira busca um produto tradicional, que mantém a mesma dinâmica de produção de séculos atrás, enquanto um consumidor de moda é atraído pelas inovações do mercado.

Para a revista Graciliano (2012, p. 44), a empresária esclarece que “o que fizemos com a renda foi dar uma nova linguagem a partir do design. Em nenhum momento, a intenção foi descaracterizar essa arte milenar. No caso, a moda foi o suporte”. A indústria do vestuário consegue ainda trabalhar com larga escala através de tecnologia e maquinário avançado, estrutura que o artesanato não dispõe.

Uma das exigências da Martha Medeiros com relação ao produto feito pelas rendeiras de São Sebastião é que, além da qualidade, seja na cor branca, pois o tingimento é posteriormente feito pela empresa da estilista. O pedido pela cor branca deixa de lado as rendeiras que estão na zona rural do município, isso porque, como já foi dito, nesses lugares de

ruas não asfaltadas a poeira é constante, o que prejudica a alvura das peças. Como resultado desse cenário, as poucas rendeiras que se encontram afastadas da zona urbana do município trabalham com linhas coloridas e dificilmente conseguem vender seus produtos.

Além disso, a empresária não compra produtos prontos e definitivos como passadeiras, blusas ou jogos americanos feitos pelas rendeiras, mas sim tiras de aplicação e bicos, que são matérias-primas que serão utilizadas nas confecções de suas peças de vestuário e moda casa. Essa mudança no processo de criação das rendeiras de São Sebastião, que deixam de produzir produtos definitivos e passam a entregar peças que serão base para um outro produto, leva a uma descaracterização do artesanato tradicional e de referência cultural, pois se passa a produzir um artesanato técnico. Para Martins (1973, p. 65), o artesanato técnico “tem por escopo aprimorar a mão-de-obra e criar operários especializados para a grande indústria”.

Desse modo, as modernizações no cenário econômico fazem com que alguns produtores do circuito inferior sejam levados a utilizarem suas técnicas tradicionais para elaborar novas peças com o objetivo de atender uma vigente demanda do mercado. Por vezes, quando não se adaptam a esses novos cenários, certas ocupações tradicionais sofrem forte aminguamento ou até mesmo deixam de existir no espaço onde por anos foram desenvolvidas (SANTOS, 1979).

A atual presidente da Associação das Mulheres Rendeiras de São Sebastião, é a única rendeira que mantém contato direto com a empresária Martha Medeiros e por conta disso algumas rendeiras acreditam que a presidente é a compradora, quando na verdade funciona como um tipo de atravessadora do produto artesanal local (ver Apêndices, Entrevistas V, VIII, IX e X, mar. 2018).

Martha Medeiros se aproximou das rendeiras de São Sebastião há cerca de 18 anos, e por meio da presidente da Associação das Mulheres Rendeiras de São Sebastião, Dona Vânia. Nesse momento, Martha Medeiros estava ainda iniciando seus trabalhos com renda e tinha uma única loja, em Maceió. Elas se conheceram no último dia de uma feira de exposições na cidade. Neste evento, a empresária comprou quase todas as rendas expostas no estande, e ainda deixou seu cartão e disse que quando houvesse mais rendas a avisasse, pois ela compraria. E a partir de então iniciou-se uma amizade que levou a empresária a se tornar uma cliente especial das rendeiras salomeenses (ver Apêndices, Entrevista X, mar. 2018).

Era um período no qual várias rendeiras estavam desestimuladas, não sentiam mais vontade de fazer renda porque não tinha quem comprasse. A aproximação da cliente Martha Medeiros fez com que algumas rendeiras voltassem a produzir, pois agora sabia que tudo que fosse feito teria como certo sua venda.

Hoje, Martha Medeiros é a principal compradora da renda de bilro produzida no município, mas isto não quer dizer que as rendeiras não possam negociar com outros compradores porque não existe um acordo formal entre as artesãs e a empresária alagoana. No entanto, como ela é certa de pagamento, algumas artesãs tornam-se fiéis e trabalham exclusivamente para a parceria Vânia/Martha Medeiros, o que traz benefícios como, caso precise, receber dinheiro de pagamento antes mesmo do produto ser feito, ou seja, uma ação que se caracteriza como crédito pessoal não-institucional, típico do circuito inferior (SANTOS, 1979).

Figura 10: As rendeiras salomeenses Vânia e Zuza durante evento na loja Martha Medeiros trabalhando em São Paulo-SP



Fonte: Acervo da rendeira Zuza. Acesso em 2018.

Esta ligação entre empresária e artesãs mostra que os trabalhadores que fazem parte do circuito inferior da economia nem sempre desempenham atividades exclusivamente para este circuito (SANTOS, 1979). Se beneficiando de que o artesão é um trabalhador informal e não pode ser um assalariado, Martha Medeiros (circuito superior) tem à disposição um trabalho, típico do circuito inferior, feito pelas rendeiras de São Sebastião, as mantendo ligadas a ela através de um acordo pessoal de clientela direta.

3.5 - A importância da renda de bilro na vida das rendeiras salomeenses e para o município de São Sebastião

As artesãs de São Sebastião trabalham com a renda de bilro porque é o artesanato que apreciam. Existe um sentimento de felicidade ao fazer renda, no entanto, a motivação vai além do lado emocional e são dois os principais motivos citados pelas trabalhadoras ao relatarem a importância da renda de bilro em suas vidas: o financeiro e o terapêutico.

A maior parte das rendeiras do município possuem como ganho principal a aposentadoria por tempo de trabalho, um salário mínimo por mês depois de uma vida dedicada a uma ocupação dentro das leis do que é um trabalho formal. O artesanato de renda de bilro passa a ser então um rendimento extra que surge como um complemento ao salário fixo de aposentada. Algo confirmado por Dona Zezé, rendeira de 89 anos, ao relatar que a renda de bilro é importante em sua vida “porque as vezes a pessoa tá com um dinheirinho fraco e faz a renda e aumenta mais um pouco”.

Como um ganho a mais, mesmo que uma rendeira trabalhe o dia inteiro, a venda da produção de renda de bilro dificilmente ultrapassa meio salário mínimo. Diante desse cenário, fica fácil explicar porque as mulheres mais jovens de São Sebastião, até mesmo aqueles que dominam o ofício, se afastam de suas almofadas e de seus bilros e passam boa parte da vida exercendo outras funções no mercado de trabalho.

Isso acontece, sobretudo, porque viver apenas com o faturamento gerado a partir da produção de renda de bilro não possibilita uma qualidade vida favorável ao desenvolvimento individual e familiar das salomeenses. Sendo assim, o mais comum em São Sebastião é que só depois de aposentadas algumas cidadãs voltem a se ocuparem com o artesanato que aprenderam ainda crianças.

O outro motivo, como já foi supracitado, é o lado terapêutico do artesanato. Algumas rendeiras referenciam o trabalho com renda de bilro como “uma terapia muito boa” ou “o divertimento da gente”, isso porque é uma atividade que as mantêm ocupadas. E mesmo sendo um trabalho, para elas se torna um momento de prazer e ligação íntima, um instante no qual podem esquecer um pouco de suas realidades diárias. Além disso, são totalmente cientes da beleza do produto que fazem e nesses momentos que se sentem orgulhosas de suas realizações.

Situação oposta ao orgulho é o sentimento das rendeiras com relação ao acolhimento do artesanato em São Sebastião. No geral, as artesãs não se sentem valorizadas em seu próprio

município, e esse quadro se forma com a falta de incentivo e colaboração por parte da gestão política e dos empresários locais.

Figura 11: Rendeira Zuza trabalhando em sua residência



Fonte: Arquivo do autor. Visita realizada em 2018.

Não se vê no comércio local nenhuma peça de renda de bilro à venda. Mesmo que o fato das artesãs trabalharem, em sua maioria, por encomenda seja uma justificativa aceitável, não deixa de ser um retrato da pouca importância que a população em geral, com exceção das próprias rendeiras e seus familiares, deposita a uma produção que traz fama e reconhecimento ao município que é amplamente divulgado como “a terra das rendas de bilros”.

Mesmo com tamanha desvalorização, é um trabalho distinto da agricultura e do comércio local, os principais motores da economia salomeense, que atrai visitantes a cidade. Se pensarmos no turismo como atividade geradora de trabalho e recursos, o município de São Sebastião poderia trabalhar melhor a questão da renda de bilro, seu carro chefe cultural, em seu território, tornando-a mais visível e estimada.

Segundo Martins (1973, p. 9), “o turista não aprecia as estandardizações vulgares e quer coisa genuína, própria”, e é isso que ele pode encontrar em São Sebastião: um produto belo e atrativo, com valor simbólico e cultural que representa bem os valores da região onde é feito. O município é carente até mesmo de um espaço para a exposição dos produtos feitos de

renda de bilro. O visitante que chega a São Sebastião não encontra um estabelecimento específico onde possa adquirir um produto que tanto representa a localidade.

Cruz (2003, p. 24) aponta que “lojas de artesanato local, de souvenirs e infraestrutura de lazer, colocadas às margens de rodovias, podem indicar a existência de alguma demanda turística” e São Sebastião, com sua área urbana às margens das rodovias federal e estadual BR-101, e da AL-110, respectivamente, tem seu mais importante agente cultural, a renda de bilro, sempre escondida, na intimidade dos lares.

Trago de volta o já citado exemplo sergipano para ilustrar que a venda de produtos artesanais em rodovias é uma forma válida de divulgação e comercialização da produção de um município. Em Sergipe, os comerciantes de Cedro de São João compram parte da produção de bordado de Tobias Barreto e, após um trabalho de acabamento nos produtos, os expõem a venda na BR 101 (FEITOSA, 2009).

Existe uma preocupação por parte das rendeiras que essa forma de artesanato venha a se extinguir em São Sebastião, pois, por mais que venha sendo ensinada aos jovens, mesmo que desocupados, não se sentem atraídos em fazer rendas de bilro.

3.6 - O ensino e aprendizagem do ofício de rendeira de bilro em São Sebastião-AL

Na contemporaneidade, o número de artesãs que exercem o ofício de rendeiras de bilro no município de São Sebastião gira entorno de 20 a 25 mulheres, em sua maioria, com idade acima de 50 anos. Seguindo uma tradição comum a aqueles que produzem artesanato, essas mulheres salomeenses aprenderam a fazer renda ainda criança, em torno de 5 a 8 anos de idade, como ensinamentos da própria mãe, ou, caso esta estivesse ocupada com outro tipo de trabalho, aprendia o ofício com outras figuras femininas de seu núcleo familiar, como avós, irmãs mais velhas e tias (ver Apêndices, Entrevistas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X, jan. 2018 e mar. 2018).

É a curiosidade e o tempo livre que leva a menina a imitar a mãe, e o que se inicia como uma brincadeira, torna-se um trabalho presente em todas as etapas da vida. O processo de aprendizado apresenta vários estágios e esses exigem paciência e dedicação. Ainda criança, depois de dominar todas as fases do ofício, o aprendiz ganha sua própria almofada. Atrelado a isso, está a confecção da própria almofada como um dos processos de ensino e aprendizado da criança aprendiz. Este momento é tão simbólico que algumas rendeiras adotam a mesma almofada pelo resto da vida, apenas realizando sua manutenção de tempos em tempos (Entrevista VII, mar. 2018).

A produção local de renda de bilro simboliza um legado que mantém a artesã ligada a uma herança familiar. Por conta disso, fazer rendas possui também um lado afetivo para algumas mulheres de São Sebastião. Um exemplo vem de Dona Josefa (ver Apêndices, Entrevista VII, mar. 2018), 59 anos, rendeira e professora da Escola de Renda do município, ao afirmar que “me apaixonei por renda ainda na barriga da minha mãe, eu ouvi ela bater bilrozinho, e eu escutando o tilintar dos bilros e eu fui me apaixonando desde aquele tempo”.

Mesmo que não saibam como o artesanato chegou ao município, toda rendeira tem ciência que é um trabalho passado de geração para geração, através das mulheres locais. O fato de ser uma tradição que se mantém viva até os dias de hoje está atrelado às impossibilidades de escolha profissional. Com uma maior escolarização e profissionalização da mulher, se amplia seu contato social e o resultado disto é a oportunidade de alternativas de carreiras diferentes daquelas que tradicionalmente se foram impostas (BIASOLI-ALVES, 2000).

Martins (1973, p. 22) diz que no artesanato “a aprendizagem da arte é prática e informal”, mas em São Sebastião há ensino e aprendizagem também feito por meio do ensino formal, já que no município existe há mais de 30 anos um curso que forma novas artesãs de renda de bilros.

A Escola para Rendeiras de Bilro de São Sebastião é uma iniciativa do Departamento de Cultura Municipal. Instalada em uma sala na Casa da Cultura, o ambiente dispõe de todo o material necessário para o ensino das técnicas do ofício aos alunos das 2 turmas formadas a cada ano: uma no período matutino e a outra no vespertino. Cada turma deve ter, no máximo, ter 10 alunos, mas é comum que haja mais porque a professora aceita que alguns alunos, mesmo já dominando todas as etapas do trabalho, continuem no local para aperfeiçoar a prática. Os aprendizes são de idades variadas, desde crianças a adultos, ainda que a maior parte dos discentes sejam meninas de até 12 anos. E se até algum tempo atrás o público era totalmente feminino, hoje alguns homens se lançam a aprender a fazer renda na instituição de ensino (ver Apêndices, Entrevista VII, mar. 2018).

Os jovens aprendizes se encontram na Escola para rendeiras em um turno diferente do que estão matriculados no ensino obrigatório. Uma prática recomendável, já que desenvolver conhecimentos, além dos apresentados na escola regular, também tem valor pedagógico e o artesanato pode ser um instrumento para o desenvolvimento, motoro e intelectual da criança (MARTINS, 1973).

O curso dura um ano, mas é comum que com apenas seis meses de estudo prático os alunos já saibam fazer a renda de bilro. O aluno que chega sem conhecimento prévio do feitiço da renda é instruído através de 3 etapas de aprendizado. A primeira delas consiste em praticar a

troca dos bilros, ou seja, a realizar os movimentos que, com as mãos, levam os bilros de um lado ao outro originando o desenho da renda. Neste momento usam-se apenas 4 bilros e os alunos são orientados pela fala da professora que repete constantemente a frase “troca, torce e troca de novo” (ver Apêndices, Entrevista VII, mar. 2018).

Quando já sabe trocar os bilros (cada aluno leva o seu tempo de aprendizagem), passam a exercitar o feitio das tranças para em seguida principiarem a fazer as traças, formas que recebem esse nome pois apresentam o mesmo formato das famosas traças de parede, também conhecidas como traças-das-roupas (fase larval das mariposas). Depois que já domina a troca dos bilros, a feitura das tranças e das traças o pupilo rapidamente, através do molde presente em sua almofada, desenvolve a habilidade elaborar a renda.

Figura 12: Escola de Rendeiras de São Sebastião-AL, professora e alunas



Fonte: Arquivo do autor. Visita realizada em 2018.

O grande desafio que a cultura de fazer renda encontra no município é a falta de continuidade na produção por parte da juventude salomeense. O ensino é uma etapa que se mantém segura nesse processo, tanto de forma informal, entre familiares, como de maneira formal, através da escola. Porém, por questões econômicas e culturais, os mais jovens, mesmo dominando a técnica, não continuam a trabalhar como rendeiras(os) (ver Apêndices, Entrevistas I, II, VII e X, jan. 2018 e mar. 2018).

Como a renda adquirida através do trabalho como artesã de renda de bilros é ainda muito baixa - bem inferior a um salário mínimo -, é compreensível que a juventude busque uma profissão que permita uma melhor condição de vida. Assim, o tempo que possuem disponível é dedicado aos estudos.

Outro motivo está ligado à forma com que o artesanato é visto pelos mais jovens: uma imagem de atividade arcaica, um trabalho de velhos. Então, preferem usar o tempo livre como outras distrações, como a internet. Esse cenário preocupa algumas rendeiras em atividade, pois gera um medo de que um dia a renda de bilros não seja mais praticada no município e a mesma deixe de ser conhecido como “a terra das rendas de bilro” (ver Apêndices, Entrevistas I, II, VII e X, jan. 2018 e mar. 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este foi um trabalho que trouxe um panorama da realidade de um grupo de rendeiras do município de São Sebastião–AL. Durante a pesquisa, foram observadas as características que fazem dessa comunidade de artesãs um importante quadro de estudo. Se levarmos em consideração a atividade de renda de bilro apenas em um contexto econômico, fica evidente que o capital gerado pelo trabalho das mulheres rendeiras não é igualável ao rendimento gerado com a agricultura e a pecuária, principais fontes de economia do local, o que coloca o artesanato com uma economia simbólica que se apresenta com uma característica cultural que promove um diferencial para o município.

Foi constatado que em São Sebastião o trabalho de rendeiras é feito quase predominantemente por mulheres com idade acima dos 50 anos - grande parte delas já aposentadas -, e essa questão está ligada diretamente a impossibilidade de viver uma vida de qualidade trabalhando apenas como artesã de renda durante o seu período ativo. O baixo preço pago pela produção faz com que as rendeiras que aprendem o ofício ainda meninas só voltem a dedicar-se à renda quando se aposentam e dessa maneira, o que recebem pela produção passa a ser um extra na economia do lar.

A falta de incentivo, valorização, compradores e, por vezes, questões de saúde, levou a uma diminuição de rendeiras ativas no município. Com a aproximação da empresária e estilista especializada em rendas, Martha Medeiros, algumas artesãs voltaram a fazer renda, pois agora existe uma cliente que compra toda a produção existente. Porém, os preços continuam baixos, e isso não traz ânimo para boa parte das rendeiras, algo compreensível, pois mesmo trabalhando diariamente são poucos as que conseguem R\$500 em um mês.

Hoje existe uma preocupação por parte das rendeiras locais que um dia a tradição de fazer renda desapareça do município, isso porque por mais que o ensino seja garantido por meios informais e formais, a população mais jovem não se sente atraída pelo ofício, seja por representar algo do passado, seja por gerar ganho tão pouco, um valor que em outra profissão é facilmente superado.

Por isso é compreensível a preocupação, pois a renda é uma atividade que representa São Sebastião. A “Terra das rendas de bilro” não teria nenhum outro produto que a

diferenciasse dos outros municípios do agreste alagoano se não fosse o incansável trabalho feito pelas mãos das rendeiras locais.

Ao final desse trabalho espero que leitor se sinta mais próximo das mulheres rendeiras que fazem um trabalho tão significativo e belo e que por vezes são tão esquecidas. É importante que uma produção que representa cultura, economia e os valores de um local seja valorizada pela população onde está inserida, para que a partir desse movimento de acolhimento, as condições de vida das artesãs melhorem e com isso não se vejam obrigadas a trabalhar por um valor monetário abaixo do merecido. É importante possibilitar melhores condições para que a renda de bilro continue sendo feita nos lares de São Sebastião, mantendo uma tradição e gerando capital para o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina**. São Paulo: Atlas, 4ª edição, 1987.

ARQUIVO NACIONAL. **Alvará de d. Maria I que proíbe o estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil, de 5 de janeiro de 1785**. Disponível em: <http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/images/media/Junt%20da%20fazend%20COD439%20f27f27vf28.pdf>. Acesso em: 06 de fev. de 2020.

ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES RENDEIRAS DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO – ALAGOAS. Disponível em <https://cnpj.biz/05442375000125> . Acesso em: 26 de mai. de 2020.

BAGNASCO, Arnaldo. Desenvolvimento Regional, Sociedade Local e Economia Difusa. In: URARI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexandre Patez (org.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 33-34.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas**. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015. 3v.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. **Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira no Século XX**. In: Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, Set-Dez 2000, Vol. 16 n. 3, pp. 233-239. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n3/4810.pdf> >. Acesso em 27 de nov. de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016, 496 p.

BRASIL. Portaria nº 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 155, n. 147, 1 agosto 2018. Seção I, p. 34.

BRASIL. Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 152, n. 203, 23 outubro 2015. Seção I, p.2.

BRASIL. Decreto nº 80.098, de 8 de agosto de 1977. **Institui o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D80098impresao.htm. Acesso em: 04 de fev. de 2020.

BRASIL. Decreto nº 83.290, de 13 de março de 1979. **Dispõe sobre a Classificação de Produtos Artesanais e Identificação Profissional do Artesão e dá a outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D83290.htm. Acesso em: 04 de fev. de 2020.

BRASIL. Decreto de 21 de março de 1991. **Institui o Programa do Artesanato Brasileiro e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1991/dnn63.htm . Acesso em: 14 de dez. de 2020.

BRASIL. Decreto nº 1.508, de 31 de maio de 1995. **Dispõe sobre a subordinação do Programa de Artesanato Brasileiro, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1508.htm. Acesso em: 04 de fev. de 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2019/Decreto/D9745.htm#art13. Acesso em: 04 de fev. de 2020.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. 3ª ed. rev. e ampl. – Maceió: EDUFAL, 2015.

CATELLANI, Regina Maria. **Moda Ilustrada de A a Z**. Barueri, SP: Manole, 2003. (revisão técnico-terminológica Laís Helena da Fonseca Pearson).

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexandre Patez; SILVA, Mirela Carvalho Pereira da. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: Questões para a realidade brasileira. In: URARI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexandre Patez (org.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 13-32.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**. – 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

ELLE Brasil. **Renda Máxima: Entre um ponto e outro, Martha Medeiros trança sua expansão no mercado da moda e do design e entra em 2014 cheia de novidades, Mariana Payno**. Edição 306, ano 26, novembro de 2013, p. 312-313.

ENTREVISTA I. [jan. 2018]. **Rendeira Dona Zuza**. Entrevistador: Robson dos Santos Almeida. São Sebastião, 2018. 1 arquivo. mp3 (31 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta monografia.

ENTREVISTA II. [jan. 2018]. **Rendeira Dona Julinha**. Entrevistador: Robson dos Santos Almeida. São Sebastião, 2018. 1 arquivo. mp3 (19 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta monografia.

ENTREVISTA III. [jan. 2018]. **Rendeira Dona Diva**. Entrevistador: Robson dos Santos Almeida. São Sebastião, 2018. 1 arquivo. mp3 (9 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta monografia.

ENTREVISTA IV. [jan. 2018]. **Rendeira Adaya**. Entrevistador: Robson dos Santos Almeida. São Sebastião, 2018. 1 arquivo. mp3 (9 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta monografia.

ENTREVISTA V. [mar. 2018]. **Rendeira Dona Iraci.** Entrevistador: Robson dos Santos Almeida. São Sebastião, 2018. 1 arquivo. mp3 (6 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta monografia.

ENTREVISTA VI. [mar. 2018]. **Rendeira Dona Jeilza.** Entrevistador: Robson dos Santos Almeida. São Sebastião, 2018. 1 arquivo. mp3 (4 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta monografia.

ENTREVISTA VII. [mar. 2018]. **Rendeira e Professora Dona Josefa.** Entrevistador: Robson dos Santos Almeida. São Sebastião, 2018. 1 arquivo. mp3 (36 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta monografia.

ENTREVISTA VIII. [mar. 2018]. **Rendeira Dona Susana.** Entrevistador: Robson dos Santos Almeida. São Sebastião, 2018. 1 arquivo. mp3 (8 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta monografia.

ENTREVISTA IX. [mar. 2018]. **Rendeira Dona Zezé.** Entrevistador: Robson dos Santos Almeida. São Sebastião, 2018. 1 arquivo. mp3 (7 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta monografia.

ENTREVISTA X. [mar. 2018]. **Rendeira e Diretora da Associação Dona Vânia.** Entrevistador: Robson dos Santos Almeida. São Sebastião, 2018. 1 arquivo. mp3 (17 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta monografia.

FEITOSA, Cid Olival. **Aglomeracões Industriais como fator de Desenvolvimento Regional: um estudo de caso no Nordeste brasileiro.** Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.eumed.net/librosgratis/2009a/521/indice.htm> . Acesso em: 02. Out. 2020.

FELIPPI, Vera; RÜTHSCHILLING, Evelise Anicet; FIGUEIREDO, Joana Bosak de. **Um olhar sobre o papel da mulher rendeira na história da moda brasileira.** In: Revista ModaPalavra e-periódico [recurso eletrônico], n. 16, jul./dez. 2015. Florianópolis: UDESC/CEART, 2015. Disponível em <
<https://revistas.udesc.br/index.php/modapalavra/article/view/1982615x08162015050> >.
 Acesso em: 27 de nov. de 2020.

GEORGE, Pierre. **Geografia do Consumo**. 2ª ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1971.

GRACILIANO. Revista da Imprensa Oficial Graciliano Ramos. **Moda feita à mão, Clevis Oliveira**. Maceió – Ano V – Nº14 – Maio/Junho de 2012.

IBGE. **Cidades: São Sebastião-AL**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/sao-sebastiao/panorama> . Acesso em: 15. Jun. de 2018.

ISTOÉ. **Sertão, Sonho e Renda: Como um cadastro que lista as ambições de rendeiras alagoanas pode abrir para 400 artesãs uma porta de saída do Bolsa Família**, Gisele Vitória. p. 48-51. Edição 2370, ano 38, 06 de maio de 2015.

JÚNIOR, Manuel Diégues. Introdução. In: **Artesanato brasileiro: rendas**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1986.

LAVER, James. **A roupa e a moda: uma história concisa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MAIA, Isa. In: **Artesanato brasileiro: rendas**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1986.

MARTINS, Saul. **Contribuição ao Estudo Científico do Artesanato**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1973.

NERY, Salete. Economia Criativa: Entre a Moda e o Artesanato. In: **Dossiê Cultura e Desenvolvimento: O Advento da Economia Criativa, Latitude - Revista do Programa de Mestrado em Sociologia/ Universidade Federal de Alagoas**. – vol. 6, n. 2 (jul./dez. 2012) - . –Maceio: Edufal, 2012.

PIRES DO RIO, Gisela. Jogo de espelhos: a dimensão cultural do econômico. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. **Economia, cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 15-36.

PORTO, Walter Costa. **Constituição de 1937 (Coleção Constituições brasileiras; v. 4)**. 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2012, 120 p.

ROMANI, Giovana. **Martha Medeiros, a rendeira chique, ganha destaque internacional.** VEJA SP, 4 fev. 2011. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/martha-medeiros-estilista-perfil/>. Acesso em 18 de dez. de 2020.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 (Coleção Ciências Sociais). (Tradução de Myrna T. Rego Viana).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEBRAE-AL. **Manual de Atendimento do Artesanato: SEBRAE/AL 2015-2017.** Maceió: SEBRAE, 2015, 10p.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Dona Clarice - patrimônio vivo do Estado de Alagoas.** Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco/es/patrimonio-vivo/cadastros-mestres-rpv-al/ano-2008/clarice-severiano-dos-santos-in-memoriám> . Acesso em: 04 de jun. de 2020.

TATAR, Maria; Borges, Maria Luiza X. de A. **Contos de Fadas.** 2.ed. com. e il. – Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

TENÓRIO, Douglas Apratto; CARVALHO, Cícero Péricles de; LIMA, Rochana Campos de Andrade. **Enciclopédia Municípios de Alagoas.** Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2006.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1986.

APÊNDICE A - Entrevistas

Entrevista I**12 de janeiro de 2018****Dona Zuza****1ª – Com quem aprendeu e há quanto tempo faz renda de bilro?**

Resposta: “Eu aprendi com a minha mãe, a minha mãe tem hoje 92 anos, e eu aprendi já tinha 8 anos de idade, todas as minhas irmãs faz, só que ninguém que fazer, só faz eu e a outra, o restante já não quer mais, e a minha mãe não faz até hoje por conta da visão, que não dá, ela já perdeu um olho, só tem um com 40%, aí não permite mais, aí só tem a gente pra dá continuidade, mas isso já vem hereditário, de mãe pra filha, minha já aprendeu com a mãe dela, com a vó dela e por aí vem vindo, e todas é quase a mesma história, praticamente, as rendeiras. Porque é hereditário, de família, aqui não tem uma história que diga fui quem inventei e fiz, não tem ela, sabe que se chegou até aqui, de onde veio a gente não sabe dizer, né, outro dia eu assistir uma reportagem que foi uma moça que namorou um rapaz, e o rapaz levou um presente de renda pra ela, e ela veio para o nordeste e trouxe essa renda e deu continuidade, agora quem é ela, não deu o nome”.

2ª – Que importância tem em sua vida a renda de bilro?

Resposta: “Ela é uma terapia muito boa, e também é uma renda financeira que ajuda muito, quando os meus filhos estudavam, hoje não porque graças a deus todos já estão formados, mas a minha filha mesmo ela fez faculdade em Maceió e me ajudou bastante a renda, porque quando eu vinha com o dinheiro, pedia mesmo a Martha, com o dinheiro já pagava a faculdade dela, então é uma renda boazinha, é renda profissão e renda financeira também, né”.

3ª – Como se é trabalhado o ensino do ofício nos dias de hoje?

Resposta: “Eu tiro pela família, porque a minha filha sabe, mas não dá continuidade, ela exerce a profissão que ela fez a faculdade, que é farmacêutica, aí da minha família só tem eu e minha irmã, as outras duas já não querem prosseguir fazer. Eu dei um cursinho em Luziapólis, lá eram 30 alunas, das 30 as que ficaram profissional mesmo, ficaram 4 ou 5, lá a dona Cida tenho certeza que ela dá continuidade, que ela disse que já foi pra uma exposição em Maceió, o restante das pequenas não querem, porque vão estudar, querem coisa melhor do que isso, porque viver só disso não dá pra viver. O curso foi 3 meses, todos os dias, se for uma pessoa que queria mesmo, principalmente as adultas, eu senti mais coragem nas alunas adultas, as

crianças não querem nada não só querem brincar, achavam que era um trabalho de pessoa idoso, elas diziam isso, o que não é, né, porque tem crianças que gostam de aprender, mas pra dá continuidade, não tem um que queira não. Eu gosto de fazer, eu amo minha renda, jamais eu quero parar, eu quero ficar com cem anos fazendo renda”.

4ª – Qual o material utilizado e de onde vem? (linhas, agulhas, bilros / compra)

Resposta: “A almofada a gente mesmo faz, (os bilros) esse aqui foi meu irmão que fez, esse aqui minha mãe que fazia com a gente, esse aqui minha mãe que fazia, a gente trabalhava a semana inteira e no sábado e domingo a gente ia pra matto cortava os paus, que chamava araçá de bilro, já dá o nome assim a madeira, e a gente fazia, você ver que ele é totalmente diferente, né, ele é grosseiro, né, esses daqui já são os atual de hoje que é feito na serraria, já tem um senhor que faz, a gente paga pra ele fazer, nem todo mundo quer fazer não porque diz que gasta muita madeira e não compensa, porque a madeira é cara, tem que ser uma madeira boa, bem pesada, se for leviana não presta, é R\$ 50,00 uma dúzia, que dá seis pares, aqui tem 48 pares, as vezes tem mais, aquela que eu fiz tem 50.

A linha, a gente compra aqui mesmo, nos armarinhos vende, Arapiraca também vende, linha esterlina número 20, de algodão, e alfinete, o papelão, é esse aqui que a gente faz e desenha ela pra dá continuidade, em outras nomenclatura chamam de gráfico, outras chamam de risqué, porque tem outros nomes depende da região do Estado, mas aqui é conhecido como papelão, a língua, a almofada que é feita cheia de palha de bananeira, a palha seca, tira a palha, tira aquele grosso fica só aquela fininha, e a gente faz um tipo um cheiozinho, né, amarra a boca aqui enche todo, fecha novamente e aqui a gente molda o papelão, bota esses “grampozinhos” pra segurar ele, aí vem os alfinetes e a linha, pronto isso aqui você vai até o final fazendo, e secando um e botando mais linha e dando continuidade”.

5ª – Quais as principais peças produzidas? (características, bicos, toalhas, roupas)

Resposta: “São as tiras de aplicação, olhe a minha irmã já chegou a fazer uma colcha enorme, ela ficou com 2.30 por 1.90 de largura, toda esse estilo aqui olhe (mostra), foi a maior peça de renda já feita em São Sebastião, nenhuma outra rendeira conseguiu fazer, ela foi feita todinha neste estilo, vermelha, só mudou a cor, a esterlina vermelha com o número 10, que é outra linha mais grossa ainda, ela fez toda neste estilo sem nenhuma emenda, fez o comprimento todinho, após o comprimento todinho, após o comprimento ela começou a fazer a largura, chegou um momento que a almofada dela não tinha mais espaço para botar, aí ela colocava em cima de um sofá e de um tamborete bem grande para sustentar a almofada, era muita

renda pendurada, mas até no “De volta para minha terra” para São Sebastião essa colcha passou, foi levada para uma biblioteca que tinha ali embaixo e passou, e eu fiz as duas fronhas também sem nenhuma emenda, ficou perfeita, depois fez os bicos para dá acabamento virado os cantos na almofada, sem cortar também, ela só teve uma emenda final que foi o acabamento, o resto foi toda sem nenhuma emenda. Se faz também de outras cores, só que a vinte só tem branca, a linha Esterlina 20 só tem branca, o branco fica em primeiro lugar, a Martha nunca encomenda de cores, só o branco, lá ela pinta, ela tinge lá, de preto de várias cores, agora que a gente mesmo aqui ela só quer branca, ela trouxe até Bia Dória pra Entre Montes, a mulher do prefeito de São Paulo, Deborah Secco tem uma roupa de renda a coisa mais linda, até quando a gente viu ficou emocionado “olha o artesanato da gente onde já vai”, depois disso vieram muita gente encomendar renda que queria fazer a mesma roupa, a Tici Pinheiro também. A gente até se surpreende com o valor que ela (Martha Medeiros) dá a gente, que a aqui é a terra das rendas e ninguém tem respeito nenhum, tanto faz. A Martha mantém a Casa do Bordado em Entre Montes (Piranhas), agora lá é bastante carente, eles vendem o artesanato como se vende picolé, bem baratinho, eles chegam até você, elas chegam oferecendo já, quando a gente pega um barco daqueles e chega, elas ficam tudo doida pra vender. Lá é a renda principal, só tem isso, mais nada, chega dá dó aquele povo, aí a Martha ajuda muito, ela leva oftalmologista, ela faz projetos, ginecologista, ela faz projeto pra escavação de poço artesiano, porque eles sofrem com a seca, aí ela leva palestrantes, ‘Olhar do Sertão’ (Nome do projeto), aí ela tem a associação ‘As mulheres do Brasil’, que são as socialites, né, aí tem a dona da Magazine Luíza, entre outras mulheres ricas que ajudam a ela nesse projeto, a Bia Dória, aí ela traz de vez em quando elas pra conhecer o Nordeste (mostrando as fotos),

Pra Martha, são essas daqui, as tiras de aplicação, que ela coloca em vestido de noiva, em roupa de formatura, de festas, das atrizes, são essas coisas, ela tanto compra ela assim (mostra a aplicação longa) quanto compra esses quadradinhos aqui, pronto a rendeira que está fazendo as tiras para ela sou eu e sou sei se tem mais outra, acho que não, a minha irmã mesmo faz essa aqui (mostrou), por que lá era mora no sítio e tem muita poeira, a estrada é de barro, né, aí por conta disso ela não dá continuidade as tiras, foi a que fez a colcha, por isso que ela fez vermelha lá, porque só dá se fosse assim, e a branca ela muda de cor na poeira, ela fica meio amarelada, a verdade é essa, mas foi a maior peça de renda até hoje, ela valia por quase, acho que uns 10 caminhos de mesa, que o pessoal chama de passadeira, ela trabalhou um ano e seis meses pra fazer ela, e trabalhou muito bem trabalhado, não perdeu tempo, o horário que dada ela pegava.

Antes da Martha a gente trabalha com encomenda, esse senhor passou aqui ele encomendou o jogo de cama e a gente fez, e antes a gente esperava que passasse alguém aqui para comprar, que era difícil, pra vender era muito complicado, tinha pessoas que dizia que não queria fazer mais, a desmotivou todo mundo por conta disso, porque não tinha a quem vender, hoje é ao contrário, tem quem compre, não tem quem faça, já pensou como é as coisas? ”.

6ª – Quanto tempo por dia/semana trabalha com a renda? Quais são os valores das peças produzidas?

Resposta: “Todos os dias eu faço, e eu não fiz durante o dia eu faço a noite, mas tem que fazer, não posso ficar sem fazer não, todos os dias eu começo, mais ou menos, uma hora da tarde (13:00) vou até dez da noite (22:00), onze (23:00), fazendo, só paro pra fazer o jantar, e volto para ela novamente, todos os dias, dia de domingo eu faço também um pouquinho, que eu tenho mais tempo, e a gente vai aproveitando as horas que mais tem vaga, pra fazer, porque na época eu trabalhava, hoje eu já não trabalho mais, tô praticamente só nela agora, faço mais outra coisa não, só tô fazendo a renda”.

7ª – A quantidade produzida em um mês de trabalho? Quais são os valores das peças produzidas?

Resposta: “Por mês, bom, faço duas dessas por mês, se trabalhar muito faz duas, aí as duas dá entorno de 500,00 reais, ela passa de um metro, acho que dá um e meio, mais ou menos isso, essa tá pela metade (mostra), tem que ter muita paciência, atenção, e ela é a renda mais fina que tem das rendas de bilro, porque as outras são grosseiras, tem no Ceará também, essa daqui é muito fina, essa é própria pra roupa, quando a gente foi para São Paulo pra inauguração da loja da Martha, pra inaugurar foi eu e a Vânia, ela levou a gente, e lá o centro das atenções era essa (se referindo a sua renda de bilro), a Renascença é linda depois de feita, é encantadora, eu foi apaixonada pela aquela renda, realmente, mas o pessoal que ver fazendo pensa que tá até costurando na mão, mas não é, eles tão fazendo a renda, mais o centro das atenções era essa coisa (a almofada com a renda), quando fui levei essa daqui, faz tanto tempo que tô fazendo essa aqui (se referindo ao modelo) que não mudei mais nunca de renda, é só essa direto, direto, que é o que a Martha quer. Ela gosta de coisa muito bem-feita, se for essa malfeita ela torna, não aceita não, pelo menos as da gente não que a Vânia não tem muita quantidade, um tempo ela produziu um mandrião pra um neto do Bill Clinton, todo na renda daqui, ficou perfeito”.

8ª – Existe alguma forma de organização entre as rendeiras de São Sebastião? (sindicato, cooperativa, associação, ONGs)

Resposta: “Não, só tem a associação, mesmo assim cada rendeira faz na sua casa, não tem o local físico, até porque ficou difícil pra gente pagar um aluguel pra ter uma casa mesmo da associação, sede, muitas também são idosas fica um sufoco danado pra tá levando isso aqui a pé, não tem condições, aí todo mundo decidiu cada um fazer em suas casas, produz entreva a Vânia, que é a presente da associação, quando ela vem pegar ela se comunica, pergunta se já tem muita, a gente diz que tem, ela vem buscar, já leva pra Maceió, lá entrega, passa pra Martha. A Vânia fica como responsável e tem contato direto com a Martha, não só com a Martha mais com outras pessoas também”.

9ª – Como fonte de renda familiar, a renda de bilro é responsável por quantos por cento em média por mês? É a principal fonte de renda?

Resposta: “Vai depender da rendeira, porque são peças com valores diferentes, umas por metro, outras por peça, tem umas palas que são “individual” o preço delas, aí avaria de 20,00 reais acima, um metro dessa daqui hoje, pra mim fazer ela, eu só faço por 300,00 reais, mas como a Martha compra em muita quantidade, que a gente já tem a ela como se fosse a compradora certa mesmo, a gente não espera mais ninguém pra vir buscar em casa, por que se esperar por isso ninguém vende, aí a gente vende ela com desconto, já dá um preço que ela fique certo pra pagar a gente, e a gente fazer e mandar pra ela, melhor do que você fazer, vamos supor, um metro por 300,00 e eu vou esperar 3 anos e não passa uma pessoa pra comprar, eu fiz o que com isso? Nada, perdi meu tempo, tô com a peça guardada, vamos supor que ela compre por 250,00 e eu fazendo e entregando pra mim sai muito melhor, é outra coisa, do que eu tá comprando a linha e fazendo a renda e não ter a quem vender, aí fica difícil, aí eu sou mais vender por um preço mais baixo, mas que venda todos os dias, só é fazer e mandar.

[sobre receber encomendas de outros clientes] Fica difícil, que eu já tenho compromisso com a Martha, porque com é que a Vânia vai chegar até a Martha, vai dizer o que, né, eu tenho compromisso com a Vânia, e ela com a Martha, já sei que é delas, é a gente fazendo e entregando, mesmo que chegue uma pessoa pra comprar agora, aí fica difícil, a gente não pode nem vender porque já tá certo, pelo menos eu tenho consciência disso, tem outras aí que vendem, sabe, se passar um aí e botar um real a mais ela pá (vende), eu já meio com medo, sabe, porque já é um compromisso, se comprometer com uma pessoa e ela tem as coisas dela

também, as encomendas de roupas dela para as atrizes, querer fazer e na hora não chegar a renda, aí também não pode.

[voltando a questão da renda familiar] É um complemento, todas as rendeiras fazem isso como um complemento da renda, não é a principal fonte de renda não, é um complemento.”

10ª – Como rendeira, agente produtora cultural, recebe algum tipo de programa/auxílio/assistência econômica por parte do município/estado/governo federal? (Linhas de crédito/ SEBRAE/ BB/ Bolsa Família/ Providência).

Resposta: “Pra gente, rendeiras da Associação, não. [sobre o SEBRAE] Mas até um tempo ainda chegaram a vir, mas o trabalho que eles queriam não tinha como, era só eles queriam a produção porém dinheiro não repassava, ele repassava com bem queriam, eles queriam que as rendeiras produzissem, que eles montariam as peças pra expor e tudo mais, porém, eles demoravam a pagar, a gente só ia receber quando eles vendessem a peça, aí ficava difícil pra gente, então eu sou mais hoje que a Vânia leva e entrega a Martha, se eu dizer, a Vânia tá em São Paulo agora, se eu disser ‘Vânia tô precisando de 500,00 reais de renda, tem como você mandar?’ ela diz ‘mande o número da conta’, porque na mesma hora liga pra Martha e ela já passa o dinheiro, sem ver a peça ela já passa, então ela confia no trabalho da gente, é por isso que eu tô dizendo a vocês se chegar uma pessoa pra comprar não posso vender, porque se eu quiser pedir um dinheiro a um turista que passa aqui ele vai me mandar? Não, e Vânia pede a Martha e ela manda, as vantagens são essas. A Martha, ela divulgou muito bem as rendas da gente, a verdade é essa”.

11ª – Na sua opinião, qual a importância da renda de bilro para o município de São Sebastião?

Resposta: “Para o município mesmo a importância é quase nada, só pra gente, individual, mas que o município mesmo não colabora, não valoriza não. Se você agora procurar uma lojinha em São Sebastião que tenha uma amostra de renda, não encontra em canto nenhum, pronto em cada casa você vai encontrar assim fazendo, e agora até porque por conta da procura da Martha Medeiros e por conta da Vânia trabalhar dessa forma com a associação não tem nem como por uma loja pra expor isso, porque já são coisas que são encomendadas, são feitas e já são entregues”.

Entrevista II

12 de janeiro de 2018

Dona Julinha, 55 anos

1ª – Com quem aprendeu e há quanto tempo faz renda de bilro?

Resposta: “Há mais de cinquenta anos, aprendi com a minha avó, minhas irmãs, porque meu pai casou duas vezes, aí eu sou da segunda família, na primeira família todos faziam renda, minhas irmãs, as minhas tias”.

2ª – Que importância tem em sua vida a renda de bilro?

Resposta: “Tudo, gosto muito”.

3ª – Como se é trabalhado o ensino do ofício nos dias de hoje?

Resposta: “Aprendem mais não dão continuidade, porque as pessoas mais jovens que tem que faz renda é a sua irmã (irmã de Hermano, filho da dona Zuza que me levou as casas das rendeiras), tem a menina da Diva, faz renda porque tá fazendo um vestido”.

4ª – Qual o material utilizado e de onde vem? (linhas, agulhas, bilros / compra)

Resposta: “Linha, bilro, alfinete”.

5ª – Quais as principais peças produzidas? (características, bicos, toalhas, roupas)

Resposta: “A gente produz só rendas mesmo, caminho de mesa, blusa”.

(Se trabalha para Martha Medeiros) “Trabalho”. (Se recebe encomenda de outros) “Recebo, eu tenho uma encomenda de um vestido todo de renda de uma menina que vai se formar no final do ano, vou começar em fevereiro, quando tiver na minha casa, essa casa aqui é uma bagunça, mais tranquila quando tiver na minha casa, se deus quiser”.

6ª – Quanto tempo por dia/semana trabalha com a renda?

Resposta: “Olha eu trabalho ... as vezes é assim, quando a gente trabalha em casa a gente trabalha assim pelas horas, né, tem um tempinho vai, todo dia eu pego, ontem fiz até onze horas da noite, quando eu tô sem sono, ontem eu comecei a fazer renda era cinco horas da tarde, tomei café cedo e comecei, ‘hoje eu faço essa aplicação’, faltava metade da aplicação, aí eu terminei, onze horas”.

7ª – A quantidade produzida em um mês de trabalho?

Resposta: “Dez metros, mais ou menos, depende também da renda, né. Eu tenho duas almofadas”.

(Sobre o mostruário) “Só tem eu e a Zuza, a mestra usava o meu, pra dizer que era dela, ela sem trouxe nada para rendeiras de São Sebastião e nem deixou, nem trouxe, nem deixou. As filhas dela só têm rendeira uma, a Josefa é rendeira, a da matéria (jornalística tv gazeta) não sabe fazer nada, só faz uma renda se outra pessoa começar”.

(Sobres as feiras organizadas pelo Governo Estadual) “Tá com dois anos que, graças a deus, não tem”.

(Sobre a quantidade de bilros utilizados) “Essa daqui em 45 pares”.

“Tem uns 5 anos, foi na Casa da Cultura de São Sebastião, eu dei aula só por 18 ou foi 20 anos”.

“Melhor que as mestras, né, eu sou quem faz os desenhos de renda para elas todinha” (moldes), mas aqui elas não servem pra nada, só pra ganhar o dinheiro do governo”.

8ª – Quais são os valores das peças produzidas?

Resposta: “Porque a gente tira por metro, R\$ 40,00, R\$ 60,00, de R\$ 100,00, o metro que a Zuza tá fazendo dá mais de R\$ 100,00 de aplicação, depende da quantidade de aplicação. (Mostrando fotos) essa daqui é que vou fazer o vestido da menina, de R\$ 100,00 o metro, pra fazer um metro dessa daqui é uma semana, agora essas duas mais de R\$ 100,00, e ninguém quer fazer, dá muito trabalho, nem toda rendeira faz, quem faz eu, a Zuza”.

9ª – Como fonte de renda familiar, a renda de bilro é responsável por quantos por cento em média por mês? É a principal fonte de renda?

Resposta: “A minha renda me ajuda muito, e muito. (Se é a renda principal) Não, eu sou aposentada, eu tô reformado a minha casa, aí ano passado eu ‘Vânia, eu tô aqui aperreada, me mande cem conto pra comprar cimento, tô sem dinheiro pra comprar cimento”, aí me mandou R\$ 100,00, cinco sacos de cimentos eu comprei, mais tô com seis (aplicações) aí, já é R\$ 150,00”.

10ª - Como rendeira, agente produtora cultural, recebe algum tipo de programa/auxílio/assistência econômica por parte do município/estado/governo federal? (Linhas de crédito/ SEBRAE/ BB/ Bolsa Família/ Providência).

Resposta: “Não, só a mestre (risos), a prefeitura não ajuda em nada, a gente não, nem o papelão, a gente compra, só quando eu dava aula a prefeitura pagava”.

(Observação: O esposo da Dona Julinha era quem fazia os bilros, antes os manuais, depois os feitos na serraria. Agora quem faz é o dono da serraria).

“Esses bilros duram tanto tempo que.... a rendeira morre e ainda fica pra outra, R\$ 50,00 uma dúzia”.

11ª – Na sua opinião, qual a importância da renda de bilro para o município de São Sebastião?

Resposta: “Eu considero importante, porque muita gente chega aqui, né, “terra da renda, terra da renda”, quando você me ligou tava um casal, ontem vieram comprar renda aqui, agora encontrei mais dois, eu disse “não tenho renda, minha renda é encomenda”, eu trabalho com encomenda o ano todinho. Além das rendeiras serem poucas agora, umas já estão de idade, não aguentam fazer mais, outras já morreram, e os jovens querem só o quê? Celular, quando tá na aula, tá na aula, quando tá em casa é no celular. O estudo é o mais importante, né?, Hoje tem mais ou menos umas vinte.”

Entrevista III

12 de janeiro de 2018

Diva, 55 anos

1ª – Com quem aprendeu e há quanto tempo faz renda de bilro?

Resposta: “Ah com a minha mãe, desde pequena, ah 55 já, 49 anos, vixe”.

2ª – Que importância tem em sua vida a renda de bilro?

Resposta: “É pra tudo né, é muito importante só que pra comércio muito pouco, mas pra vida da gente é muito bom, né, só não é pra comércio, pra venda não, se for sobreviver disso aí, não sobrevive”.

3ª – Como se é trabalhado o ensino do ofício nos dias de hoje?

Resposta: “Faz pra Martha também. Só tenho ela (sobre a filha) ela já faz, ali é ela que tá fazendo não é nem eu. Aí tem escolinha, mas não sou eu que ensino, é pela prefeitura”.

4ª – Qual o material utilizado e de onde vem? (linhas, agulhas, bilros / compra)

Resposta: “Linha, alfinete, o bilro, tudo consegue aqui mesmo na cidade”.

5ª – Quais as principais peças produzidas? (características, bicos, toalhas, roupas)

Resposta: “Agora aí fica difícil, tudo, bico, renda, é porque a gente não faz roupa, só isso, só a mesma renda, aí quem vai produzir as peças é quem vai comprar a renda, quem comprar que utiliza (as aplicações), a gente só faz as peças das rendas”.

6ª – Quanto tempo por dia/semana trabalha com a renda?

Resposta: “Agora eu faço o dia todo, porque agora já tô aposentada, era professora, era nível médio, eu tava na direção quando me aposentei”.

7ª – A quantidade produzida em um mês de trabalho?

Resposta: “Ah meu filho é difícil, de dizer assim é muito difícil, o que eu faço no mês pode botar por metro, uns 5 metros, porque é de acordo com a renda, tem larga, tem estreita”.

8ª – Quais são os valores das peças produzidas?

Resposta: “Aí varia, essa daqui tá de sessenta (reais), um metro por sessenta, essa que é mais larga, dessa já é diferente já é por quarenta, aí assim vai variando, esse aqui já é de vinte, é de acordo com a renda”.

9ª – Existe alguma forma de organização entre as rendeiras de São Sebastião? (sindicato, cooperativa, associação, ONGs)

Resposta: “Uma associação, tem, a Vânia, eu era presidente aí passou pra ela. Existia antigamente nós tínhamos um local, mas você sabe prefeito muda prefeito, a gente tentou na época, que veio até de, que foi aquele, como é o nome? Artesanato Solidário, que veio de São Paulo pra aqui, era o Solidário, aí botaram eu como a presidente, aí a gente formou, só que a gente tentou conseguir, a gente ainda montou a casa tudo, o artesanato, montou tudo, só que a gente tentou o prefeito ir pra câmara pra doar pra associação o prédio, só que ele abandonou, deixou, deixou, aí quando o outro prefeito assumiu mandou me chamar, aí eu fui, aí ele disse ‘Desocupe’, eu digo ‘Pois não’. Aí pronto, a gente desocupou, aí ninguém teve mais local”.

10ª – Como fonte de renda familiar, a renda de bilro é responsável por quantos por cento em média por mês? É a principal fonte de renda?

Resposta: “Não, a gente não pode dizer, eu mesma não posso dizer assim mensal, porque se a gente vendesse todo mês eu tinha aquela renda mensal, olhe a gente tem o produto, mas cadê o dinheiro? Tá aqui o produto mas cadê o dinheiro? Essa é minha, eu fiz pra uma mulher de Maceió mas ela não apareceu pra pegar, aí ficou aí, vou aproveitar para colocar no vestido da Adaysa (filha)”.

11ª - Como rendeira, agente produtora cultural, recebe algum tipo de programa/auxílio/assistência econômica por parte do município/estado/governo federal? (Linhas de crédito/ SEBRAE/ BB/ Bolsa Família/ Providência).

Resposta: “Não, na época da associação a gente tentou pelo Banco do Brasil, mas não conseguimos de jeito nenhum, a gente tentou, tentou, mas não conseguimos”.

12ª – Na sua opinião, qual a importância da renda de bilro para o município de São Sebastião?

Resposta: “Pronto, se tivesse assim um local mesmo pra gente mesmo seria uma boa, porque a gente sozinha não tem como andar, tem que ter um empurrão de alguém pra gente ir ‘simbora’, tem a associação mas se não tiver um empurrão ninguém sai do lugar porque só

isso aqui é muito pouco, você vender uma peça pra tirar dez por cento vai tirar o quê? 10 reais, 20 reais, vai fazer o que com esse dinheiro? Não dá pra nada”.

Entrevista IV

12 de janeiro de 2018

Adaysa, 28 anos

1ª – Com quem aprendeu e há quanto tempo faz renda de bilro?

Resposta: “Eu aprendi com a minha avó, faleceu há um ano, eu acho que eu faço renda desde uns seis anos, por aí, mais de vinte anos, é”.

2ª – Que importância tem em sua vida a renda de bilro?

Resposta: “Assim, representa a sequência, tanto da família como do símbolo de sempre ir para frente, de não acabar ali, né? Muitas coisas”.

3ª – Como se é trabalhado o ensino do ofício nos dias de hoje?

Resposta: “Tem na casa de cultura tem a escola, né, que eles ensinam, mas não tem um ponto de apoio pra rendeiras mostrar peças, essas coisas, mas tem só a escola. (Sobre o ensino de mãe para filha) É, antigamente era mais, né? As meninas se importavam mais, hoje é mais difícil”.

4ª – Qual o material utilizado e de onde vem? (linhas, agulhas, bilros / compra)

Resposta: “É, tem a palha de bananeira, por que ela é feita com folha de bananeira seca; o papelão, alfinete e o bilro, que é de madeira, essa daí tem oitenta e poucos bilros”.

5ª – Quais as principais peças produzidas? (características, bicos, toalhas, roupas)

Resposta: “Depende do pedido, assim, da pessoa que vier pedir, né. A gente já produziu xale, já produziu vestido de casamento, dois a gente já fez vestidos de casamento, já colcha de cama. (Sobre a não exclusividade de pedidos para Martha Medeiros) Recebe de outras pessoas, só que a gente não entrega assim a peça pronta, a gente entrega tipo a renda, entendeu? Pra pessoa, os pedaços, e a pessoa monta o que desejar, né?”.

6ª – Quanto tempo por dia/semana trabalha com a renda?

Resposta: “Assim, quando eu tô de férias, né, que eu também faço faculdade, quando eu tô de férias fico o dia todo fazendo, durante o período da faculdade eu faço mais só no fim de semana ou a tarde. Eu faço enfermagem”.

7ª – A quantidade produzida em um mês de trabalho?

Resposta: “É difícil porque renda é uma coisa que é demorada, aí depende da quantidade de pedidos, tipo uma renda dessas você não faz em um mês, é uma coisa que demora muito, né, tipo um xale mesmo, um xale minha mãe fez só e foi seis meses, aí a gente não tem uma renda específica por mês, só que compensa porque é uma peça cara, mas tirar mesmo por mês não sabe quanto ganha”.

8ª – Quais são os valores das peças produzidas?

Resposta: “Aquela dali eu tô fazendo por tira, mas ela é aplicação, que é de quatro por quatro (4x4), é vinte e cinco reais (R\$25,00) uma. Não tem uma florzinha daquela? Só que eu tô fazendo por tiras porque é para um vestido, essa daí para fazer um vestido longo, aí já vou fazer inteira pra não ter que emendar, ali já tem 3 aplicações que já dá setenta e cinco reais (R\$75,00). Tem aplicações de oito reais (R\$8,00) depende da espessura”.

9ª – Existe alguma forma de organização entre as rendeiras de São Sebastião? (sindicato, cooperativa, associação, ONGs)

Resposta: “Existia antes, quando era o outro prefeito, né, aí tinha o ponto de apoio, tinha as rendeiras onde colocava exposto as coisas que eram produzidas. Já faz um tempo, no tempo o prefeito era o Sertório Ferro, tinha um ponto de apoio onde as rendeiras se encontravam, né, tinha a associação, era bem organizado mesmo. Aí hoje em dia cada uma faz na sua casa, só quando é conhecido que nem a Julinha, a Dona Zuza que conhece a gente, e a Vânia, aí uma indica, sempre aparece gente aqui, mas os turistas quando passam assim nunca tem um ponto de apoio certo”.

10ª – Como fonte de renda familiar, a renda de bilro é responsável por quantos por cento em média por mês? É a principal fonte de renda?

Resposta: “Não tem como saber a renda por mês, porque se você for esperar para vender uma renda de seis/oito meses você não come. E não deixa de ser uma terapia também, né”.

11ª – Como rendeira, agente produtora cultural, recebe algum tipo de programa/auxílio/assistência econômica por parte do município/estado/governo federal? (Linhas de crédito/ SEBRAE/ BB/ Bolsa Família/ Providência).

Resposta: “Não, quando também tinha a associação nós seguia, nós viajava para fora com o Senai, exposições no congresso, congresso lá em Maceió a gente ia direto, no Centro de Convenções, nas feiras, mas hoje acabou mais, e é uma coisa que valoriza a própria cidade, (sobre a placa na entrada da cidade) mais tinha, acho que o sol queimou tanto que deu uma apagada, só que a pessoa que tá lá na placa ela não é a pessoa mais antiga, porque antes da minha avó ainda teve outra pessoa mais antiga ainda, que já falecida, fazia, e ela nem é daqui do município a pessoa que tá nessa placa, porque realmente a gente nem sabe quem trouxe a renda pra aqui, ela não era nem daqui, era município de Feira Grande que ela morava, mas tinha conhecimentos políticos essas coisas, aí muda tudo, mas ela não é o patrimônio não”.

12ª – Na sua opinião, qual a importância da renda de bilro para o município de São Sebastião?

Resposta: “Rapaz, assim, pro município seria ótimo se ele desse valor, se ele desse um empurrãozinho, porque o município tem pra onde crescer, tanto prefeitura como a população também, mas é isso que acaba, né, que o ‘maiores’ não valorizam”.

Entrevista V

27 de março de 2018

Dona Iraci, 69 anos

1ª – Com quem aprendeu e há quanto tempo faz renda de bilro?

Resposta: “Com a minha mãe, ah desde de eu criancinha pequena, com 5 anos eu já comecei”.

2ª – Que importância tem em sua vida a renda de bilro?

Resposta: “É, porque eu gosto”.

3ª – Quais as principais peças produzidas? (características, bicos, toalhas, roupas)

Resposta: “Eu só faço a renda mesmo, essa é ‘puta’, agora o povo não gosta de chamar ela puta não, sabe? Botaram o nome dela de ‘fita’, mas toda vida ela foi puta, porque tem ela que é a puta e tem o pico que é o corno, que tem a renda puta e tem o bico corno, a pareia. Agora gente por aí quer tirar o nome, a Maria da Clarice, foi quem mudou, toda vida foi puta, agora acho que ela acha nome feio de puta, né? (risos) aí quis mudar. Essa é a ‘putona’ e tem a ‘putinha’, putinha é mais estreita, agora o bico é muito bonito, eu já fiz mais de 100 metros só dessa renda, sem tirar, porque também a que dá mais um trocadinho é essa, eu fiz parece que 16 metros dela só numa peça. É da Vânia, só faço pra ela, tem gente que vem aqui, bota preço, ‘não, faço não’, só pra Vânia, porque essas pessoas que aparece, é só naquele dia, quando é depois oh acaba, e a Vânia não ela diz ‘Oh qualquer coisa, pode falar pra mim’, as vezes eu tô apertada, eu ligo pra ela, ela me dá adiantado os metros que eu quiser, então eu não posso ser covarde com uma mulher dessa”.

4ª – Quanto tempo por dia/semana trabalha com a renda? A quantidade produzida em um mês de trabalho?

Resposta: “Eu passo duas semanas assim para fazer meio metro, porque ela é muito trabalhosa, todo dia eu faço um pouquinho, não tem hora não, eu faço mais de noite, porque pelo correr do dia a gente lava um pano, vai fazer uma comida, fazer uma coisa, fazer outra, né, aí o dia vai se passando, aí eu não vou dizer que eu faço o dia todo, porque eu não faço o dia todo, agora se eu fizesse o dia todo aí dava pra fazer, em 2 dias dava pra fazia meio metro”.

5ª – Quais são os valores das peças produzidas?

Resposta: “A Vânia tá me pagando a ... agora ela tá me pagando a R\$ 65,00, ela me pagava a R\$ 55,00, menos sabe, aí foi aumentando até chegou aos 55,00, agora ela já me pagou essa (a que está fazendo) a 65,00”.

6ª – Como fonte de renda familiar, a renda de bilro é responsável por quantos por cento em média por mês? É a principal fonte de renda?

Resposta: “Eu já sou aposentada, peguei um auxílio de doença, sabe, problema de nervo. Porque quando eu era nova, solteira, eu fazia renda e bordava na máquina, aí depois eu enjoei desse negócio de máquina, aí a máquina tá aí encostada pro canto, aí fiquei só na renda, porque eu acho que é um divertimento também, um divertimento pra eu, todo dia eu faço”.

7ª – Na sua opinião, qual a importância da renda de bilro para o município de São Sebastião?

Resposta: “Eu acho que, sei não, num sei nem dizer”.

Entrevista VI**27 de março de 2018****Dona Jeilza****1ª – Com quem aprendeu e há quanto tempo faz renda de bilro?**

Resposta: “Com a minha irmã, porque a minha mãe não tinha tempo, aí minha irmã quem me ensinou, com 7 anos de idade, (tempo que faz renda) 60 e tarará”.

2ª – Que importância tem em sua vida a renda de bilro?

Resposta: “Pra mim ela é tudo, que me dá meu dinheirinho, meu trocado. Oxe, quando eu tô naquela sem dinheiro ‘Vânia me arruma dinheiro aí’ ela ‘Tome’, quem paga melhor. Peço a Deus que me dê bem saúde, pra mim fazer bem muita renda”.

3ª – Quais as principais peças produzidas? (características, bicos, toalhas, roupas)

Resposta: “É a puta também, é a viúva, é essa daí que ela que ela tá fazendo (Dona Zuza), Aplicação, a que eu comecei ainda tá na minha almofada; as golas também, aliais, tudo que botar pra mim eu vô mim bora”.

4ª – Quanto tempo por dia/semana trabalha com a renda?

Resposta: “Bem, se eu me sentar 07:00 da manhã até as 07:00 da noite eu tiro uma dessa (aponta), eu passo até meia noite, uma hora da manhã, dependendo da coluna, porque as vezes ela dói e a gente deixa. Só não faço quando não tô em casa, todo dia eu tô com a minha renda, tava em Maceió (na casa da filha), tá ansiosa pra voltar pra fazer a minha renda, agora com eu for já vou levar uma, viu, uma almofada, vou deixar lá, com bilro e tudo, porque 15 que eu tô lá, já tinha feito quantas aplicação?”.

5ª – A quantidade produzida em um mês de trabalho?

Resposta: “Bom se for um bico que não for muito ruim, no mês a gente tira 5, 6 (metros), depende do bico”.

6ª – Quais são os valores das peças produzidas?

Resposta: “Agora esse mês ainda deu pra tirar R\$700,00, foi 20 bichinha dessa (aplicação) e 4 metros do bico da viúva”.

7ª – Como fonte de renda familiar, a renda de bilro é responsável por quantos por cento em média por mês? É a principal fonte de renda?

Resposta: “É um extra, sou aposentada, é porque quando a gente tem um destino não pode ficar parada, porque eu não posso ficar parada, se passar um tempo longe da minha almofada eu adoço mais ainda, é um vício, pra acho que é um vício pra eu não poder passar um dia sem fazer renda, quando a gente gosta de uma coisa, é verdade”.

8ª – Na sua opinião, qual a importância da renda de bilro para o município de São Sebastião?

Resposta: “Rapaz, eu não nem responder nem essa pergunta, aqui não tem valor não, aqui ninguém dá valor, agora com deus enviou a Vânia, né, aí a Vânia leva pra Maceió, e lá ela vende, mas aqui ninguém dá valor não, graças a deus que deus abriu esse caminho pra Vânia, se não já tinha caído de produção, não tinha pra quem a gente vender”.

Entrevista VII

27 de março de 2018

Dona Josefa, 57 anos, professora da Escola de Rendas

1ª – Com quem aprendeu e há quanto tempo faz renda de bilro?

Resposta: “Olha, eu aprendi com a minha mãe, na verdade eu aprendi fazer na almofada dela, ela se levantava e eu começava a reinar nos bilros, sabia nem o que era bilro nesse tempo, eu devia ter uns 6 anos, por aí, e fazia uma baguncinha, depois levava umas palmadinhas, né, porque eu bagunçava o serviço dela, mas com essa brincadeira também logo eu aprendi, também sempre foi muito observadora, muito curiosa, e não demorou muito eu aprendi, agora quando eu comecei mesmo a ter a minha almofada, fazer as minhas rendas, eu tinha 8 anos de idade, só que eu já sabia, né, desde uns 6 a 7 anos eu já mexia nos bilros, mas quando eu vim ter mesmo a minha primeira almofada, de verdade, que ainda hoje eu tenho, todos os anos em janeiro, esse ano não que eu não tive tempo, eu desmonto, assim tiro os panos, aí se ele tiver meio molinho dô uma arrumada, mas ainda hoje eu uso a mesma almofada de 50 anos atrás, olha só quanto tempo”.

2ª – Que importância tem em sua vida a renda de bilro?

Resposta: “Olhe, além do financeiro, porque eu não nego eu faço um bom dinheirinho com renda, é porque pra mim a renda não é uma fonte de renda, mais é um extra que eu tenho, muito bom. Além disso, da parte financeira, eu não me separo da minha almofada, eu não sei se é paixão, não sei se é amor, não sei se é vício, costume, eu sei lá o que é, mas eu não me separo da minha almofada, você chegando lá em casa, com exceção dos meses de janeiro, dos anteriores, esse ano eu fiz renda o mês todinho, que eu tinha uma encomenda para entregar, foi o jeito trabalhar, mas em janeiro normalmente eu dou férias a bichinha, sabe, dou uma descansadinha nela e a mim também, mas você sempre que chegar lá em casa vai achar renda na minha almofada, mesmo eu fazendo pouco, que hoje eu faço mais pouco, que eu tenho um pai em casa com Alzheimer e a gente quem cuida, né, aí sobra menos tempo, trabalho também, mas não me separo da minha almofada, não sei se é a minha terapia, é alguma coisa inexplicável que eu não me separo dela, pra mim ela é muito importante, é uma coisa que tá no sangue. Outro dia o menino perguntado, eu disse “olha eu acho que eu me apaixonei por renda ainda na barriga da minha mãe”, eu ouvir ela bater bilrozinho, e eu escutando o tilintá dos bilros e eu foi me apaixonando desde aquele tempo, que até hoje é uma paixão, que as

vezes eu digo, eu não gosto de jogo, mas se eu jogasse na mega sena, quando ela tá assim acumulada com milhões e milhões, mesmo que eu aceitasse, a minha almofada para onde eu fosse iria comigo, porque é uma coisa que é minha, é uma coisa que eu domino, que eu gosto, é uma paixão, é uma coisa meio inexplicável”.

3ª – Como se é trabalhado o ensino do ofício nos dias de hoje?

Resposta: “A gente tem aqui essa escola, eu também ensino algumas pessoas em casa, com toda luta, com todo corre-corre, mas tem umas pessoas que me procuram e eu não me nego, sob hipótese nenhuma, até uma, inclusive fazendo esses dias. Aí aqui na escola a gente tem essa sala, 1ª, 2ª e 3ª etapa, cada uma dessas (mostra na parede), elas chegam aqui sem saber nada, aí a primeira coisa que elas aprendem é isso aqui, a trocar os bilros, essa é a primeira etapa, primeiro passo, aprendem a trocar os bilros, ela vai trabalhar com 4 bilrinhos desses, onde a gente vai ensinar a trocar esses bilrinhos, é todo um movimento, o movimento todinho da renda dá desses pauzinhos aqui, nesses bilros, é o primeiro passo, é a primeira aula que a gente dá, ela tem que aprender a trocar os bilros, é como croché, você não tem que aprender a fazer a trança? Né o primeiro passo pra quem aprende croché? Então você vai aprender a trocar. Quando você já sabe trocar, aí tem umas que aprendem rapidinho, tem outra que demora um pouco mais, é muito relativo, não importa a idade, a criança aprende mais rápido, é tem criança que num instante ela aprende, tem outras que demoram mais, do mesmo jeito é o adulto, esse rapaz aqui (aponta para um local vazio onde provavelmente o rapaz prática), que é um senhor que faz, ele aprendeu a fazer só ouvindo eu ensinar, eu ficava “troca, torce e troca de novo”, que é o movimento do trocar, né, é troca, torce e troca de novo, e ele ficava aqui, que ele trabalha aqui, e ele fica ouvindo, ouvido, quando é um dia ele se inventou de pegar na almofada do outro rapaz ali, e eu perguntei “você quer aprender?”, ele disse “eu acho que sei”, rapidamente ele aprendeu, ele começou o ano passado, já perto do final do ano, ele começou uma (renda) mais fácil e ele foi passando, passando, passando de fase que de repente chegou naquela última etapa lá, na 3ª, é o resultado já disso aqui, porque tem todo um processo, aí depois que elas aprendem a trocarem, vai aprendendo a trocar, quando ela aprende trocar, ela vai para tranças, aí daqui a pouco, na próxima semana essa danadinha aqui que tem 6 anos de idade, ela já vai pra traças, traças são esses...você conhece traça de parede, né? É cópia, é uma traça, né, quer dizer faz a trança e ela já vai pra essa traça, a proporção que ela vai aprendendo, que ela vai dominando sozinha, porque eu ensino e elas vão se virando sozinhas, vão aprendendo, vão aprendendo e quando sai disso aqui (mostra), aí pronto, aprendeu a trocar, que é o primeiro, a fazer essas tranças e fazer essas traçinhas, o resto já leva

de boa, num instante aprende, é rápido. Geralmente, olhe em 6 meses já estão fazendo direitinho, só que fica um ano, quando termina elas não querem ir embora, querem continuar, tanto é que o máximo pra gente são 10, eu tô com 16, “ahh você tá com muita gente”, mais eu tempo muitas, muitas não, algumas, que já sabem, que eu não me preocupo mais, é porque elas não querem sair daqui, e eu não vou dizer “não venha mais” que eu não gosto desse termo, eu tenho algumas como Letícia, que já faz sozinha, Lívia, que já faz sozinha, Reinaldo, esse rapaz aqui, que já fazem sozinhos, o que eu botar pra eles faz eles fazem, e tenho 9 a 10 que realmente estão começando, começaram agora esse ano, foi no dia 13 que a gente começou”.

4ª – Qual o material utilizado e de onde vem? (linhas, agulhas, bilros / compra)

Resposta: “Olhe, almofada, isso aqui é palha de bananeira, eu tenho uma aqui que não está terminada ainda (mostra), é todo um processo, a palha da bananeira sequinha, a gente usa um saco, esse saco ele tem que ser um saco diferenciado porque, não sei se você sabe, mas tem uns desses sacos que eles são elásticos, então tem que ser um saco que não tenha elasticidade, esse aqui é o saco de açúcar que antigamente chamava, hoje usam mais pra chão, como aqui mesmo tem, mas é um saco, tem uns que a gente já compra por metros, mas eu não gosto porque é mais duro, então tem que ser um saco maleável pra quando a gente apertar ele ficar bem apertadinho, é toda uma técnica, tem pessoas que usam qualquer coisa, eu não, eu sou toda cheia de coisinha, de cri-cri, por isso que as minhas, quando eu faço, digo tá feita e garantida, aí a gente essas coisas aqui (mostra), aí a gente sempre cobre com um paninho bonitinho, de acordo com o gosto da pessoa, e aí a gente vai pro serviço em si, esse papelão, que a gente usa papel Paraná, e papel madeira, ele é coberto com papel madeira, aí vai pra linhas, os alfinetes, e naturalmente os bilros, que sem eles a gente não faz nada, a gente geralmente usa linha Esterlina, estamos pensando agora em mudar porque a esterlina tá tendo muito problema com ela, (os problemas) a cor, e ela distorce muito, aí a gente tá tendo muita dificuldade pra trabalhar com ela, aí a gente tá, tô recebendo aí uma pessoa da Secul pra gente ver se acha uma linha, porque antigamente eu lembro que eu trabalhava com uma linha Âncora, eram uns carreteis de madeiras, uma linha perfeita, perfeita mesmo, mas depois com o tempo, parece que a fábrica incendiou, e a Corrente comprou, a Coats Corrente, e ficou fabricando a mesma linha só que são uns bolinhos, não é a mesma coisa, e também porque a madeira, né, mas a qualidade é muito boa, eu já entrei em contado com esses pessoal, já foi e-mail. Já foi vídeos, mas até eles não ... disseram que iam ver se melhorava, fazer análise do material, na verdade essa aqui (esterlina) não é fabricada no Brasil, essa linha, ela já vem não

sei de onde, ela é uma linha boa em termo de espessura, só que ela vai distorcendo, distorcendo e ela quebra muito rápido, e além de tudo ela fica escura, você faz uma peça de renda, vamos dizer assim, não tem plástico, não tem papel, não tem nada que consiga fazer manter ela branquinha, ela vai ficando escura, não tem jeito, o pessoal diz “a gente tá vendo as qualidades não sei o que tal” até aqui nada, tô aguardando, né. Aí daí a gente confecciona aí”.

(sobre o investimento da almofada) “Olhe, depende da quantidade dos bilros, que o mais caro, na verdade dos bilros são os mais caros, 40,00 reais 12 bilros desse, faz aqui mesmo, tem um senhor que faz, também só tem um rapaz que faz aqui pra gente, eu já disse “oh você passe essa missão pra outro, porque se você morrer, como é que a gente fica sem bilro?” aí ele diz “mas ninguém quer aprender, não sei o que”, e realmente hoje em dia as pessoas não querem mais fazer certos serviços que ganhe pouco, as pessoas só querem emprego, porque sabe que tem uma instabilidade, muitas vezes se esquece que um negócio desse pode as vezes dá mais dinheiro que certos empregos por aí a fora, porque oh é 40,00 reais 12 bilrinhos desse, que a gente trabalha com 12, com pares aliás, é um par de bilro, então, são 6 pares, uma dúzia, e é 40,00 reais. Agora a poucos dias eu fiz uma pra uma menina que me pediu, com 12 pares, toda, completinha, só não da largura dessa renda porque a menina era aprendiz ainda, foi 200,00 reais, por causa dos bilros, o material em si é menos caro, mas os bilros é que encarece muito, foi 200,00 que eu fiz a almofadinha para menina, aí depois “mulher, acabou vendendo barato por 200,00 a gente compra almofada velha já pronta”, eu digo “é, mas eu não sou disso não”, eu vou mais pelos bilros que é o mais caro, mas aí a gente ... é entorno disso, depende da quantidade de bilros, se for mais, se quiser um monte de bilro desses, claro que vai ficar mais caro, que a gente vende de acordo com a quantidade dos bilros, proporcional, se não a gente vai, ou fica no prejuízo ou vai querer explorar as pessoas, e a gente não faz isso não, uma almofada dessas, uns bilros desses, eles duram uma eternidade se você tem cuidado, porque as vezes o que que acontece essa cabecinha aqui dele ele quebra, você que ele aqui é mais fina, se deixar ele cair, cai hoje cai amanhã, vai acabar quebrando, é só ter cuidado, tudo nessa vida é cuidado, é amor, carinho e cuidado, se não acaba estragando”.

(sobre o consumo de linha) “Olhe depende da renda, se for uma renda que tenha muita traça, porque o que mais consome são as traças, aí meu filho, haja linha, agora se tiver menos traça, gasta menos linha, o que mais consome a linha é essas traçinhas. (uma passadeira, por exemplo) Olha a gente fez uma final do ano passado, foi 20 por 80 (20x80cm) ou foi 60, não lembro bem assim, acho que foi 60, a gente gastou 6 novelos de linha, sobrou um tiquinho, a gente comprou a linha e fomos contando, de 6 sobrou um pouquinho assim, coisa pouca.

Compra aqui mesmo, é (São Sebastião), (em torno de 12,50?) É, mais ou menos isso, nessa faixa”.

5ª – Quais as principais peças produzidas? (características, bicos, toalhas, roupas)

Resposta: “Normalmente a gente faz a renda, a renda em si por metros, eu costumo também fazer aplicações, que tem aplicações de vários tipos, de vários modelos, uns quadrados, triangulares, retangular, redondos, de todo jeito a gente tem, e eu gosto, eu faço também uns anezinhos pra guardanapos, eu faço, panos de bandeja, é uma infinidade de coisas, mas a passe mesmo é a renda, faço palas, que são pra roupas. É aquela história, a gente faz mais pela ...eu trabalho mais por encomendas, eu tenha umas freguesas, umas clientes, que trabalho muito pra elas, elas dizem ‘Josefa eu quero tantos metros de tal renda’, eu faço, ‘Josefa quero tantas palas’, eu faço, ‘Eu quero aplicações tais, tais’, faço, eu trabalho mais assim, sob encomenda, é difícil eu fazer uma renda que não tenha dono já, só se eu começar a inventar uma renda, como tenho umas em casa pra começar pra semana, tô terminando um biquinho lá pra fazer, aí é que eu vou fazer, aí fico aguardando as encomendas. (a maior parte das encomendas) Rendas e bicos, os bicos tem uma ponta, certo, é o que mais a gente faz, porque o bico ele é muito usado pra acabamentos, de tolhas, toalhas de banho, toalhas de rosto, toalhas de mesa, então o mais procurado além da renda, depois da renda é o bico, as aplicações só quando a pessoa já tem uma coisa que vai fazer e vai botar aplicação, mas o que mais a gente trabalha, os mais procurados são rendas e bico, mais o bico do que a renda, porque o bico você bota numa toalha, você bota num lençol, você bota numa infinidade de coisas, a renda não, você vai fazer uma fachada de renda, vai botar numa blusa e tal, mas aí o bico ainda é o mais procurado”.

6ª – Quanto tempo por dia/semana trabalha com a renda?

Resposta: “Ah meu filho hoje eu trabalho bem mais pouco, faço mais a noite, eu acho que se juntar o dia e a noite, no máximo, 3 horas, todos os dias eu faço, nem que seja uns dois pontinhos tenho que fazer”.

7ª – A quantidade produzida em um mês de trabalho?

Resposta: “É relativo, de acordo com a renda, com a largura, com o modelo, porque tem renda, uma dessa aqui (mostra), num instante a gente faz, essa é boazinha de fazer, mas quando você vai pra uma renda mais larga ou que tenha mais traças, aí é onde a gente demora mais, essa passadeira que a gente fez final do ano passado a gente demorou bastante, fiz eu e

minha irmã, uma sentava, outra levantava, porque a mulher queria com pressa, era pro final do ano, não sei o que, e a gente demorou 4 meses, e era assim, uma se levantava a outra se sentava, todo dia, porque também ela era toda de traça, era tipo aplicação só que ela foi feita totalmente sem emendas, sem costuras, a gente tem uma técnica que a gente faz que é a aplicação em quadradinho, e parece que é 16 por 16 (16x16), é o tamanho padrão, mas a gente faz da largura que a gente quer, que a pessoa quer, e a gente faz ela totalmente sem ementa, em vez de você emendar uma na outra a gente faz toda sem emenda, aí demora mais também por isso”.

8ª – Quais são os valores das peças produzidas?

Resposta: “Eu costumo dizer que: renda é caro! Outro dia estava um pessoal lá em casa, de Salvador, e querendo saber, e disso “ói, renda é cara”, porque dá trabalho fazer, mas por exemplo, é em torno de 30,00 reais por metro dessa (mostra), tem umas mais fininhas aqui das meninas que é em torno de 10,00/15,00/20,00, dependendo da largura, do trabalho que dá, vai naturalmente aumentando os valores. Uma aplicação tá em torno de 30,00 reais, 16x16, tem umas menorzinhas que eu faço, redondas, tem vários outros modelos, que é em torno de 15,00, de 20,00, depende do tamanho e do modelo, mas nós temos modelos que chegam a 200,00 reais o metro, agora também o metro dá um trabalhinho pra fazer”.

9ª – Existe alguma forma de organização entre as rendeiras de São Sebastião? (sindicato, cooperativa, associação, ONGs)

Resposta: “Olhe, dizem, eu não sei, porque eu não faço parte, mas dizem que tem uma associação, mas eu não sei lhe informar. Aí dizem que tem uma associação, tem uma menina que toma conta, mas eu não sei lhe informar nada dessa associação, eu nunca quis fazer parte não, a minha produção já tem destino certo. A gente tinha a ideia, que minha mãe faleceu, e eu tive a ideia mais a minha irmã de fazer uma fundação, a gente ainda providenciou toda a documentação, mas aí depois a gente acabou desistindo, uns probleminhas aí antes da gente oficializar, fizemos só uma documentação como seria e tal tal, mas aí quando foi pra ...aí minha irmã começou com mais mais ... “é melhor a gente se aquietar, esse negócio não vai dá certo”, medo de enfrentar as coisa, né, porque a gente sabe que essas coisas dá trabalho, e acabou, ainda hoje tem a papelada toda lá em casa, já tava pronta pra ir por contador pra que ele fizesse todo aquele processo, mas aí a gente acabou desistindo, não levamos isso adiante e paramos no meio do caminho, achamos uma pedra e pagamos”.

(sobre há quanto tempo existe a escola) “Essa escola existe a muito tempo, a escola em si ela já existe a bastante tempo, eu não sei lhe precisar a quanto tempo, porque minha mãe foi umas das professoras, mas já tem a muito tempo, aqui é que tá acho que uns três, quatro anos mais ou menos instalada nesse prédio, porque já foi pra vários locais, aí está aqui, essa era uma construção meu feinha, mas o ex-prefeito deu uma ajeitada, não terminou tudo não mais deu uma arrumadinha na sala”.

10ª – Como fonte de renda familiar, a renda de bilro é responsável por quantos por cento em média por mês? É a principal fonte de renda?

Resposta: “Não, hoje não é mais, pra ninguém acho, porque hoje nós temos poucas rendeiras em São Sebastião, ou acredito que mais ou menos umas 30, 40, se chegar é nesse número, muitas das rendeiras já se foram, outras por motivos de saúde acabam desistindo, sofrem da vista, coluna, porque haja coluna viu, dói muito a coluna e essa parte aqui do olho, não sei, eu sei que dói tanto, e muitas delas já acabaram desistindo, porque você ver, alguns anos atrás a renda aqui era fonte de renda mesmo, mas aí depois vem empregos, aposentadorias, esses benefícios que se fazem necessários, realmente, aí as pessoas passaram a ter a renda só como um hobby, um divertimento, um extra, porque é um extra muito bom, mas dizer assim que as pessoas fazem renda pra subsistir, não faz mais não. Hoje 90% das rendeiras tem seus empregos ou tem suas aposentadorias, grande parte, se a gente parar um pouquinho e pensar não vai achar quase ninguém que vive só da renda, não acha mais, já foi, alguns anos atrás era exclusivamente muitas famílias forma sustentadas, vamos dizer assim, as custas de renda, mas hoje já não é mais, agora tem aquelas pessoas que não largam a almofada de jeito nenhum”. (se uma rendeira consegui cerca de 500,00 por mês) E acho que dá pra fazer isso, eu tenho uma vizinha que ela faz muito renda, ela vende bem, ela é aposentada mais ela ainda trabalha muito, eu acredito que ela faz até mais do que isso, porque ela trabalha mesmo! Ela se dedica 99% por cento do tempo dela exclusivamente a renda, eu acho que disso pra lá viu”.

11ª – Como rendeira, agente produtora cultural, recebe algum tipo de programa/auxílio/assistência econômica por parte do município/estado/governo federal? (Linhas de crédito/ SEBRAE/ BB/ Bolsa Família/ Providência).

Resposta: “Não, não, as ajudas que a gente tem é quando vai para feiras, quando a gente tem exposições, pronto, semana passada foi semana do folclore, do artesanato, do artesão, a gente foi pra Maceió, a prefeitura banca todas as despesas de transporte, porque lá a gente fica ...lá a gente já tem onde ficar, mas dá o transporte, essas coisas todas, mas assim uma coisa extra,

exclusiva pra gente, não. A minha irmã é funcionária da prefeitura, aí recebe pra ficar aqui, o salário dela, eu sou funcionária cedida à prefeitura, aí tô aqui cumprido meus horários, mas dizer assim que tem uma coisa exclusiva, a prefeitura banca tudo isso aqui (a sala), você a alegria das meninas com a chegada dos banquinhos, porque a gente diz o que precisa e eles providenciam, todo o material aqui que a gente tudo é da prefeitura. Eu sou funcionaria de uma outra instituição cedida para o município, aí eu presto meus serviços aqui, a gente tinha uma exclusiva daqui, e ela aposentou-se, trabalhou até o ano de 2016, trabalhava eu e ela de manhã, ela era os dois horários, e a minha irmã a tarde, tinha uma outra pessoa também que ficava só no horário da tarde, mas aposentam-se e aí ficou só eu e minha irmã, uma de manhã, outra a tarde. Não, a gente não tem nenhum convênio, nada disso”.

12^a – Na sua opinião, qual a importância da renda de bilro para o município de São Sebastião?

Resposta: “Olhe, a cidade baseou-se desde o princípio, há muitos anos atrás, com a renda de bilro, né, e ganhou este nome “terra das rendas de bilro” e foi crescendo, esse nome foi crescendo, e hoje São Sebastião por onde você passar é conhecida como “Terra das Rendas de Bilro”, nós temos outros municípios aqui em Alagoas que fazem, mas coisa pouca, outros estados também que a gente sabe que faz, mas a gente aqui ganhou essa fama de renda de bilro e se a gente deixar isso aqui acabar, vai acabar como Arapiraca que era a famosa “Terra do fumo” e não é mais, gente não quer deixar que isso aqui acabe, essa tradição da famosa renda de bilro, por isso que a gente ensina a essas senhoras, senhores, essas crianças, para que não morra essa tradição, esse costume, essa arte, que é uma arte milenar, e não deixa de ser muito bonita. Mas eu acho que pra cidade, se você passar por São Sebastião alguém vai dizer “Terra das rendas de bilro”, já ficou conhecida como terra das rendas de bilro, e acho que isso não vai acabar mais nunca, só se a gente acabar com a renda”.

Entrevista VIII**27 de março de 2018****Dona Susana, 73 anos****1ª – Com quem aprendeu e há quanto tempo faz renda de bilro?**

Resposta: “Eu aprendi a fazer renda com a minha mãe, eu tinha 7 anos de idade. Não tinha o que fazer no interior, somente para não está sem fazer nada, não tinha quem comprasse a renda, tinha um homem, que o finado Pecado, que comprava nossa renda, ela me ensinou, ainda fiz um biquinho, ainda vendi não sei quantos metros, naquele tempo era um dinheirão, né? Aí eu fiquei fazendo e eu deixei de fazer, e não tinha quem me ensinasse mais, a mamãe só fazia uns biquinhos estreitinhos, eu queria fazer uma rendinha mais larga, aí depois eu comecei a arrumar um trabalho com o Zé Pacheco, na secretaria, aí a Maria do Didi fazia renda, que era a professora de fazer renda, eu era somente de limpeza, aí eu disse ‘Maria eu queria aprender a fazer o pico maior, mais largo’, ‘você tem bilro’, ‘eu não tenho bilro não, se não tiver bilro aí da secretaria, da associação de você eu empresto e depois que eu aprender eu compro mais uns bilros e dou os de vocês’, assim eu fiz, ela fez um bico, botei o bico eu me empatei de fazer o bico, a Maria nervosa e eu nervosa, eu disse ‘Maria eu não vou fazer mais não’, aí ela ensinava de manhã e a Julinha ensina a tarde, ‘Eu vou aprender com a Julinha, se não aprendo com a Julinha não aprendo mais com ninguém’, que a Julinha tem mais paciência, né. Aí a Julinha me deu indicação, ‘faça assim e assim’, e eu aprendi, eu fiquei fazendo renda até hoje, tô com 73, vou entrar no 74, só faço esse pico também, que a minha vista também não dá para fazer, e também não tenho tempo para fazer, aí fiquei fazendo esse até hoje, e sei que quando ficar velha caduca e não poder fazer, encosto, né, mas enquanto puder fazer, eu faço, aí pronto.

2ª – Que importância tem em sua vida a renda de bilro?

Resposta: “Porque é o divertimento da gente! A gente se diverte mais, eu tô meio aperriada com a minha netinha que eu tenho aqui, faz raiva, né, aí eu deixo com a mãe dela e vou fazer a minha renda e aqui vou bater nos bilros e aqui vai desaparece, né, aquele pensamento da pessoa, aquele nervoso. Mas é bom fazer, eu tendo tempo”.

3ª - Quais as principais peças produzidas?

Ah meu irmão, eu só faço essa daqui porque é o jeito, eu fazia antigamente o pouso com bico, a Vânia era até mais desse bico, mas eu deixei, aí depois ‘não, eu vou começar uma renda mais larga’, era o volta-redonda, só fazia esse bico, eu disse ‘Vânia vou mudar’, aí comecei a fazer esse, até hoje, vou morrer com esse daqui, só faço esse, o Viúva (nome do bico).

4ª - Quanto tempo por dia/semana trabalha com a renda?

Resposta: “Para fazer um metro, meu irmão, é uma semana. Eu, né, porque eu faço devagar e eu não faço direto, mas quem começa de 05:00 da manhã até 06:00 da tarde pode fazer, né, mas eu não faço não, todo dia eu faço um pouquinho, 10 minutos (risos), 10 minutos para fazer duas *florzinhas* dessas. Porque olhe, eu levantei de manhã, tomei café, e foi fazer, olhe eu só fiz duas flores, de manhã até meio-dia, né, porque ainda tem que encher bilros, os fios se quebram a gente tem que emendar”.

(a peça que ela estava fazendo tinha seis metros e meio, perguntei quanto ela gastou de linha até ali): “Olhe, para fazer 10 metros de renda é um novelo e meio para fazer essa renda aqui”.

5ª - Quais são os valores das peças produzidas?

Resposta: “Essa daqui é 50,00 o metro”.

6ª - Como fonte de renda familiar, a renda de bilro é responsável por quantos por cento em média por mês? É a principal fonte de renda?

Resposta: “É, sou aposentada, mas eu faço por fora (o bilro, acredito que ela se enganou, não tem como ser a principal renda), a mais, ajuda. Eu vendendo os 10 metros eu faço 500,00”.

7ª - Como rendeira, agente produtora cultural, recebe algum tipo de programa/auxílio/assistência econômica por parte do município/estado/governo federal? (Linhas de crédito/ SEBRAE/ BB/ Bolsa Família/ Providência).

Resposta: “Ah meu irmão, eu não sei não falar, deve ter (risos). É só o trabalho da gente, que é de graça”.

8ª - Na sua opinião, qual a importância da renda de bilro para o município de São Sebastião?

Resposta: “Eu queria que essa renda fosse pra frente, né. Essa associação e a Vânia tem umas 15 a 16 pessoas, e por causa dessa associação sai a de todo mundo, aí a gente ficou com umas 6, depois acabaram tudo, fomos para Maceió fazer entrevista para lá, foi aquela bagaceira

toda, no fim não resolveu nada, fizemos carteirinha fizemos tudo, e ‘agora vai para frente!’, ahhh acabou tudo (querendo dizer que não, nada aconteceu), a Vânia que tá comprando assim quando a gente faz uma peça ela compra e vai para Maceió, ela vende a freguesia dela, é assim. Só é ligar ela vem buscar aqui na hora”.

Entrevista IX**27 de março de 2018****Dona Zezé, 89 anos****1ª – Com quem aprendeu e há quanto tempo faz renda de bilro?**

Resposta: “Com a minha mãe, ah meu filho tá com muitos anos, quando minha mãe pegou a ensinar nós eu tinha uns 8 anos, porque a nossa família todo mundo fazia renda, as minhas tias, todo mundo fazia renda, mas nesse tempo era muito fraco pra vender, mas foi aumentando um pouco, aumentando as coisas, e hoje em dia tá mais forte, tá melhor. Mas eu não fazia só isso não, eu costurava também, eu passei uns 10 anos sem fazer renda, porque nós morava no sítio e lá costureiro era pouco, foi o tempo que eu vim para aqui, já tinha um conhecimento daqui, cheguei aqui me atacaram costura e eu comprei outra máquina, dessa de motor, porque a minha máquina era de pé, muito cansada, aí comprei uma máquina a motor e peguei a costurar, costurei por muito tempo, eu passei mais de 10 anos sem fazer renda, ‘ade pois’ não tinha essas roupas feitas que tem aí, não tinha nada, depois chegou essas roupas, e o povo foi ficando mais pouco, mais fraco, chegou mais costureiras, que só tinha aqui só quem costurava era a Irani do Zé Curtinho e a finada Chiquinha e pronto, e mais ninguém, foi o tempo que eu cheguei e nós ficamos costurando. Depois ‘vou fazer renda agora’, sem tá parado nessa idade toda que eu tô.”

2ª – Que importância tem em sua vida a renda de bilro?

Resposta: “É porque as vezes a pessoa tá com um dinheirinho fraco e faz a renda e aumenta mais um pouco. Vou ver se eu me interessei mais fazer”.

3ª - Quais as principais peças produzidas? (características, bicos, toalhas, roupas)

Resposta: Eu faço mais esse bico, Bico das Viúvas, eu já fiz dela (Susana), mas não gostei não, gosto desse, muito mais bonito.

4ª - Quanto tempo por dia/semana trabalha com a renda?

Resposta: “Em uma semana eu só faço meio metro, fazia mais, mas agora eu vivo doente, as vezes passo da semana e eu não faço o meio metro. Mas todo dia faço, hoje só fiz 3 *matanguinho*, olha essas 3, fiz daqui para cá.

Olha, eu logo cedo eu me acordo e venho logo fazer a renda, e a cozinha fica pra lá. Quando eu saio com uma menina que eu tenho aqui comigo, quando ela se levanta e vai para

cozinha fazer o café, tudo bem eu me ‘aprego’ mais aqui, e quando ela dorme mais dá vontade de tomar café e chego vou, faço o meu café, volto pra renda de novo, é assim”.

5ª - Quais são os valores das peças produzidas?

Resposta: “Essa renda eu tô vendendo ela agora de 58 reais o metro. Mas ela (Vânia) não queria pagar de preço não, ‘mulher a gente trabalha tanto, sem fuga, fazendo uma coisa dessa, a renda aumentou aqui’, mas ela não queria não pagar, só queria pagar de 55,00”.

6ª – Quanto de linha a senhora utiliza?

Resposta: “Não, a linha, eu não fiz a conta ainda porque quando tá terminando a linha assim, aí termina os 10 metros, aí começa outros 10 metros, aí eu não sei quando é que gasta”.

7ª - Como fonte de renda familiar, a renda de bilro é responsável por quantos por cento em média por mês? É a principal fonte de renda?

Resposta: “A aposentadoria não dar não para gente fazer de tudo, comprar de tudo, e o remédio? Quem sofre de pressão é uns remédios caros infeliz, eu não me dou com esses remédios dos postos, tem que ser comprado, caro, sofro do coração também, é o remédio caro do coração e se for pra viver só à custa da renda... não dá, passa fome, tem que fazer uma rendinha para ‘interar’ qualquer coisa”.

8ª - Na sua opinião, qual a importância da renda de bilro para o município de São Sebastião?

Resposta: “Eu acho que a gente dar uma ajuda nas coisas, porque a gente fica mais folgado”.

Entrevista X**27 de março de 2018****Dona Vânia (diretora da Associação das Mulheres Rendeiras do Município de São Sebastião)****1ª – Com quem aprendeu e há quanto tempo faz renda de bilro?**

Resposta: “Eu aprendi, tem uns 20 anos que eu aprendi, eu aprendi com a professora Júlia, porque eu trabalhava na Secretaria de Cultura e eu era diretora de cultura, aí eu trabalhava com a escolinha de renda, aí eu fui, tinha que saber fazer renda, de uma forma ou de outra eu tinha que aprender a fazer renda, na época quem era professora era Susana, a Maria Davi, a Maria Rosa e a Julinha, e a minha professora foi a Julinha, eu escolhi a Julinha pra ser minha professora”

(sobre a quanto tempo funciona a escola) “Ah aquela escolinha tem muitos anos, aquela escolinha, eu acredito, que tenha uns 30 anos”.

2ª – Que importância tem em sua vida a renda de bilro?

Resposta: “Uma grande importância, por ser até um artesanato assim ... ele é exclusivo, né, aqui, nessa região, só vamos encontrar renda de bilro em São Sebastião, então é de grande importância, para gente que somos artesão, a renda de bilro, ela é atraente e chama a atenção de todos, quando a gente vai pra uma exposição nosso estande é o mais cheio, é o nosso, porque a gente faz ao vivo, a gente leva as almofadas e a gente faz, pratica a amostra ao vivo”.

3ª – Como se é trabalhado o ensino do ofício nos dias de hoje?

Resposta: “A escola continua, mas tem o seguinte, o jovem, hoje em dia, eles não querem fazer renda, porque é um trabalho, a nossa renda é muito trabalhosa, requer muita atenção, e realmente é difícil, e o jovem por sua vez ele gosta mais de whatsapp, de tá na internet, não é? Então a criança, ela com 8 anos de idade, ela já pode ir pra escola fazer a renda, aí quando ela começa a aprender, começa a desenvolver com 8 anos, 10, 11, 12 anos ela não quer mais, então a nossa maior preocupação é que um dia São Sebastião deixe de ser “São Sebastião, a terra das rendas de bilro”, por que? Porque o jovem não quer, porque os mais velhos vão daqui um dia ...morrem, e como é que fica nossa renda? Nossa preocupação toda é essa. Aprendem, não dão continuidade por quê? Porque acha melhor tá na internet, no whatsapp, não querem de jeito nenhum tá ligado”.

4ª – Qual o material utilizado e de onde vem? (linhas, agulhas, bilros / compra)

Resposta: “O material utilizado é a linha, né, a Esterlina nº 20 e a almofada em si, porque ela é feita de palha de bananeira, revestida num saco, e revestida numa chita, e os bilros que é feito de madeira. E daí faz o molde, através daqueles papelões onde formam as rendas. Tudo consegui aqui no município, e não é todo mundo que sabe furar o papelão, a Julinha que é mestra nisso, a Zuza também, mas a Julinha se destaca porque todo mundo corre pra casa da Julinha, a Zuza como é uma pessoa muito ocupada, porque a Zuza trabalhava na saúde, ela se aposentou recentemente, não tinha muito tempo, como a Julinha já trabalha já na cultura, já era professora de renda, a Julinha que ficou até hoje, quando a pessoa precisa, até as idosas já, pessoas que faz renda há muitos anos, já tem mais de 60 anos, ‘Julia, fure aqui um papelão pra mim’, só corre pra casa da Julinha”. (A Julinha se aposentou como professora da cultura, pela prefeitura).

5ª - Quais as principais peças produzidas? (características, bicos, toalhas, roupas)

Resposta: “Todas as peças de renda são valorizadas, são valiosas, todas, das mais finas as mais largas, são muito atraentes. Todas as rendas são em metros, depois faz as peças, aí você transforma ela em blusa, em passadeira, no que você imaginar, em vestidos, elas são em metros. Você não consegue fazer uma blusa tirada diretamente da almofada a blusa, você faz a peça da renda, vamos supor que pra mim fazer uma blusa pra mim seja 15 metros ou mais de renda, aí eu levo pra casa da costureira, digo com é que eu quero, e a costureira emenda uma na outra e forma a blusa pra mim. Agora a irmã da Zuza fez uma colcha sem emenda, ela passou muito tempo, e a Zuza que fez as fronhas.

6ª - Quanto tempo por dia/semana trabalha com a renda?

Resposta: “Assim, por dia eu trabalho 4 horas, 5 horas por dia nas rendas, todo dia eu faço um pouco”.

7ª - A quantidade produzida em um mês de trabalho?

Resposta: “Depende, depende da largura, tem renda que dar para fazer 10 metros, tem renda que dar para fazer 7, vamos depender da largura da renda e também do tempo disponível”.

8ª - Quais são os valores das peças produzidas?

Resposta: “Pois é, cada renda tem seu preço, as mais finas são um preço, as mais largas são outros preços. (Perguntei sobre a aplicação 16x16cm) 30 reais”.

9ª - Existe alguma forma de organização entre as rendeiras de São Sebastião? (sindicato, cooperativa, associação, ONGs)

Resposta: “Tem a associação, a gente não tem cooperativa. A associação, por enquanto, está sem sede, quando a gente quer se reunir a gente se comunica, a gente diz ‘tal dia tem reunião’, a gente se reúne ao aqui em casa ou na casa da Zuza, na casa de qualquer uma das rendeiras. Todas as rendeiras fazem parte”.

10ª - Como fonte de renda familiar, a renda de bilro é responsável por quantos por cento em média por mês? É a principal fonte de renda?

Resposta: “Não é a principal renda porque se a gente fosse sobreviver só da renda de bilro não tinha condições, ela é uma ajuda, uma renda extra mas você pra viver só dela é complicado”.

11ª - Como rendeira, agente produtora cultural, recebe algum tipo de programa/auxílio/assistência econômica por parte do município/estado/governo federal? (Linhas de crédito/ SEBRAE/ BB/ Bolsa Família/ Providência).

Resposta: “Não, não”.

12ª - Na sua opinião, qual a importância da renda de bilro para o município de São Sebastião?

Resposta: “Ah São Sebastião o carro chefe é a renda de bilro, São Sebastião terra das rendas de bilros, é conhecido assim, é o carro chefe é renda, atrai muito turista pra conhecer as nossas peças aqui”.

13ª – Sua relação com a empresária Martha Medeiros?

Resposta: “Eu trabalho muito com a Martha Medeiros. Eu conheci a Martha Medeiros há 15 ou 16 anos atrás, a muitos anos que eu conheço a Martha, quando ela tava começando, a loja que ela tinha era aquela loja lá em Maceió. Então eu estava numa feira, numa exposição lá em Maceió, uma exposição de 10 dias e nesses 10 dias eu não tinha vendido quase nada de renda, e já no final da tarde, eu já querendo arrumar as coisas pra vir embora, porque muita gente já tava arrumando, as coisas já...o último dia, então eu me deparo com ela, com a Martha, ela entra assim no estande e fica a observar as rendas e ela separava, ela me comprou quase todas as rendas, e eu disse ‘eu deus, de onde saiu essa mulher? Porque eu passei aqui 10 dias, vendi

quase nada, essa mulher vai me comprar tudo”, aí ela sentou-se assim, mandou eu fazer a conta, eu fiz, dei a ela o valor, ela me passou um cheque e me deu o cartão dela e disse ‘quando você tiver mais renda me procure’, aí desde aí que eu venho trabalhando com a Martha, ela é um anjo nas nossas vidas porque quando eu assumir a presidência da Associação várias pessoas, os mais velhos são queriam mais fazer renda, então quem levantou a renda de bilro em São Sebastião fui eu, porque o pessoal não queria mais fazer, pra que fazer renda se não tinha saída? Esperar uma ou outra pessoa que viesse, então tinha a Dona Clarisse, que era a mestra aqui em São Sebastião, ao qual tenho um grande respeito por ela, tinha né, porque ela faleceu. Então Dona Clarisse era uma pessoa boa, ela pegava as rendas das rendeiras e levava pra Maceió, o que é que ela fazia, levava para Maceió, as vezes passava 1 ano, 2 anos com as rendas na mala, quando vendia, um exemplo, eu entregava 10 metros de renda a Dona Clarisse, ela vendia 2, ela me pagava esses 2 metros e ficava com os outros 8 metros em uma bolsa dela para quando uma outra oportunidade aparecesse, era muito mais difícil, tá entendendo? Aí as rendeiras não queriam mais trabalhar, e realmente, não é? As rendas ficavam até amarelas, o pessoal nem queria porque estava amarela de tanto tá guardada. Então quando eu conheci a Martha Medeiros e outras pessoas em Maceió, Aracaju, Recife, quer dizer, renda se você chegar aqui hoje em São Sebastião pra comprar uma quantidade x de renda você não vai encontrar, porque estão tudo encomendadas. Eu quem alavanquei, eu que fiz com que as rendeiras voltassem a trabalhar, só não trabalha hoje quem não quer. A Martha é a principal cliente, uma grande amiga, a maioria das rendeiras trabalham com ela, a associação toda fechada com ela, isso não quer dizer que outras pessoas não comprem. O que tiver ela compra, quer dizer, ela não deixa as rendeiras na mão”.